UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Lívia Marinho Goto

O RECONHECIMENTO PENAL DO TRANSFEMINICÍDIO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM RECORTE DE 2020

Franca
2022

LÍVIA MARINHO GOTO

O RECONHECIMENTO PENAL DO TRANSFEMINICÍDIO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM RECORTE DE 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Paulo César Corrêa Borges.

FRANCA
2022

G684r

Goto, Lívia Marinho

O reconhecimento penal do transfeminicídio para o enfrentamento da violência de gênero : um recorte de 2020 / Lívia Marinho Goto. -- Franca, 2022

94 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Direito) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientador: Paulo César Corrêa Borges

Coorientador: Guilherme Dalbon Barbosa

1. Direito. 2. Pessoas transgênero Identidade. 3. Violência. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LÍVIA MARINHO GOTO

O RECONHECIMENTO PENAL DO TRANSFEMINICÍDIO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM RECORTE DE 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de bacharel em Direito.

Franca, 31 de outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA

_____

Professor Doutor Paulo César Corrêa Borges - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

_____

Mestrando Guilherme Dalbon Barbosa- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

_____

Mestrando Otávio Augusto Mantovani Silva- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

FRANCA
2022

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente meus pais, meus irmãos e meus avós porque sem o apoio e o amor incondicional de vocês, eu jamais teria chegado tão longe nessa caminhada para poder concluir meus estudos hoje. Espero dar razões para deixar vocês cada dia mais orgulhosos de mim.

Aos amigos e amigas que fiz ao longo da graduação, com destaque especial à Júlia Sêco Pereira Gonçalves e Ariadine Batista Teixeira. Agradeço, de todo o meu coração, por todas as memórias que construímos juntas nesses últimos anos e por terem me acolhido na casa de vocês incontáveis vezes. Vocês se tornaram o meu lar fora de casa em Franca e não há palavras para descrever a importância da amizade de vocês na minha vida.

Aos amigos e amigas que me acompanham desde a época da escola: Luiza Vito, Maria Júlia Caparoz, Mariana Godoy, Henrique Vanceto, Giulia Cancelliero, Vitor de Lima, Laura Bannister e Victor Tararam. Eu amo muito todos vocês e sinto saudades diariamente.

Ao meu orientador, o Prof. Paulo Borges, por ter aceitado participar da construção desse trabalho comigo e por ter me dado a oportunidade de fazer pesquisa científica. Ainda que os contornos do futuro sejam incertos, sei que não deixarei de perseguir a possibilidade de ser pesquisadora após a graduação.

Aos membros da minha Banca, os Professores Guilherme Dalbon e Otávio Mantovani. Agradeço por todas as críticas, elogios e comentários tecidos sobre o meu trabalho que me ajudaram a aprimorá-lo. É uma honra para mim poder contar com vocês nessa etapa de conclusão de curso.

À minha colega de pesquisa e amiga, Jordana Martins Perussi, que dividiu todas as alegrias e angústias comigo nessa parte da nossa trajetória de acadêmica. Sinto muito orgulho de você e me alegra que nós tenhamos conseguido vencer tantos obstáculos juntas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da minha bolsa PIBIC (Edital 04/2021), a qual deu origem a pesquisa que serviu de base para feitura dessa Monografia.

GOTO, Lívia Marinho. **O reconhecimento penal do transfeminicídio para o enfrentamento da violência de gênero: um recorte de 2020.** 2022. 94p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Franca. 2022.

RESUMO

A tipificação do feminicídio no Brasil através da Lei nº 13.104/2015 foi um marco legal de suma importância para o coibir a violência contra a mulher. Todavia, a redação da norma que qualificou o homicídio cometido "contra a mulher por razões do sexo feminino" gerou controvérsias a respeito da apreciação dos casos em que houvesse a morte de uma mulher trans ou travesti em virtude da violência de gênero. Ressalta-se que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo e, na pandemia, a vulnerabilidade dessa população foi potencializada, o que resultou em 175 assassinatos de travestis e mulheres trans em 2020. Logo, fez-se necessário investigar possíveis casos de feminicídios transfóbicos e como eles foram apreciados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no ano em questão, com a ressalva de que o problema da violência de gênero é estrutural e histórico, requerendo uma abordagem multisetorial para sua efetiva eliminação a longo prazo. A presente monografia, assim, analisou os julgados de feminicídio que ocorreram no ano de 2020 na Capital e sua possível relação com o assassinato de travestis e transexuais no Estado que acontecerem no mesmo ano. Além disso, o trabalho prestou-se a averiguar outras possibilidades de tutela penal da vida dessas pessoas e discutir outras políticas públicas para coibir casos de transfeminicídio no futuro. Para tanto, fez-se uma revisão literária de obras que contemplassem a temática gênero, (trans)feminicídio, violência e transfobia. Na sequência, analisou-se os dados fornecidos pela ANTRA, a qual reuniu informações a respeito dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais em 2020 por meio de um Dossiê. Por fim, realizou-se uma busca jurisprudencial no TJSP que resultou na seleção de 50 acórdãos pertinentes a presente. A partir dos materiais e da metodologia empregada, constatou-se que a atual acepção legal do feminicídio desmerece os estudos de gênero ao associar a identificação das mulheres com o sexo, fixando a identidade por uma base naturalista, ignorando as possibilidades do gênero manifesto. Assim, a aplicação da Lei do Feminicídio às mulheres trans e travestis é inafastável pelos princípios de igualdade, dignidade e não discriminação. Ocorre que o reconhecimento de mulheres trans e travestis como "transfeminicídio" em razão das características distintas dessas mortes que se destacam da violência cometida contra a população LGBTQIA+ e mulheres cisgênero em geral constitui tutela penal mais eficiente para garantir a vida dessas pessoas.

Palavras-Chaves: Segurança pública; transfeminicídio; transgênero.

GOTO, Lívia Marinho. **O reconhecimento penal do transfeminicídio para o enfrentamento da violência de gênero: um recorte de 2020.** 2022. 94p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Franca. 2022.

ABSTRACT

The typification of femicide in Brazil through Law nº 13.104/2015 was a important legal framework to face violence against women. However, the wording of the norm that classified the homicide committed "against a woman for reasons of the female sex" generated controversies regarding the assessment of cases in which there was the death of a trans woman or transvestite due to gender violence. It is noteworthy that Brazil is the country that kills the most trans people in the world and, in the pandemic, the vulnerability of this population was increased, which resulted in 175 murders of transvestites and trans women in 2020. Therefore, it was necessary to investigate possible cases of transphobic femicides and how they were considered by the São Paulo Court of Justice in the year in question, with the exception that the problem of gender violence is structural and historical, requiring a multisectoral approach for its effective long-term elimination. This monograph, therefore, analyzed the femicide trials that took place in the year 2020 in the Capital and their possible relationship with the murder of transvestites and transsexuals in the State that took place in the same year. In addition, the work was used to investigate other possibilities of criminal protection of the lives of these people and discuss other public policies to face cases of transfemicide in the future. For that, a literary review of works that contemplated the gender theme, (trans)femicide, violence and transphobia was carried out. Subsequently, the data provided by ANTRA was analyzed, which gathered information about the murders and violence against transvestites and transsexuals in 2020 through a Dossier. Finally, a jurisprudential search was carried out in the São Paulo Court of Justice which resulted in the selection of 50 judgments relevant to the present. Based on the materials and methodology used, it was found that the current legal meaning of femicide undermines gender studies by associating the identification of women with sex, establishing the identity on a naturalistic basis, ignoring the possibilities of the manifest gender. Thus, the application of the Femicide Law to trans women and transvestites is unavoidable by the principles of equality, dignity, and non-discrimination. However, the recognition of trans women and transvestites as "transfemicide" due to the distinct characteristics of these deaths that stand out from the violence committed against the LGBTQIA+ population and cisgender women in general constitutes is a more efficient criminal protection to guarantee the lives of these people.

Keywords: Public security; transfemicide; transgender.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....8
2. ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA LEI DO FEMINICÍDIO.....10
2.1 A violência de gênero e a morte feminina.....14
2.2 Antecedentes históricos e promulgação da Lei nº 13.104/2015.....22
2.3 Apontamentos jurídicos e circunstancias a respeito do tipo-penal.....26
3. TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE.....34
3.1 Binarismo sexual, gênero e a construção da identidade feminina.....45
3.2 Transfobia, exclusão e violência.....49
3.3 A vulnerabilidade trans no contexto pandêmico.....66
4. A TUTELA PENAL DA VIDA DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS.....69
4.1 A Lei nº 13.104/2015 e as vítimas trans e travestis.....74
4.2 O reconhecimento do transfeminicídio no ordenamento jurídico-criminal.....78
5. CONCLUSÃO.....87
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....91

1. INTRODUÇÃO:

A persistência da violência contra a mulher encontra raízes históricas, sociais, culturais e estruturais, na medida em que, por muito tempo, o gênero feminino foi inferiorizado e subordinado ao homem, o qual moldou todas as instituições simbólicas e concretas de poder para o gênero masculino (BARROS; SOUZA, 2016, p. 276). O machismo e a misoginia expressos na sociedade, assim, permitiram uma sistemática violação dos direitos humanos femininos, o que, por muito tempo, levou a morte de centenas de mulheres em virtude da violência de gênero fatal.

Nesse contexto, a Lei nº 13.104/2015 foi promulgada no Brasil seguindo a tendência de outros países da América Latina em atenção às recomendações internacionais para o enfrentamento da violência de gênero em questão. Nesse sentido, a Lei do Feminicídio adicionou uma nova qualificadora ao tipo-penal do homicídio previsto no Código Penal com o propósito de reprimir, mais veemente, os assassinatos de mulheres praticados por "*razões da condição de sexo feminino"* (BARROS; SOUZA, 2016, p. 264).

Anota-se que a tipificação do feminicídio no Brasil deu continuidade a produção legislativa protetiva iniciada com a Lei nº 11.340/2006 como forma de represália à violência contra a mulher. Em que pesem os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha para coibir as agressões praticadas no âmbito doméstico e familiar, principalmente na esfera extrapenal, ainda existia uma lacuna importante, pois a morte feminina decorrente de relacionamentos abusivos e das dinâmicas de poder estabelecidas pelo patriarcado ainda não estava criminalizada (BARROS; SOUZA, 2016, p. 264).

Com isso, a importância da Lei nº 13.104/2015 para denunciar a morte de mulheres geralmente precedida de um histórico de violência doméstica ou que denotassem menosprezo à condição feminina. Ocorre que a redação final da nova qualificadora gerou controvérsias a respeito da apreciação dos casos em que houvesse o homicídio de uma mulher transgênero em contextos de gênero explicitamente discriminatórios, já que essa mulher é assim definida não por seu sexo biológico, mas por reconhecer-se com a identidade de gênero feminina.

Logo, o presente trabalho dispõe sobre o processo legislativo que antecedeu a promulgação da Lei do Feminicídio, as discussões parlamentares que surgiram a respeito da redação da norma, bem como os impactos sociais e jurídicos da nova qualificadora para o enfrentamento da violência contra a mulher. Em seguida, realizou-se importantes apontamentos no que toca à travestilidade e à transexualidade em geral, incluindo a apresentação dos conceitos como binarismo sexual e identidade de gênero.

No mais, destacou-se a existência das diversas práticas transfóbicas existentes na sociedade, as quais levam à exclusão, agressão e morte de pessoas trans, especialmente no contexto pandêmico, em que essa parcela da coletividade restou ainda mais vulnerável. Para tanto, examinou-se o "Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020", disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (BENEVIDES; SAYONARA, 2021) por meio de uma pesquisa empírica indireta.

Os dados apresentados pelo documento foram confrontados com uma análise jurisprudencial quantitativa em que foi colhida uma amostra de acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo que tenham apreciado crimes de feminicídio no ano de 2020, na capital do Estado. Dos julgados coletados foram examinados, principalmente, as particularidades de cada caso e as circunstâncias que antecederam a ocorrência do delito.

Assim, a busca no repositório jurisprudencial do Tribunal de Justiça de São Paulo resultou na seleção de 50 (cinquenta) acórdãos pertinentes a presente, sendo utilizados os seguintes filtros: (a) Palavras-chave: "feminicídio"; "mulher"; "vítima"; "sexo feminino"; (b) A classe abrangida foi "Processo Criminal"; (c) Comarca "São Paulo" e (d) Datas limites selecionadas: 01/01/2020 a 31/12/2020.

Nesse sentido, as palavras-chave foram escolhidas propositalmente para a coleta de dados referente aos processos de feminicídio, visando apurar qual a interpretação da sentença "*contra a mulher por razões da condição de sexo feminino*" dada pelos Desembargadores em cada caso. Ressalta-se que a compreensão dos Julgadores acerca desse dispositivo foi de suma importância para caracterizar o sujeito passivo do crime de feminicídio e verificar se a tutela da Lei nº 13.104/2015 efetivamente alcançou as mulheres transgêneros, possíveis vítimas desse delito no ano de 2020.

Outrossim, o filtro da classe foi empregado para que o recorte jurisprudencial investigado estivesse bem situado no âmbito da Ciência Criminal, sendo os acórdãos encontrados fundamentados na legislação penal e processual penal. O critério temporal, por sua vez, oferece um recorte igual àquele do Dossiê supracitado, tornando o ano de 2020 um parâmetro para fins de comparação. Por fim, a opção pela cidade de São Paulo justifica-se por um critério puramente restritivo, já que é a comarca mais populosa.

Com isso, objetivou-se investigar as possibilidades de tutela penal da vida de mulheres transexuais e travestis, com base nos feminicídios transfóbicos cometidos em 2020 e apreciados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A referida pesquisa, então, demonstrou a necessidade de se reconhecer o transfeminicídio no ordenamento jurídico-criminal, seja como um tipo-penal autônomo ou como uma qualificadora do crime de homicídio.

Não obstante as mulheres trans e travestis estejam sujeitas ao mesmo tipo de violência de gênero que elimina mulheres cis diariamente, considera-se que o transfeminicídio apresenta signos próprios e essas mortes potencializadas pela transfobia merecem ser conhecidas como tal. Faz-se imperiosa, destarte, a elaboração de políticas públicas criminais específicas para combater o problema, além de outras ações afirmativas que transbordem a esfera penal e que promovam o empoderamento, inclusão e o respeito a todas as pessoas trans.

2. ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA LEI DO FEMINICÍDIO

Como é cediço, a violência contra a mulher encontra precedentes históricos, sendo que a conquista dos direitos femininos foi lenta e árdua. Até então, o próprio direito à educação e ao trabalho eram exclusivamente garantidos aos homens que se consagraram provedores do sustento da casa. Enquanto isso, as mulheres ocupavam o espaço doméstico, assumindo a criação dos filhos e o cuidado com o lar (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 02).

Conforme o ensinamento de Souza e Figueiredo (2021, p. 02), não obstante os avanços sociopolíticos no que toca à busca pela igualdade, a inferiorização do gênero feminino ainda persiste. A promulgação da Lei nº 11.340/2006 ou Lei Maria da Penha é a prova da omissão do Estado brasileiro acerca da situação de violência de gênero existente no Brasil, o qual somente instituiu um instrumento normativo próprio para coibir as situações de violência doméstica e familiar após sofrer intensa pressão internacional.

Nesse sentido, Souza e Figueiredo (2021, p. 02) aduzem que tanto a Lei nº 11.340/2006 como a Lei nº 13.104/2015 foram criadas para garantir a incolumidade feminina e a equidade social, considerando-se a posição de fragilidade ocupada por muitas mulheres nas relações domésticas. A qualificadora do feminicídio, nesse tocante, desempenha um papel simbólico primordial, na medida em que revela uma maior preocupação estatal com a violência específica direcionada às mulheres (MESSIAS *et al*, 2020, p. 08).

"As normas supra somente incidem nos casos que uma mulher configura o polo passivo do delito, entendidos como aqueles que envolvem violência doméstica e menosprezo ou discriminação à condição de mulher" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 02). Destarte, a promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio representa um grande marco para efetivação dos direitos femininos, bem como o início da desconstrução do patriarcalismo na legislação pátria.

Verifica-se, ainda, que a Lei do Feminicídio deu continuidade à produção legislativa iniciada em 2006 com a Lei Maria da Penha, a qual traçou novos contornos ao combate à

violência doméstica e familiar, de acordo com Nogueira e Veronese (2020, p. 225-226). Considera-se que a inserção da nova qualificadora no ordenamento jurídico-penal foi essencial para "[...] dar visibilidade às situações de discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres que, em sua forma mais aguda, se traduz de maneira letal" (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 226).

Em resumo, "Ambas as leis tutelam sobre a vida e a integridade física da mulher, tendo como critério objetivo a vítima ser mulher" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 05). Interessante notar que a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio também são aplicadas normalmente se o caso envolver duas mulheres em uma relação homoafetiva, entendimento já pacificado nos Tribunais e relembrado por Souza e Figueiredo (2021, p. 05).

Sob uma perspectiva histórica, Campos (2015, p. 105) esclarece que a inserção do feminicídio como uma nova qualificadora ao crime de homicídio na legislação penal brasileira seguiu uma tendência observada na América Latina desde o final do século XX. Até então, a violência baseada no gênero era naturalizada e ignorada pelo Estado, o que propiciava a constante violação dos direitos humanos femininos.

Em consonância com a inteligência de Barros e Souza (2016, p. 264), nota-se que a penalização do feminicídio é novidade no contexto latino-americano. Portanto, cada nação optou por resolver o problema à sua maneira: seja através de uma reforma na legislação penal vigente, inclusão de uma qualificadora ou criação de um tipo-penal autônomo para o crime do feminicídio (BARROS; SOUZA, 2016, p. 264).

Com efeito, existia uma forte demanda feminista para que houvesse o reconhecimento da violência contra as mulheres como um delito específico (CAMPOS, 2015, p. 105). A promulgação da Lei nº 13.104/2015, nesse sentido, consagrou-se como um importante mecanismo para o enfrentamento da violência de gênero sofrida por mulheres cis e trans, em virtude de sua condição de mulher (MESSIAS *et al*, 2020, p. 08).

Insta salientar que a qualificadora do feminicídio não se restringe à subjetividade ao considerar a torpeza ou a futilidade na motivação do crime (Art. 121, § 2º-A, II, CP), mas também condena mais gravemente os assassinatos ocorridos no contexto de violência doméstica e familiar de maneira objetiva (Art. 121, § 2º-A, I, CP).

O reconhecimento de que a violência doméstica é um espiral ascendente que não raras vezes leva à morte da vítima é de suma importância para o enfrentamento do problema. Coloca-se em pauta, nesse sentido, a efetividade das medidas protetivas e das políticas estatais para interromper o ciclo das agressões perpetuadas dentro do lar (MESSIAS *et al*, 2020, p. 08).

A Lei nº 11.340/2006 e a Lei nº 13.104/2015, outrossim, colocaram em pauta novas discussões no que toca ao conceito de mulher. No mais, esses institutos revolucionaram o arcabouço jurídico brasileiro, questionando o lugar de marginalização e violência relegado ao gênero feminino durante muito tempo, como elucidam Souza e Figueiredo (2021, p. 02).

Por força do ensinamento de Souza e Figueiredo (2021, p. 03), considera-se que a objetificação da mulher e a ideia da submissão feminina está enraizada na sociedade brasileira, construída a partir da cultura patriarcalista e coronelista. "No Brasil colônia a mulher era considerada como propriedade, primeiro, do pai e, após o casamento, do marido, tendo como funções: conceber herdeiros ao marido, e, ser a cuidadora do lar e dos filhos" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 03).

Tais aspectos patriarcais rançosos só foram confrontados com o surgimento do movimento feminista: no Brasil. A marcha de mulheres reivindicando o direito ao voto em 1934 durante o governo Vargas foi essencial para dar visibilidade às cidadãs da época, que lutaram por mais espaço social e político (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 03).

Apesar da busca pelo sufrágio feminino, segundo a lição de Souza e Figueiredo (2021, p. 03), as mulheres ainda se encontravam em uma posição de extrema vulnerabilidade no âmbito doméstico e familiar. As vítimas de violência física, psicológica e sexual, por vezes, sofriam em silêncio, em consequência do contexto social machista que consagrava os poderes absolutos e incontestáveis do homem dentro do lar.

Infelizmente, "Essa situação da mulher como sexo frágil e submisso ao marido se perpetua até os dias atuais, em pleno século XXI, mesmo com todos os movimentos feministas que buscam a igualdade entre os gêneros" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 03). A título de exemplo, pode-se mencionar a história de Maria da Penha Maia Fernandes, que deu nome à Lei nº 11.340/2006. O caso ganhou grande repercussão devido às agressões físicas e psicológicas e aos horrendos episódios de tortura sofridos por ela.

Como se sabe, a situação de violência doméstica suportada por Maria é uma realidade de diversas mulheres brasileiras que vivem em um relacionamento abusivo, sendo que sua denúncia foi de suma importância para que o Brasil fosse pressionado a editar uma nova legislação voltada à proteção das vítimas de violência doméstica e familiar (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 03-04).

Quase uma década mais tarde, a Lei nº 13.104/2015 foi promulgada. A necessidade de duas leis para proteger a mulher brasileira, como explicam Souza e Figueiredo (2021, p. 04), revela o quão profunda é a estrutura machista e misógina da sociedade, pois, além de ser

necessário resguardar a integridade física e psíquica feminina no âmbito doméstico também se fez impreterível punir, mais severamente, as mortes que aconteciam nesse contexto.

Nesse sentido, a pesquisa realizada pelo Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 01-02) releva a seriedade da violência contra a mulher enquanto problema social e de segurança perpetuado no país. Diante dos índices alarmantes de assassinatos femininos motivados pelo gênero no Brasil, nota-se que o tema merece ser revisto à luz dos estudos feministas atuais e da nova legislação penal aplicável. Para tanto, além da produção científica relevante ao assunto, faz-se necessária a superação de entendimentos que consideram o feminicídio como um ilícito de menor potencial ofensivo, uma fatalidade ou um ato isolado na vida do agressor.

Infelizmente, "As circunstâncias previstas na lei para a ocorrência da violência feminicida (doméstica ou familiar) e menosprezo ou discriminação à condição de mulher é uma realidade na vida das mulheres brasileiras" (CAMPOS, 2015, p. 109). Posto isto, têm-se que o combate contínuo à violência de gênero é fundamental para coibir a morte frequente de mulheres no país, através da criação de leis e políticas públicas específicas direcionadas ao problema (MESSIAS *et al*, 2020, p. 01).

Além disso, anota-se que a norma em questão representou um reconhecimento do próprio Estado acerca da gravidade e da danosidade para a sociedade dos homicídios femininos baseados no gênero (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 25). A referida iniciativa legislativa, destarte, promoveu o empoderamento político das mulheres brasileiras, bem como impeliu a instauração de uma justiça de gênero na tentativa de mitigar as práticas discriminatórias existentes no Judiciário.

Em face das discussões levantadas pela Lei Maria da Penha e pela Lei do Feminicídio, a sociedade como um todo passou a se mobilizar em prol da efetivação dos direitos humanos femininos, há tanto negligenciados (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 25).

Pode-se aduzir, ademais, que a Lei do Feminicídio, de maneira indireta, impulsionou o aprimoramento das pesquisas envolvendo a violência contra a mulher. Segundo Nogueira e Veronese (2020, p. 226), antes do instrumento normativo em questão, existia pouca coleta de dados sobre o número de mulheres mortas por razões de gênero. Além disso, esses crimes eram vistos frequentemente como acontecimentos esporádicos em que o sujeito ativo era raramente punido quando invocada a tese da legítima defesa da honra nos processos criminais.

Embora a Lei nº 13.104/2015 tenha melhorado a coleta de informações a respeito do delito, nota-se que a subnotificação dos feminicídios ainda se impõe ao combate da violência contra a mulher. Isso acontece porque existe uma discrepância entre os dados apresentados pelos serviços de segurança e justiça e aqueles levantados pelos profissionais da saúde, o que

prejudica a articulação conjunta desses setores e o oferecimento de uma assistência efetiva às vítimas de violência (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 24-25).

Não se pode olvidar que, como alertam Nogueira e Veronese (2020, p. 227), a erradicação e prevenção da violência contra a mulher sobeja sua criminalização por meio da legislação penal. No enfrentamento à violência de gênero, portanto, faz-se necessária a ressignificação do problema, inclusive enquanto objeto da ciência, abordando suas dimensões teóricas e metodológicas sob novos pontos de vista.

Com isso, almeja-se reexaminar o fenômeno do feminicídio, despindo-o de reduções simplistas, as quais apontam esse crime como fato isolado e não como um ato de crueldade sistemático convalidado pelo patriarcado estrutural vigente (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 227).

Um dos maiores obstáculos para tanto é a naturalização da dominação masculina pelo agente passivo porque, antes de morrerem nas mãos de seus ofensores por razões de gênero, as vítimas do feminicídio sofrem incontáveis violências simbólicas e situações de discriminação ao longo da vida, a ponto de não questionarem as agressões outrora perpetuadas por seus algozes (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 30).

Cumpre assinalar que a tipificação do feminicídio foi imprescindível para que houvesse o reconhecimento, pelo Direito Penal, da existência de uma violência de gênero, a qual, através de uma cadeia de atos misóginos, ceifava a vida de dezenas de mulheres brasileiras todos os anos. A inclusão da referida qualificadora, destarte, tem o condão de reforçar o valor da vida feminina como um bem jurídico penalmente relevante, nos dizeres de Campos (2015, p. 109).

Como mencionado, a Lei nº 13.104/2015 representa uma resposta do Estado à violência de gênero que desfavorece, fragiliza e mata mulheres cotidianamente, o que não pode ser mais ignorado pelo Poder Público (MESSIAS *et al*, 2020, p. 08). Nesse tocante, o aprofundamento dos estudos no campo da violência contra às mulheres e a uniformização da aplicação da qualificadora pelos operadores do Direito são essenciais para dar segurança jurídica e garantir uma punição mais rigorosa aos crimes de feminicídio hodiernamente.

2.1 A violência de gênero e a morte feminina

A violência de gênero constitui fenômeno histórico, o qual possibilita a reiterada violação dos direitos humanos femininos e ultrapassa desentendimentos esporádicos e atos de agressão motivados por ciúme. Anota-se que a morte de mulheres em razão do gênero, o feminicídio, existe em todas as sociedades e em diferentes contextos sociopolíticos.

O problema advém de uma cultura androcêntrica de dominação, o qual desequilibra as relações de poder entre os gêneros e resulta na máxima subjugação da condição feminina (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 22). A liberdade civil irrestrita permite aos homens o exercício do poder político e a instrumentalização de uma ciência jurídica patriarcal e falocrática. A extensão do domínio masculino, ademais, alcança a esfera privada através do casamento, momento em que o sujeito passa a exercer poder sexual sobre a companheira, consagrando-se a soberania política e sexual androcêntrica (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 29-30).

Até pouco tempo atrás, a vida privada era considerada inviolável pelo Estado, de maneira que o casamento legitimou numerosas violações à dignidade feminina ao longo da história. A união em matrimônio, destarte, foi responsável por naturalizar a violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar, inclusive em sua forma mais radical (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 29-30).

Registra-se, ademais, que a consolidação do patriarcado na ordem social traz uma expectativa de comportamento, impondo que homens e mulheres manifestem no coletivo as características atribuídas aos respectivos gêneros em conformidade com seu sexo biológico. Essa construção social garantiu desde logo a emancipação masculina e a submissão feminina nos espaços públicos e privados (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 29).

Como mencionado, a violência de gênero que possibilita a subjugação máxima do sexo feminino por meio do extermínio tem seus antecedentes históricos vinculados a diferentes matrizes de pensamentos e desenvolvimento das sociedades ocidentais, nas palavras de Nogueira e Veronese (2020, p. 227). Em uma análise mais aprofundada, por outro lado, pôde-se constatar que a violência de gênero em questão atinge “Não somente mulheres, crianças e adolescentes, mas também pessoas idosas e outros homens que recusam a masculinidade dominante [...]” (PODESTÀ, 2019, p. 366).

Nas palavras de Silva (2010, p. 560-561), a violência de gênero não é nada mais do que o fruto do preconceito, discriminação e intolerância sofridos pelas mulheres há muito tempo. De maneira lamentável, muitas acabaram por morrer em silêncio em nome da honra masculina ou por questões vinculadas a sua intimidade e privacidade, além de passarem a vida sujeitas aos estereótipos de gênero que relegam ao feminino condições descaradamente desfavoráveis, sob uma concepção androcêntrica (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 27).

Logo, “[...] pode-se sustentar que o feminicídio é uma morte discriminatória” (CAMPOS, 2015, p. 112), inclusive no contexto doméstico, quando o agente busca tolher a liberdade e a autonomia da companheira através da violência fatal. Não raramente, o crime do feminicídio acompanha a prática da violência sexual, a mutilação e a desconfiguração do corpo

da vítima. Trata-se, pois, de outra forma de expressar desprezo ao corpo feminino e de reafirmar o poder masculino simbólico naquela relação.

O feminicídio, frequentemente, trata-se de crime cometido por (ex) maridos ou (ex) parceiros e são ocasionados por sentimentos de ciúme e posse em relação à mulher. Usualmente, a violência fatal é empregada como forma de negar à liberdade e autonomia feminina, especialmente nos casos em que há a não aceitação do término do relacionamento (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 230).

De acordo com Nogueira e Veronese (2020, p. 230), outrossim, o feminicídio está expresso nas situações em que há o desaparecimento de mulheres ou sua morte pela prática de aborto inseguro, em que há ação ou omissão pelo sexo da vítima. A indução ao suicídio por meio da realização constante de violência psicológica, a qual oprime e atenta contra a honra subjetiva feminina, também caracteriza o feminicídio.

Além da violência fatal, no entanto, cumpre ressaltar que a maior parte das mulheres está sujeita a experimentar diversos tipos de abusos físicos, psicológicos e sexuais ao longo da vida. A violência obstétrica, o tráfico para fins de exploração sexual, tortura, assédio sexual em ambientes públicos, desigualdade salarial, pressões estéticas que levam ao desenvolvimento de transtornos alimentares e multilações em prol do embelezamento, maternidade forçada, violência doméstica e intrafamiliar, imposição da castidade e a persistência da criminação do aborto são algumas formas de opressão sobre o gênero feminino observadas nos dias atuais (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 230).

Entende-se que, nos ditames do patriarcado, a superioridade masculina é reforçada nas relações de gênero, o que explica a origem da referida hegemonia que leva às práticas de violência contra a mulher em suas mais diversas formas. Com isso, a violência letal, traduzida no feminicídio, ampara-se por essa ideologia de gênero culturalmente construída e moldada a partir do androcentrismo (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 25-26).

Isso significa que a violência contra a mulher observada hodiernamente se sustenta nos estereótipos e pré-conceitos de gênero reproduzidos no meio social. Seja de maneira explícita, seja velada, as mulheres são vítimas de diversas atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias cotidianamente (CAMPOS, 2015, p. 112).

A ideia de que o trabalho feminino deve estar necessariamente atrelado ao cuidado com o lar; a crença de que alguns estupros são justificáveis pela conduta da vítima e a convicção que o problema da violência doméstica é apenas conjugal e não uma questão de ordem pública são alguns exemplos. Outrossim, o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e o feminicídio lesbofóbico também representam outras facetas da violência de gênero mencionada

(CAMPOS, 2015, p. 112).

Campos (2015, p. 112), ademais, expõe que aquelas que exercem profissões consideradas masculinas ou estigmatizadas também sofrem preconceito e discriminação. Além da questão do trabalho, a própria maternidade representa fonte de julgamento e reprovação social, principalmente em comunidades em que as mulheres não se recolhem ao ambiente doméstico para se dedicarem exclusivamente à criação de seus filhos.

Igualmente, a maternidade compulsória, a desigualdade salarial, as agressões domésticas, a divisão sexual do trabalho, os assédios sofridos em ambientes variados, a pressão estética e a violência institucional são algumas manifestações da desigualdade de gênero que pesam sobre as mulheres hoje em dia. A vulnerabilidade feminina, por consequência, é acentuada em processos violentos reiterados "[...] materializando-se por meio de estupros, espancamentos, palavras cruéis e degradantes e, por fim, o assassinato" (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 37).

Em uma análise profunda, Nogueira e Veronese (2020, p. 232) defendem que os atos de violência contra a mulher produzidos no bojo da misoginia são reações de ódio contra a autonomia feminina, seja pela reivindicação de seus corpos, seja pela ocupação de posições de poder tradicionalmente ocupadas por homens. A violência de gênero, sob esse ponto de vista, possui um viés primitivo, já que é praticada pelo macho agressor como uma forma de recuperar seu controle sobre a vítima.

Nessa lógica, a emancipação feminina que desafia a assimetria de poder historicamente estabelecida entre homens e mulheres produz uma resposta violenta do entorno, o que explica, por exemplo, a impunidade prevalecente nos casos feminicídios até pouco tempo atrás (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 232). Apenas em março de 2021, a título de exemplo, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra nos casos de feminicídio através do julgamento da ADPF 779.

Nesse sentido, têm-se que "A face oculta do feminicídio: uma infração contra as leis impostas pelo patriarcado, a partir da dominação masculina como fundamento para a construção cultural da misoginia" (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 231). A misoginia manifesta na sociedade, para Nogueira e Veronese (2020, p. 231), encontra-se arraigada em sentimentos de aversão, desprezo, repulsa e desprezo por mulheres, as quais passam por processos de marginalização, violência, isolamento, abuso e objetificação em decorrência do sexismo culturalmente construído. A dominação androcêntrica, ademais, pode ser internalizada e reproduzida pelas próprias vítimas, especialmente na educação com os filhos (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 31).

A maior parte das crianças que recebem uma criação alinhada às expectativas que gravitam em torno do gênero estão submetidas a uma divisão sexual desigual de tarefas, ou seja, enquanto as meninas são responsáveis pelos trabalhos de casa, seus irmãos são livres para brincar e desenvolver outras habilidades importantes nessa fase do desenvolvimento. Desde logo, o modelo patriarcal é perpetuado no ambiente familiar: "Contudo, essas meninas não compreendem que o comportamento doméstico, tradicionalmente ditado pela mãe, viola o seu direito à isonomia" (OLIVEIRA *et al,* 2015, p. 31).

É possível concluir, portanto, que a misoginia está consagrada pelo patriarcado resultante da dominação masculina. Trata-se, em verdade, de um sistema de crenças cujo objetivo é limitar o espaço e o poder concedido às mulheres, prejudicando sua autodeterminação no meio social, nos dizeres de Nogueira e Veronese (2020, p. 232). No decurso da história, as diferenças biológicas foram convertidas em desigualdades pelos homens, justificando a exploração e a subordinação feminina (OLIVEIRA *et al,* 2015, p. 31).

Como examinam Nogueira e Veronese (2020, p. 232), as reiteradas agressões praticadas contra mulheres e toleradas pela sociedade visam machucar e destruir a fêmea para que, assim, o macho possa ter seu lugar de controle assegurado diante de qualquer ameaça de liberdade. Por esse motivo, há inúmeras tentativas de invisibilizar o fenômeno do feminicídio, na medida em que homens e mulheres (inclusive dentro do Judiciário) tendem a subestimar a gravidade do crime e justificar a conduta do agente.

Por isso Campos (2015, p. 109) argumenta que o crime de feminicídio possui duas vertentes: a primeira diz respeito à violência feminicida interpessoal, a qual representa uma intersecção das diversas expressões da violência de gênero sofridas pela vítima, o que a mantém em situação de vulnerabilidade, suscetível ao crime. Já a violência feminicida institucional é praticada pelos próprios agentes do Estado, tendo em vista que: "[...]" em muitas ocasiões, a inoperância estatal facilita a violação dos direitos femininos e a consumação dos feminicídios" (OLIVEIRA *et al,* 2015, p. 37).

Outro problema é que as vítimas são frequentemente culpabilizadas pelo crime e a narrativa construída ao longo do processo carrega um julgamento moral. Desse modo, cria-se uma valoração social que possibilita a absolvição ou a aplicação de uma pena mais benigna ao feminicida, como se a mulher fosse implicitamente responsável pela violência que a acometeu (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 232).

Nogueira e Veronese (2020, p. 232-233), outrossim, são explícitos em apontar as deficiência e irregularidades nas investigações criminais dos casos de feminicídio que dificultam o acesso à justiça de mulheres.

A utilização de estereótipos machistas pelos operadores do Direito que recebem o caso; a lentidão das investigações; a ineficiência no processo coleta das provas; a falta de preparo de muitos agentes públicos que desconhecem as marcas da violência de gênero; a pouca credibilidade dada ao depoimento dos amigos e familiares da vítima e a negligência geral das autoridades quando do trato da violência doméstica que antecede o feminicídio são alguns obstáculos que se impõem (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 232-233).

Em suma, a inferiorização do gênero feminino e de suas manifestações associadas provoca formas de violências extremadas, ceifando a vida de centenas de mulheres (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 22). Para Nogueira e Veronese (2020, p. 222), apesar da ancianidade da violência de gênero, apenas nas últimas décadas há uma preocupação social e, principalmente, jurídica em superar esses indicadores na busca por estruturas capazes de proteger as vítimas e punir seus algozes.

A violência contra a mulher, à luz dos novos estudos sobre a temática, possui causas além da passionalidade, afetividade, pessoalidade e ocasionalidade, como alertam Nogueira e Veronese (2020, p. 222). Em verdade, as marcas da violência de gênero expressas nos casos de violência doméstica e feminicídio manifestam as desigualdades de poder existentes entre homens e mulheres.

Nesse entendimento, a morte feminina representa apenas a conclusão de um processo de dominação previamente estabelecido entre a vítima e seu ofensor, sobretudo quando há um histórico de violência doméstica entre as partes. As agressões que acontecem na esfera privada são comumente ignoradas e toleradas pela sociedade, sendo a intervenção estatal muitas vezes ineficiente e tardia para evitar o feminicídio, em que pese seu reconhecimento como crime e judicialização nos últimos anos (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 35).

Por isso, diz-se que as dinâmicas sociais que sujeitam às pessoas nos esquemas de dominação e exploração são reproduzidas no espaço das relações íntimas. No entanto, cabe recordar que essas relações díspares se encontram amparadas por uma matriz hegemônica, a qual orienta a ordem sociocultural vigente dentro da organização política daquela sociedade (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 222).

O patriarcado, o qual mantém as relações entre homens e mulheres em atos de dominação e opressão, respectivamente, consolidou seu poder secular através da subordinação de um gênero a outro antes mesmo da existência do racismo e da luta de classes moderna. Esse sistema conserva mulheres e meninas em um lugar de submissão dentro da ordem social, enquanto os homens, por seu turno, detêm mais poderes e direitos, sendo explicitamente mais favorecidos pela divisão sexual na qual o patriarcado se alicerça (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 28-

29).

Segundo inteligência de Nogueira e Veronese (2020, p. 227): "[...] o exercício do poder patriarcal autoriza que mulheres sejam violentadas de diversas formas diariamente, até chegar ao ato último em seus corpos e suas vidas, o feminicídio". Assim, a despeito da efetivação dos direitos femininos nos últimos anos, a desigualdade de poder ainda prevalece entre homens e mulheres, o que dificulta o alcance da igualdade material e mantém a vulnerabilidade feminina nos espaços públicos e privados (MESSIAS *et al*, 2020, p. 10).

Dessa forma, Nogueira e Veronese (2020, p. 228) reiteram que a revisão da lógica patriarcal disseminada na América Latina é primordial para promover a dessubalternização de mulheres, bem como para entestar a colonialidade estabelecida entre homens e mulheres. Cabe destacar, ainda, que os processos para desconstrução da subalternização da imagem feminina se encontram ancorados nos movimentos de resistência, os quais problematizam a desigualdade dos lugares tradicionalmente designados por homens e mulheres na sociedade brasileira (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 228).

Importante consignar, além disso, que o feminicídio difere-se (e muito) do homicídio feminino. Conforme preceituam Nogueira e Veronese (2020, p. 230), o primeiro não caracteriza um evento isolado ou inesperado e pode acontecer em diversos espaços como no âmbito doméstico, nas relações interpessoais ou até mesmo em locais públicos, onde há a sujeição de mulheres aos imperativos violentos do gênero. Logo, o feminicídio "Faz parte de um processo contínuo, envolvendo possibilidades que levam à morte as mulheres" (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 230).

Acertadamente, nem todo homicídio cuja vítima seja uma mulher será caracterizado como feminicídio. O delito específico apresenta origens profundas, históricas, culturais e contínuas, consolidadas a partir da brutalidade masculina contra o gênero feminino, o que ocasionou o estabelecimento de relações desiguais, conflituosas e violentas no meio social. A submissão feminina é a marca ostensiva do patriarcado, o que conserva mulheres na condição de vítimas e em contextos de vulnerabilidade duradouros perante seus algozes (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 34-35).

Diante do exposto, a pesquisa realizada por Campos (2015, p. 109) revela a necessidade de se nominar e especificar a morte de mulheres, posto que se trata de uma agressão específica legitimada pelo machismo socialmente praticado, bem diferente do homicídio comum. Como explica a autora, os fatos que envolvem um caso de feminicídio evidenciam comportamentos misóginos, os quais visam impedir a autodeterminação e a liberdade da vítima. A título de exemplo, pode-se mencionar a existência de violência sexual, mutilação dos órgãos genitas

feminino e motivações como ciúme ou não aceitação do término do relacionamento (CAMPOS, 2015, p. 109).

Em geral, a morte nas (ex)relações íntimas de afeto é consequência da dinâmica desigual de poder que já fazia parte daquele relacionamento. Nesse caso, a mulher tende a ocupar uma posição de vulnerabilidade e subjugação, enquanto o agressor usa da violência doméstica para reafirmar o controle e a posse sobre o corpo feminino (CAMPOS, 2015, p. 109).

Além disso, outra característica do feminicídio é que se trata de um crime premeditado em que o agente mata a vítima por meio de uma atitude consciente de negação à autonomia feminina. Quanto a esse delito, assim, não há de se falar em injusta provocação ou perda de controle. A propósito, o eventual acolhimento de tese defensiva baseada na violenta emoção revela uma tolerância estatal aos crimes de gênero cometidos contra a mulher (CAMPOS, 2015, p. 109).

De maneira lacônica, pode-se aduzir que "O feminicídio é um tipo de violência sexista motivado pela misoginia" (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 228). A morte feminina por razões do sexo feminino constitui, outrossim, um crime de Estado, na medida que seu aparato viabiliza sua prática por meio da ação ou omissão.

Nesse entendimento, considera-se a responsabilidade do Poder Público sobre o impiedoso assassinato de mulheres motivado pelo gênero, as quais se tornam vítimas do patriarcado e do androcentrismo que sustentam a ordem social vigente. O Estado, assim, não pode ser eximido de sua incumbência constitucional de proteger as mulheres da violência sexista que as priva de sua vida e liberdade (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 229).

Nesse processo, não obstante o poder do Direito como transformador das relações sociais, também se faz necessária "[...] a continuidade da supervisão das decisões judiciais aos casos em que pode ser aplicada a qualificadora do feminicídio, assim como dos dados estatísticos de mortes de mulheres e das situações em que elas são mortas" (BARROS; SOUZA, 2016, p. 277).

Nos dizeres de Barros e Souza (2016, p. 277), além da repressão, cabe ao Poder Público elaborar políticas públicas capazes de garantir a prevenção de todas as formas violência contra a mulher, em uma perspectiva pré-violatória de direitos. Em verdade, considera-se que o enfrentamento à violência de gênero reclama um esforço conjunto que envolve medidas legislativas, tutela de sobreviventes e vulneráveis, coleta de dados, maior inserção feminina no mercado de trabalho, igualdade salarial, acesso à saúde, dentre outros (BARROS; SOUZA, 2016, p. 277).

"É preciso que haja uma preocupação estatal genuína em reverter a situação de violência

contra mulheres proporcionada pelas estruturas patriarcais, que a colonialidade impôs às mulheres latino-americanas" (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 230). Para Nogueira e Veronese (2020, p. 230), não obstante as pressões para concretização de justiça de gênero sejam majoritariamente externas, a partir de condenações simbólicas, cada vez mais urge aos Estados Nacionais (notadamente os países da América Latina) resguardar os Direitos Humanos em seus respectivos territórios, sob pena de sofrerem restrições comerciais nos ditames do capital internacional.

Além disso, o aprofundamento dos estudos nessa temática com o escopo de investigar as causas sócio-econômicas, as desigualdades e a discriminação por detrás da violência é essencial para elaboração de novas políticas afirmativas. Tais políticas envolvem a implantação de "[...] cotas para mulheres em cargos eletivos, cargos públicos e empresas, reduções tributárias diferenciadas, tudo aliado a programas educativos e de acolhimento" (BARROS; SOUZA, 2016, p. 277). De acordo com Barros e Souza (2016, p. 277), o combate à violência de gênero, em sua magnitude, exige soluções complexas e, somente assim, será possível alcançar a igualdade almejada pela Constituição Federal de 1988.

2.2 Antecedentes históricos e promulgação da Lei nº 13.104/2015

Conforme o ensinamento de Nogueira e Veronese (2020, p. 223), o feminicídio ganhou visibilidade na América Latina no século XX, após a condenação do México pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em razão dos assassinatos de mulheres nesse território. O país, inclusive, recebeu diversas recomendações internacionais em um curto período.

Logo, quando a Lei nº 13.104/2015 começou a vigorar no Brasil, Estados como Costa Rica, Guatemala, Chile e Peru já reconheciam uma criminalização específica para as mortes femininas em virtude da violência de gênero (MESSIAS *et al*, 2020, p. 02).

Há de se ressaltar, ainda, que a proteção dos direitos humanos das mulheres também encontra subsídio na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, chancelada pela Assembleia Geral das Nações Unidas após a 2ª Guerra Mundial. O documento passou a reconhecer os direitos humanos como universais e indivisíveis, sendo que o processo de internalização dos direitos femininos começou a partir de 1979 com a criação da "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher" (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 223).

O Decreto nº 4.377/2002 inseriu a Convenção no ordenamento jurídico brasileiro. Nos termos do Art. 1º do referido diploma, a expressão "discriminação contra a mulher"

(posteriormente resgatada pela Lei nº 13.104/2015) poderá ser utilizada para designar toda distinção, exclusão ou restrição baseada no gênero. Com isso, repugna-se qualquer conduta que vise prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher de seus direitos humanos (BRASIL, 2002).

Como lecionam Nogueira e Veronese (2020, p. 224), outrossim, existem outras Convenções que versam sobre os direitos femininos, além da CEDAW. Nesse tocante, é possível mencionar a Convenção Interamericana sobre Direitos Políticos das Mulheres de 1948, a Convenção Interamericana sobre Direitos Civis das Mulheres de 1948 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres de 1994.

Nesse sentido, as diversas recomendações emanadas do MESECVI (Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará), a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (México x Campo Algodonero), bem como a pressão da ONU Mulheres e do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas influenciaram a criação da Lei nº 13.104/2015 no país (CAMPOS, 2015, p. 107).

O Art. 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres (Convenção de Belém do Pará) define a violência contra a mulher como: "[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (BRASIL, 1996).

Observa-se, nesse contexto, que as discussões suscitadas no âmbito internacional foram essenciais para que os Estados nacionais (incluindo o Brasil) criassem ou adaptassem suas legislações, a fim de atender aos novos padrões de respeito, promoção e proteção dos direitos humanos femininos negligenciados até então (FEIX, 2011, p. 203).

A partir das recomendações internacionais da Comissão sobre a Situação da Mulher e do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Brasil foi pressionado a criar uma legislação específica com o intuito de punir e coibir o feminicídio. Outrossim, o Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) desenvolveram um protocolo para investigação dos feminicídios em 2014.

O objetivo desse procedimento era justamente apurar as mortes femininas motivadas por questões de gênero, levando-se em conta as particularidades de cada caso. Nesse diapasão, o Brasil editou as "Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres: feminicídios" em 2016. Como recordam Nogueira e

Veronese (2020, p. 226), o Brasil foi um dos primeiros países a seguir o protocolo internacional supramencionado, adaptando-o à sua realidade sociopolítica, cultural e jurídica.

Vale reforçar que a prática do feminicídio é amiudadamente precedida de um histórico de agressões ocorridas no âmbito doméstico. Por esse motivo, diz-se que a promulgação da Lei nº 13.104/2015 também foi uma resposta aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, no que toca ao enfrentamento da violência de gênero e promoção dos direitos das mulheres no país (CAMPOS, 2015, p. 106-107).

Nesse tocante, considera-se que a tipificação do feminicídio no Brasil sucedeu a produção legislativa iniciada pela Lei nº 11.340/2006, a qual criminalizou de forma mais incisiva a violência doméstica e familiar contra a mulher, como visto. Nesses termos, coube à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), responsável por investigar a violência contra a mulher, apresentar o projeto que deu origem à Lei nº 13.104/2015 (CAMPOS, 2015, p. 106).

Em tal caso, a CPMI protocolou o PLS 292/2013 no Senado Federal. No projeto houve o reconhecimento do feminicídio como o assassinato de mulheres motivado pelo gênero, enquanto um crime baseado na subjugação social do feminino e historicamente ignorado pelo Estado (CAMPOS, 2015, p. 107). Por esse motivo, diz-se que a CPMI supriu esta carência e apresentou a proposta que originaria da Lei do Feminicídio, incluindo o crime como um tipo de homicídio qualificado e hediondo no Código Penal (BARROS; SOUZA, 2016, p. 264-265).

Como aduz Campos (2015, p. 107), o texto legal proposto pela CPMI de Violência Contra a Mulher no Brasil identificava o feminicídio como a violência de gênero fatal, verificada nos casos em que existia uma relação íntima de afeto ou parentesco entre a vítima e o agressor; prática de abuso sexual ou mutilação do corpo feminino. Interessante notar que essa primeira definição e seus elementos caracterizadores estavam consoantes com o conceito clássico proposto pelo movimento feminista (CAMPOS, 2015, p. 107).

Nesse contexto, Campos (2015, p. 107) assinala que as três circunstâncias previstas na qualificadora do PLS 292/2013 abarcavam tanto o feminicídio resultante da violência doméstica como outras situações que denotassem ódio e desprezo ao corpo da mulher (violência sexual e mutilação/desconfiguração do cadáver da vítima).

Quando o projeto criado pela CPMI foi discutido pelo Senado Federal, ele sofreu algumas modificações, sendo um substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De acordo com Campos (2015, p. 107-108), o novo documento manteve a qualificadora, descrevendo o feminicídio como aquele cometido contra a mulher "*por razões de gênero*". Além das circunstâncias de violência doméstica, sexual e mutilação ou desfiguração da vítima, o texto inseriu o emprego de tortura ou uso de meio cruel ou degradante para caracterização do

feminicídio.

A Procuradoria da Mulher do Senado Federal, porém, apresentou um novo substitutivo sobre o projeto da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No caso, o órgão optou por manter a definição do feminicídio como sendo a morte em decorrência da violência de gênero, mas retirou as circunstâncias da violência sexual e emprego de meio cruel apresentadas anteriormente (CAMPOS, 2015, p. 108).

O substitutivo em questão modificou mais significativamente a proposta original da CPMI e priorizou a tipificação do feminicídio íntimo, consumado no contexto da violência doméstica. As demais circunstâncias, ainda, foram suprimidas e concentradas na expressão "menosprezo ou discriminação à condição de mulher" (CAMPOS, 2015, p. 108).

Na realidade, observa-se que o feminicídio íntimo é o tipo mais frequente e, geralmente, seu autor é alguém do convívio próximo da vítima, com quem ela mantinha relacionamento íntimo ou familiar. No entanto, existem outras formas de feminicídio, não especificamente tratadas pela lei, como o feminicídio sexual (acontece após uma violência sexual), o corporativo (quando há vingança ou disciplinamento no contexto do crime organizado) e o infantil (vítimas infantojuvenis, no seio familiar) (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 22).

Por fim, cumpre destacar que o projeto organizado pela Procuradoria da Mulher prescreveu três causas de aumento de pena (de ⅓ até a metade), quais sejam: caso o crime fosse praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; se a vítima fosse menor de 14 e maior de 60 anos e se algum de seus descendentes ou ascendentes testemunhassem o feminicídio (CAMPOS, 2015, p. 108).

Com isso, o projeto foi finalmente aprovado pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados, tramitando como PL 8305/2014. Essa Casa Legislativa, por sua vez, substituiu a expressão "razões do sexo feminino" para que a nova redação passasse a constar "razões da condição de sexo feminino" (CAMPOS, 2015, p. 108).

Após essa mudança, o PL 8305/2014 passou pela aprovação do parlamento e foi sancionado por Dilma Rousseff, Presidenta da República na época. Após esse processo, a Lei nº 13.104/2015 surgiu e foi a responsável por inserir uma nova modalidade de homicídio qualificado, alterando o Art. 121 do Código Penal (CAMPOS, 2015, p. 108).

Em conclusão, Campos (2015, p. 110) salienta a importância dos projetos de lei (da CPMI e seus substitutivos), bem como da Lei nº 13.104/2015 para que houvesse o reconhecimento jurídico de que as mortes por razões de gênero apresentavam atributos e contextos especiais e, com isso, dispensavam uma tutela específica.

Por conseguinte, a tipificação do feminicídio representou uma vitória da luta feminista

em razão da especificidade dessas violências fatais, as quais consistiam em uma sistemática violação dos direitos humanos das mulheres, até então negligenciados pelo Estado (CAMPOS, 2015, p. 110).

2.3 Apontamentos jurídicos e circunstancias a respeito do tipo-penal

O feminicídio foi incluído no Código Penal em 2015, a partir da promulgação da Lei nº 13.104, a qual alterou o Art. 121 do referido diploma para inserir uma nova qualificadora no homicídio comum, prevendo uma pena maior de 12 a 30 anos, caso o crime fosse cometido "*contra a mulher por razões da condição de sexo feminino*".

De acordo com o §2º-A, Art. 121, CP, ainda, considera-se razões de condição do sexo feminino quando observados menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou um histórico de violência doméstica e familiar que anteceda a ocorrência do crime (BRASIL, 2015).

Por conseguinte, a qualificadora do Art. 121, § 2º-A do Código Penal não comporta aplicação indiscriminada e pura em face do assassinato de mulheres, devendo-se respeitar às condições postas pela norma. No mais, cumpre reportar que o feminicídio apenas pode existir na modalidade dolosa, ou seja, quando o autor quis a morte feminina por razões de gênero ou assumiu o risco de produzir esse resultado, conforme o Art. 18, inciso I do referido diploma (MESSIAS *et al*, 2020, p. 03).

Quanto à caracterização do feminicídio praticado no âmbito das relações íntimas de afeto, Campos (2015, p. 111) opina que a referida tipificação existe para suprir a omissão legal deixada pela Lei nº 11.340/2006, a qual deixou de nomear a violência feminicida.

A autora, ademais, analisa que a Lei Maria da Penha não distingue os sujeitos ativos da violência, de modo que a mesma compreensão deve ser estendida ao feminicídio. Trata-se, destarte, de crime comum que pode ser cometido por qualquer pessoa, desde que motivado por razões de condição de sexo feminino nas condições da lei (MESSIAS *et at*, 2020, p. 07).

A despeito de eventuais controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais, o entendimento majoritário é o de que o inciso I, § 2º-A do Art. 121 possui natureza jurídica objetiva. Com isso, resgata-se o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher dado pelo Art. 5º da Lei Maria da Penha, o qual determina que qualquer agressão baseada no gênero que possa levar à morte, lesão e dano à vítima realizada no espaço doméstico/familiar será apreciada à luz da legislação especial (BRASIL, 2006).

Nessa hipótese, o Julgador do caso desconsidera a intenção do agente, bastando o

contexto de violência doméstica e familiar relacionado ao feminicídio para aplicação da qualificadora (MESSIAS *et at*, 2020, p. 04).

O Código Penal, nesse diapasão, determina que a existência prévia de um histórico de violência doméstica entre o autor e a vítima qualifica o homicídio eventualmente cometido pelo agressor, nos termos legais supramencionados. Sublinha-se que a maior parte dos assassinatos de mulheres acontece dentro da própria casa, onde, muitas vezes, há a intensificação do ciclo de violência doméstica que resulta na morte feminina (MESSIAS *et al*, 2020, p. 03).

Historicamente, o espaço privado se fez *lócus* privilegiado para ocorrência da violência contra as mulheres, propiciando a naturalização e invisibilização do problema durante muito tempo. O feminicídio íntimo previsto pela norma, por conseguinte, decorre das relações de poder desiguais existentes entre os gêneros, notadamente no ambiente doméstico e no bojo do seio familiar (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 23).

Já no caso de menosprezo ou discriminação à condição de mulher, constata-se que o dispositivo "[...] pretende abarcar outros comportamentos misóginos ou as mortes em razão de gênero que hoje ficam ocultas nas qualificadoras do motivo torpe ou fútil, comumente utilizadas para os homicídios de mulheres, mas que revelam discriminação" (CAMPOS, 2015, p. 111).

Essa segunda hipótese possui conotação subjetiva, na medida em que leva em consideração o elemento volitivo do agente para a prática do delito, o que precisa ser observado pelo operador do Direito quando da aplicação da norma penal (MESSIAS *et al*, 2020, p. 03).

Isso significa que a qualificadora do inciso II, § 2º-A do Art. 121 somente poderá incidir quando o Julgador inferir que o crime aconteceu motivado pelo menosprezo ou discriminação da condição de mulher da vítima. Consequentemente, o intento do agressor é indispensável para o reconhecimento da incidência desse dispositivo, cabendo uma análise ponderada por parte do Magistrado em cada caso concreto (MESSIAS *et al*, 2020, p. 05).

Em oposição, pode-se argumentar que o feminicídio cometido pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher já estaria compreendido pelo motivo torpe. Desse modo, embora a discussão já esteja pacificada nos dias de hoje, por vezes, os recursos que chegam até as instâncias superiores ainda alegam a impossibilidade de incidência da qualificadora do feminicídio cumulada com a qualificadora do motivo torpe, sob pena de *bis in idem* (CAMPOS, 2015, p. 112).

A tese em questão foi afastada pela jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo reiteradamente. Nesse sentido, Campos (2015, p. 112) enfatiza a necessidade de manter as circunstâncias descritas no feminicídio para sua identificação no caso concreto, posto que nem toda a motivação torpe apresenta razões de gênero. O objetivo, então, é justamente revelar a

violência de gênero expressa na conduta feminicida (CAMPOS, 2015, p. 112).

A legislação penal, além disso, incluiu a prática do feminicídio no rol dos crimes hediondos e elencou algumas causas de aumento de pena, caso o fato típico fosse praticado durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra vítima menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, contra pessoa com deficiência ou na presença de descendente ou de ascendente da vítima, nos termos do §7º, Art. 121, CP (BRASIL, 2015).

Vale mencionar que a Lei nº 13.104/15 foi extrema importância para denunciar a violência de gênero fatal que tirava a vida de centenas de mulheres brasileiras todos os anos. Para o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 01), trata-se de uma ação afirmativa de prevenção da morte feminina em um grave contexto de violência sistemática, por vezes, ignorado pelos juristas e pela população.

Isso revela que as mudanças legislativas recentes realizadas em prol da emancipação de meninas e mulheres indicam que as lutas modernas pelo reconhecimento dessas enquanto cidadãs plenas e titulares de direitos foi exitosa. Embora a promulgação de leis específicas e políticas públicas ainda não conseguiram eliminar todas as formas de violência e discriminação enfrentadas por mulheres cotidianamente, imperioso reconhecer o progresso alcançado pelos movimentos sociais feministas até agora (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 38).

Acontece que, mesmo decorrido um tempo significativo desde a inclusão da Lei do Feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro, o instituto em questão ainda suscita muitas discussões a respeito de sua relevância, abrangência, constitucionalidade e aplicabilidade. Por óbvio, os debates sobre a indispensabilidade de se aliar campanhas educacionais dirigidas à população ao cumprimento da norma penal também persistem nesse tocante (MESSIAS *et al*, 2020, p. 02).

Observa-se que a nova lei suscitou muitas críticas, inclusive a respeito de sua compatibilidade com os princípios e valores elencados na Constituição Federal. Nesse tocante, uma parcela de juristas argumenta que a Lei nº 13.104/2015 possui um caráter discriminatório e paternalista, reforçando o estereótipo do sexo feminino como "frágil" e atenta contra o princípio constitucional da igualdade previsto no Art. 5º, *caput* da Carta Maior (MESSIAS *et al*, 2020, p. 08).

Os debates a respeito da constitucionalidade da norma que criminaliza o feminicídio também aconteceram na Guatemala e México em 2008 e 2012, respectivamente. Tais países, porém, mantiveram a lei e, da mesma forma, o Brasil reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 13.104/2015 com base no princípio da isonomia (tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade). Isso significa que, em situações injustas, o

legislador pode e deve conferir uma diferenciação no tratamento na busca pela paridade real (MESSIAS *et al*, 2020, p. 09).

O entendimento majoritário, pois, é o de que a Lei do Feminicídio é constitucional e celebra o princípio da igualdade supracitado. Como é cediço, a violência de gênero alicerçada no patriarcado e no machismo estrutural mantém mulheres em situação de vulnerabilidade diante de seus agressores.

Por esse motivo, o assassinato de vítimas femininas em decorrência de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou realizado no contexto de violência doméstica justifica um tratamento diferenciado conferido pela norma penal (MESSIAS *et al*, 2020, p. 09).

Sem embargo, pode-se considerar que a Lei do Feminicídio não viola o princípio da igualdade e nem coloca a mulher como sexo frágil em um sentido paternalista. Ao contrário, o diploma em questão possibilitou a denúncia dos homicídios cometidos contra mulheres por razões de gênero em duas circunstâncias específicas (CAMPOS, 2015, p. 114).

"Nesse sentido, a qualificadora tem por objetivo revelar que em determinadas situações, a motivação do crime se dá em razão de gênero, isto é, há condições sociais de desigualdade de gênero que envolvem o comportamento feminicida" (CAMPOS, 2015, p. 114). Por isso, não há como se afastar a imprescindibilidade da Lei nº 13.104/2015 para a tutela da vida feminina, já que, até então, a figura do homicídio carregava circunstâncias neutras de gênero, sem levar em consideração a forma extrema desta violência.

Incontestavelmente, a criminalização do feminicídio carrega uma simbologia social e jurídica, além de ser um passo importante na luta pela justiça de gênero e efetivação da igualdade entre as pessoas. Incumbe ao Estado priorizar a erradicação da violência e do feminicídio na agenda política para construir uma sociedade mais livre, justa e solidária, nos termos do Art. 3º, inciso I da Constituição Federal (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 38).

Nesse diapasão, para combater o extermínio de mulheres atualmente, Nogueira e Veronese (2020, p. 237-238) propõe a recuperação dos valores femininos e o empoderamento de mulheres com o intuito de garantir uma vida plena e segura a todas. Faz-se necessário, nesse sentido, a atuação conjunta de governos, associações de municípios, funcionários do Judiciário, instituições de ensino, empresas, profissionais da saúde e outros que possam auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas à erradicação da violência de gênero em seus diversos aspectos.

Há de se destacar que o crescimento no número de feminicídios não é apenas um problema de segurança pública, mas também envolve uma questão social, política e com impactos econômicos. A reiterada prática de violência prejudica a saúde da mulher, seu

desempenho profissional e o bem-estar de seus filhos, de acordo com Nogueira e Veronese (2020, p. 238).

No entanto, conforme alerta o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 02), somente a partir de um bom diagnóstico do feminicídio e da análise de suas causas e consequência, haverá a elaboração de políticas públicas criminais mais eficazes para evitar a morte ou a reiteração de condutas violentas contra a mulher.

É preciso, além disso, a implementação de ações afirmativas no sentido de erradicar essa violência através de práticas educacionais e de conscientização. Anota-se, destarte, que a construção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero requer um esforço contínuo na eliminação de hábitos machistas e misóginos na sociedade (MESSIAS *et al*, 2020, p. 11).

Em uma análise circunstancial sobre o crime, acerca dos dias da semana em que o feminicídio acontece, o estudo empírico feito pelo Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 08) concluiu que há uma concentração de crimes aos finais de semana (32%), não obstante a maior incidência das mortes, consumadas ou tentadas, aconteça de segunda a sexta (68%).

A mesma pesquisa, ademais, verificou que a maioria dos crimes acontece entre às 18h até 24h (35%). "Apurou-se também que 41% dos fatos ocorreram durante o dia, assim considerado o período compreendido entre 06 e 18 horas e 59% ocorreram durante a noite, considerado o período entre 18 e 06 horas" (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 09).

No mais, o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 10) constatou que, via de regra, o feminicídio acontecia dentro de casa. Em casos excepcionais, porém, a morte da vítima motivada pela violência de gênero aconteceu em outros locais geralmente frequentados pela mulher como no caminho para casa ou para o trabalho (8%). Quanto à relação entre os crimes consumados e tentados, "De uma forma aproximada, para cada três mulheres atacadas por um agressor com intenção de matar, uma morreu" (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 12).

Por sua vez, a maior parte das armas usadas eram consideradas "brancas", a exemplo de facas, foices e canivetes (58%). Em 10% (dez por cento) dos casos, os agressores fizeram uso das próprias mãos para machucar a vítima e em 17% (dezessete por cento) das denúncias investigadas, os agentes utilizaram arma de fogo para cometer a violência feminicida, segundo o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 13).

Outrossim, outros instrumentos empregados como arma nos crimes de feminicídio foram: chave de fenda; martelo; chave de rodas; madeira; objetos domésticos; materiais de construção; asfixia (com as mãos ou com objetos); afogamentos; espancamento; veículos; fogo; ácido; veneno e esturpro (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 14).

O dado revela a brutalidade empregada pelo agente feminicida na prática do crime. A

incidência da qualificadora inserida pela Lei nº 13.104/2015, dessa forma, é devida pela desigualdade de gênero existente entre homens e mulheres, especialmente no ambiente familiar e domiciliar em virtude da condição do sexo femiino (MESSIAS *et al*, 2020, p. 10).

Os dados coletados pelo Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 14) revelaram que a magnitude da crueldade envolvendo as mortes femininas em decorrência da violência de gênero. Em 48% (quarenta e oito por cento) das denúncias, o agente desferiu diversos golpes/tiros na vítima e em 10% (dez por cento) dos casos usou de asfixia ou meio cruel, sendo que em 8% (oito por cento) dos processos relatou-se a ocorrência de espancamento além do feminicídio propriamente dito (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 15).

Quanto ao perfil vitimológico, o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 15) lembra que o feminicídio pode atingir uma ampla categoria de vítimas, principalmente aquelas que possuíam um relacionamento íntimo, convivência doméstica ou familiar com o agressor. No mais, a discriminação ou menosprezo à mulher também levam à ocorrência do delito, por se tratar de um crime fundamentado na violência sexista desfavorável ao gênero feminino.

Constata-se, pois, que a "[...] maior incidência de feminicídio ocorre entre pessoas que têm, ou tiveram, uma relação de união estável, seguindo-se as pessoas que são ou eram casadas e os namoros" (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 15). Em menor quantidade, o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 15) registrou alguns crimes envolvendo profissionais do sexo e outros relacionamentos extraconjugais.

Cumpre reportar que, além das namoradas, esposas e companheiras, existem vítimas mães, filhas, tias, amigas, sogras, cunhadas e irmãs do agente. A pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 15) também observou a prática de feminicídios contra desconhecidas, vizinhas e colegas de trabalho em que o sujeito agiu com manifesto desprezo e discriminação à condição de mulher, a incorrer no tipo-penal previsto no §2º-A, Art. 121 do Código Penal.

Ainda segundo as informações levantadas pelo Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 16), 70% (setenta por cento) dos casos de feminicídio envolvendo relação afetiva foram praticados por convivente ou ex da vítima e 14% (quatorze por cento) dos agressores figurava como cônjuge ou ex cônjuge da mesma.

No que toca aos motivos que levaram à morte feminina, apurou-se que o crime ocorreu, majoritariamente, por separação recente do casal ou pedido de rompimento (45%), seguido de ciúmes, sentimento de posse ou machismo (30%) e até discussões banais (17%) ou motivos financeiros (2%), nessa ordem (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 17).

Incontestável que as maiores vítimas do feminicídio sejam mulheres vítimas de

violência doméstica, todavia, o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 18) ressalta que o delito também atinge família e terceiros, os quais compõem as chamadas vítimas secundárias.

Assim, as vítimas indiretas são os descendentes ou ascendentes da mulher que presenciaram o ataque, o que gera um grande sofrimento psicológico como resultado do trauma. Por sua vez, o feminicídio também produz vítimas diretas, quem sejam: descendentes, ascendentes, parentes, amigos, conhecidos e eventuais parceiros novos da vítima, quando tentam impedir a concretização da violência fatal e são atacados pelo agressor (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 18).

"O resultado foi o de que, para cada 4 feminicídios, um deles atinge uma outra pessoa além da mulher: em 26 % dos casos analisados há vítimas diretas ou indiretas que sofreram com a ação do agente" (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 18).

Acerca da eficiência da Lei nº 13.104/2015, mensurada com base em sua aplicabilidade, o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 20) concluiu que a qualificadora estava inserida na denúncia promovida pelo Ministério Público quando observado que o crime envolvia uma relação afetiva marcada pela ideia de posse. Na maior parte dos casos analisados (87%) havia expressa referência à qualificadora e nos demais processos (13%), a denúncia feita foi de homicídio.

Ocorre que, quando a vítima assassinada não possuía um relacionamento íntimo-afetivo prévio com o agressor, aconteceu uma inversão de dados, de modo que "[...] não houve a inclusão do feminicídio em 73% dos casos (o que revela a dificuldade de se identificar gênero além da relação afetiva)" (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 21).

Por fim, o estudo conduzido pelo Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 22) indicou que em apenas 12 (doze) dos 364 (trezentos e sessenta e quatro) casos de feminicídios analisados constatou-se a existência de medida protetiva prevista na Lei nº 11.340/2006, o que representa menos de 5% (cinco por cento) das denúncias.

Outro dado preocupante é aquele que versa sobre os boletins de ocorrência registrados pelas vítimas que morreram. Conforme o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 23), no universo de 124 (cento e vinte e quatro) feminicídios consumados, em apenas 5 (cinco) verificou-se que a vítima já havia registrado um BO contra o agente anteriormente. "Nos demais casos, não consta qualquer registro criminal em face do agressor. Ou seja, as vítimas nunca procuraram a ajuda do Estado" (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 23).

Isso indica que o feminicídio é uma morte evitável, o que fez com que o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 25) destacasse a importância do deferimento das medidas protetivas e da denúncia de agressões anteriores como meios de prevenção da morte de mulheres pela

violência de gênero que permeia a sociedade brasileira.

Igualmente, "É possível entender, desse modo, que os feminicídios são considerados mortes evitáveis, ou seja, que não aconteceriam sem a conivência institucional e social às discriminações e violências contra as mulheres" (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 238). Nesse contexto, não se pode eximir o Estado da sua responsabilidade pela morte de mulheres, posto que, por ação ou omissão, o Poder Público compactua com essa perpetuação da violência de gênero na sociedade atual.

Diante do supracitado, pode-se concluir que o feminicídio não é um crime praticado somente aos finais de semana, na madrugada e quando o sujeito está sob o efeito de álcool e entorpecentes, posto que também é usualmente praticado durante o dia e em dias de semana, de acordo com a análise do Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 24).

As estatísticas, outrossim, indicam que o sujeito ativo do feminicídio é alguém do convívio da mulher, dentro de casa ou que está presente nos locais em que a vítima frequenta, o que potencializa sua condição de vulnerabilidade em face da violência praticada (NÚCLEO DE GÊNERO MPSP, 2018, p. 24).

Como apontou o Núcleo de Gênero do MPSP (2018, p. 24), o assassinato de mulheres por razões de gênero apresenta viés de severa crueldade. Na maioria das vezes, como restou demonstrado, o agente utiliza armas brancas (como facas, ferramentos, objetos domésticos) para golpear e ferir a vítima de forma intensa e voraz. Além disso, a ocorrência de asfixia também está presente em diversos casos analisados

Indubitavelmente a violência praticada contra a mulher que pode levar ao feminicídio possui um custo humano muito alto: logo, subestimar a periculosidade do agente que assassina mulheres em um contexto de violência de gênero é criar precedentes que levam à impunidade e invisibilizam o problema.

É necessário considerar, ainda, os efeitos nocivos que as agressões reiteradas causam na vida da vítima como a perda da produtividade no trabalho, o abalo na auto-estima, o desenvolvimento de transtornos de ordem mental e limitação da capacidade de cuidar de si e de sua família (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 238).

Nota-se que "Criminalizar o feminicídio foi uma providência necessária e justa, diante da dívida que a sociedade possui para com as mulheres" (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 37). A inclusão do feminicídio como qualificadora no Código Penal, no entanto, precisa acompanhar outras ações afirmativas do governo brasileiro para extinguir a realidade de violência a que muitas mulheres estão submetidas diariamente, como visto.

A aprovação de uma legislação mais incisiva para combater a violência de gênero, por

óbvio, não solucionará o problema de imediato. Barros e Souza (2016, p. 277), entretanto, destacam a importância da criação do feminicídio como meio de censura a situação de vulnerabilidade em que as mulheres são colocadas hodiernamente.

Os autores, ademais, mostram-se esperançosos de que a instituição de novas leis aliada a outras medidas de cunho educacional, por exemplo, poderá alterar as dinâmicas de poder existentes e emancipar o gênero feminino da dominação masculina no futuro (BARROS; SOUZA, 2016, p. 277).

Finalmente, Nogueira e Veronese (2020, p. 238-239) alertam que o enfrentamento da violência contra a mulher somente será possível a partir do avanço nos estudos sobre o tema e o aperfeiçoamento das redes de atendimento e de apoio às vítimas.

Vale lembrar que esse esforço deve ser conjunto, multisetorial e multidisciplinar em razão da complexidade do problema. Para os autores, ademais, não se pode olvidar do papel que o sistema de saúde pública desempenha na rede protetiva, tendo em vista que esse é o primeiro a ser acessado por muitas mulheres antes de chegarem à uma delegacia de fato (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 239).

3. TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE

A pluralidade de individualidades se torna cada vez mais intrínseca ao modelo de sociedade contemporâneo, juntamente com a rápida disseminação da informação, o avanço tecnológico e a importância das plataformas sociais. As pessoas transgênero, assim, representam uma parte dessa diversidade humana mencionada (SILVA *et al*, 2015, p. 370).

Apesar disso, o modelo dominante preza pela homogeneização das identidades, notadamente, pelo respeito às performances de gênero socialmente esperadas. Noronha e Oliveira (2016, p. 763) alegam que a ideia do gênero, enquanto ato performático, reside na sua prática reiterada que leva a sua legitimidade e naturalidade, a partir de vivências sociais significativas. Isso faz com que certas diversidades sejam negadas e até mesmo excluídas do convívio, como forma de protesto por não se adequarem aos padrões estabelecidos (SILVA *et al*, 2015, p. 370).

A consolidação do gênero, sob esse entendimento, faz-se por meio de processos de socialização do sujeito e sua forma de se relacionar no ambiente familiar, escolar e comunitário em geral, onde são ditadas as proibições e imposições do comportamento (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 28). Nesse contexto, o Direito adequa-se a esse determinismo sexo/gênero como adepto ao binarismo sexual e, além disso, reforça tal sistema ao prescrever, como regra, a imutabilidade

do nome e do sexo advindos do nascimento, os quais ficam gravados no registro civil.

Segundo Leite e Ferraz (2013, p. 217), pois, a estruturação do Judiciário atual foi imprescindível para que houvesse a institucionalização dessa convenção social na tentativa de individualizar cada um. Pontua-se, ademais, que a falta de reconhecimento jurídico no que toca à proteção dos direitos fundamentais daqueles que não se identificam com o sexo imposto no nascimento potencializa o preconceito, a humilhação pública e a marginalização dessas pessoas (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 217).

Interessante consignar que, para Leite e Ferraz (2013, p. 218), o nome e o gênero sexual para identificação do sujeito tornaram-se elementos secundários diante do desenvolvimento tecnológico. Isso acontece porque, com o avanço da tecnologia, há a possibilidade de realizar o reconhecimento da pessoa a partir da biometria e do exame de íris, por exemplo, sem excluir aqueles cuja identidade subjetiva diverge do que consta nos dados do registro civil.

No mais, segundo inteligência de Leite e Ferraz (2013, p. 218), a construção do gênero é feita a partir de um dado externo ao indivíduo, o qual se sujeita às convenções sociais condicionantes de comportamento a partir da determinação do sexo biológico. A verdadeira identidade de gênero, contudo, advém da identidade pessoal projetada na ordem íntima e psíquica de cada pessoa.

Em resumo, verifica-se que "A identidade de gênero consiste no sentimento de pertencer a determinado sexo, de acordo com as convicções internas de cada um, conforme a própria pessoa se vê ou até mesmo como decorrência de sua vontade" (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 218).

Isso significa que a identidade de gênero independe do sexo genital, posto que é formada na realidade psicológica e amplia as possibilidades do corpo sexado em sua performace social. Por isso, aduz-se que a identidade de gênero não se limita ao sistema fechado do sexo binário (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 218-219).

Desse modo, os rótulos de "homem/mulher", fixados a partir do sexo biológico, são incompatíveis com a identidade de gênero de pessoas trans, construída a partir de sua subjetividade. Com isso, elas são obrigadas a encontrar maneiras de transacionar, reconhecendo-se em outro gênero, na combinação deles ou com nenhum dos gêneros socialmente construídos (PANTE *et al*, 2021, p. 109).

Para fins de conceituação, entende-se por mulher biológica ou cisgênero aquela que possui o órgão genital feminino e se identifica como mulher, sendo essa sua identidade de gênero. A cisgeneridade, assim, é manifesta quando as pessoas se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento a partir do sexo biológico (PANTE *et al*, 2021, p. 109).

De outro ponto de vista, "A cisgeneridade também pode ser entendida como um modo

de conhecer o mundo, porque permite e incentiva a ignorância cis de todas as violências que as pessoas trans sofrem para que se sustente assim um regime de corporalidade forçado" (PODESTÀ, 2019, p. 376). Isso acontece porque a vivência da transgeneridade carrega inúmeras formas de exclusão, negação, assédio, interdição e violência, ao contrário da cisgeneridade.

As pessoas transgênero, por seu turno, apresentam uma expressão de gênero que não corresponde ao seu sexo biológico, de modo que descumprem os códigos socialmente impostos e, por isso, figuram à margem da sociedade e do direito, vez que desafiam as normas previamente estabelecidas de sexo e gênero (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 219).

Por corolário, Podestà (2019, p. 365) aponta que essas pessoas têm seus corpos "anormalizados" em um processo de patologização porque as identidades forjadas na subjetividade estão em dissonância da ordem de gênero mandatória.

"A transexualidade diz respeito a condição de um individuo cujo o gênero com o qual se identifica socialmente diverge do sexo físico biológico" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 05). Segundo Souza e Figueiredo (2021, p. 06), a pessoa transexual sofre com uma dicotomia físico-psíquica, na medida em que sente que seu sexo biológico não condiz com sua conformação sexual psicológica.

A transgeneridade, por conseguinte, está mais vinculada a fatores psicológicos do que físicos porque pressupõe a rejeição do gênero imposto pelo nascimento, de maneira que pode haver uma subversão à genitália, nas palavras de Souza e Figueiredo (2021, p. 06). Para o presente trabalho, dentre as pessoas transgênero, destacam-se as mulheres transexuais e as travestis, as quais, de acordo com Leite e Ferraz (2013, p. 219), constroem e expressam o gênero feminino a partir de um corpo considerado fisicamente masculino.

Historicamente, essa condição representou um grande tabu médico e social, sendo, inclusive, considerada uma patologia denominada "transexualismo" pela literatura. Nesse contexto, a cura para essa "distorção" seria a cirurgia de redesignação sexual. "A homogeneidade, universalização e força do discurso médico é tamanha que alcança, até hoje, todas as esferas do poder estatal, consolidando na patologização da identidades trans" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 06).

Ordinariamente, as mulheres transexuais realizam cirurgias de redesignação sexual com o intuito alinhar o sexo à sua verdadeira identidade de gênero. Sob o ponto de vista médico, a transexualidade, infelizmente, ainda se encontra relacionada ao determinismo biológico e, para muitos profissionais, trata-se de uma construção de gênero patológica (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 220).

De acordo com Souza e Figueiredo (2021, p. 07), em contraponto a esse movimento, criou-se a teoria da Despatologização das Identidades Trans: para essa corrente, então, a transgeneridade não figura como doença, mas, sim, representa uma expressão da sexualidade humana, considerada em toda sua diversidade. À luz dessa concepção, a transexualidade foi retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID) em 2018 (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 07).

A respeito do tema, Souza e Figueiredo (2021, p. 08) salientam que a Despatologização das Identidades Trans foi reproduzida pela jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros, com destaque ao Recurso Especial 1.626.739/RS julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em meados de 2017.

No caso mencionado, os Nobres Julgadores decidiram que a exigência de prévia cirurgia como requisito para alteração do sexo no registro civil não poderia ser admitida por atentar contra direito da personalidade e contra a dignidade da pessoa transexual (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 08).

A mulher transexual, assim, apresenta uma desconexão do psíquico-emocional com seu sexo biológico, de forma que o gênero sexual feminino que se manifesta na esfera subjetiva encontra-se destoante do corpo físico masculino em que ela se encontra aprisionada, nas palavras de Leite e Ferraz (2013, p. 219).

Existe, portanto, uma reivindicação social e legal dessas pessoas à identidade feminina: trata-se de uma pretensão legítima pautada na convicção íntima de pertencimento ao sexo oposto, pois seu sexo psíquico não corresponde ao sexo biológico (SILVA *et al*, 2015, p. 365).

Em outras palavras, a mulher transexual é aquela que nasce com o órgão genital masculino, contudo, todo seu desenvolvimento e formação da psique está voltado ao gênero feminino. Dessa forma, apesar da biologia, ela se vê e se apresenta como mulher (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 10). A denominação transgênero, nesse caso, representa os indivíduos que não se reconhecem com o gênero imposto com o nascimento (PANTE *et al*, 2021, p. 109).

A transexualidade, assim, revela as diversas maneiras de se expressar como mulher: o tratamento hormonal e a realização de cirurgia são alguns meios de adequar o corpo ao sexo psíquico. Além disso, o uso de vestimentas consideradas femininas e a reprodução desse comportamento, ainda que a pessoa não opte por adotar nenhum procedimento médico para alteração do próprio corpo, também são formas de exprimir a identidade feminina no meio social (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 11).

Vale recordar que, de acordo com Souza e Figueiredo (2021, p. 14), a caracterização da transexualidade não está condicionada à terapia de hormonização ou à necessidade de cirurgia,

visto que existem pessoas trans que não possuem qualquer achaque com seu corpo biológico. Nesse diapasão, nota-se que o Estado não pode compelir o indivíduo a fazer tais procedimentos, em respeito aos seus direitos da personalidade e à integridade física, tutelados pela Constituição Federal (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 14).

Souza e Figueiredo (2021, p. 14) lembram que o próprio Direito Civil, em atenção aos princípios constitucionais, resguarda os direitos da personalidade das pessoas trans. Atualmente, elas podem utilizar seu nome social e efetuar a retificação do sexo em seus documentos sem a necessidade de apresentação de laudo psicológico.

Por óbvio, "O direito à integridade física de toda e qualquer pessoa e em especial, para fins de realização da cirurgia de redesignação sexual, das pessoas trans, deriva dos direitos personalíssimos da dignidade da pessoa humana" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 15). Nos dizeres de Souza e Figueiredo (2021, p. 15), às pessoas transexuais deve ser garantida a liberdade e a voluntariedade na realização de cirurgia após acompanhamento adequado.

Em síntese, o reconhecimento jurídico e social da transexualidade, o qual inclui a retificação de registro, não depende da mudança do sexo biológico por meio de procedimento médico em observância aos direitos da personalidade e da dignidade humana. Para tanto, basta a identificação psicológica e subjetiva do indivíduo com seu gênero real (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 15).

Esse posicionamento, como já mencionado, ancora-se no direito ao livre desenvolvimento da personalidade, englobado pelo direito à vida e à dignidade e previsto no *caput*, Art. 5º, Constituição Federal e no Art. 21 do Código Civil, segundo Souza e Figueiredo (2021, p. 15).

O dispositivo civil, inclusive, tutela o direito à intimidade: desse modo, cabe ao Estado resguardar a esfera de liberdade individual, isto é, o espaço em que o sujeito pode perseguir, desembaraçadamente, seu desenvolvimento e autorrealização (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 15).

Souza e Figueiredo (2021, p. 10) lecionam que, para a doutrina mais conservadora, apenas a mulher cisgênero deveria ser considerada do sexo feminino. Nesse contexto, somente as pessoas com o órgão genital feminino (vagina) seriam consideradas mulheres, de tal maneira que a mulher transexual deveria fazer a cirurgia de redesignação sexual para que tivesse direito à retificação de seu nome e gênero no registro civil para muitos juristas no passado (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 10).

Essa exigência, no entanto, atentava contra os direitos fundamentais das pessoas transexuais, posto que a cirurgia poderia provocar danos graves e irreversíveis ao paciente.

Verificou-se, ademais, que muitas dessas pessoas não possuíam disforia genital, ou seja, apesar de não se identificarem com o gênero determinado pelo sexo biológico, não apresentavam aversão à sua genitália (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 10).

Diante da patente controvérsia, segundo inteligência de Souza e Figueiredo (2021, p. 10), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou o Provimento 73/2018, o qual determina que a retificação do nome e gênero no registro civil de pessoas transexuais pode ser feita independente da realização da cirurgia de redesignação.

Compreende-se que o posicionamento adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi de suma importância para o reconhecimento dos direitos dessa parte da população LGBTQIA+, notadamente, a preservação de sua integridade física. Nas palavras de Souza e Figueiredo (2021, p. 10), o órgão jurisdicional abriu precedentes para a valorização dos fatores psicológicos que orientam a formação da identidade de gênero, além das características biológicas inerentes.

Além disso, não se pode olvidar que um Estado Democrático de Direito valoriza a autonomia e a liberdade individual. Isso significa que essa entidade não pode condicionar a retificação de um documento cível à realização de uma cirurgia de risco, sob pena de desrespeitar a individualidade e a privacidade da pessoa transexual, assim entendem Souza e Figueiredo (2021, p. 10).

A propósito, a Constituição Federal consagra em seu Art. 5º, *caput* que a todos será assegurado o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O Art. 1º, III do referido diploma, outrossim, elenca a dignidade da pessoa humana como um dos valores fundamentais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Verifica-se, dessa forma, que o direito à integridade física é inviolável, de modo que as pessoas trans devem gozar de seus direitos personalíssimos plenamente e irrestritamente, incluindo a livre disposição do próprio corpo (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 10).

Em outras palavras, a imposição da cirurgia de transgenitalização é inconstitucional e desumana, tendo-se em vista a invulnerabilidade do corpo de outrem. Nesse sentido, considera-se que "[...] cabe apenas ao indivíduo a decisão de efetuar ou não a cirurgia, sendo que, para realizar a mesma a pessoa transexual deve passar por um processo meticuloso com acompanhamento médico e psicológico" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 10-11).

Logo, a jurisprudência brasileira consagrou o entendimento de que a retificação do registro civil e, consequentemente, o reconhecimento da transexualidade, independe da cirurgia de transgenitalização. Souza e Figueiredo (2021, p. 11), ademais, esclarecem que a escolha pela realização da cirurgia deve ser voluntária e amparada por acompanhamento médico e

psicológico, em respeito aos direitos da personalidade e da dignidade da pessoa transexual.

Interessante notar, ademais, o julgamento do RE 670.422/RS pelo Supremo Tribunal em agosto de 2018. Nesse caso, amparados pelo direito à autodeterminação e pelos princípios da dignidade da pessoa humana, os Ministros decidiram, por unanimidade, a possibilidade de retificação civil das pessoas trans sem a necessidade de realização de cirurgia.

Para Dediane Souza (2020, p. 55), o momento trouxe o reconhecimento oficial da população de travestis, mulheres e homens transexuais no Brasil, uma vez que dispensou a aprovação médica e judiciária para que essas pessoas vivessem sua verdadeira identidade.

Em que pese a complexidade das discussões envolvendo o procedimento cirúrgico mencionado, Souza e Figueiredo (2021, p. 11) defendem que, para uma visão mais moderna, a expressão do gênero feminino não está subordinada pela presença do respectivo órgão sexual. Diz-se, portanto, que a diferença biológica entre a mulher transexual, a travesti e a mulher cisgênero pouco importa nessa perspectiva de gênero, já que o ser mulher é um construto social (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 11).

No caso das travestis, observa-se que esse grupo busca expressar uma representação feminina através de seus corpos, embora não abandonem, integralmente, a natureza masculina. "Nascidas com anatomia de homem, as travestis adotam práticas geralmente associadas ao gênero feminino, embora não reneguem os genitais masculinos, que utilizam ativamente na busca do prazer sexual" (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 221).

Diferentemente das transexuais, muitas vezes as travestis optam por não realizar uma intervenção cirúrgica e mantém seu órgão genital, não obstante se apresentem como mulheres socialmente, de acordo com Leite e Ferraz (2013, p. 221). As travestis, assim, nascem com o sexo biológico masculino e possuem essa aparência, conquanto não se identifiquem como homens porque constroem uma identidade de gênero feminina para si (SILVA *et al*, 2015, p. 365).

Apesar das distinções, Leite e Ferraz (2013, p. 221) consideram que as travestis e as mulheres transexuais apresentam vivências muito semelhantes no que toca à subversão da construção cultural de gênero. Isto é, embora as mulheres trans e as travestis não tenham um processo idêntico na construção de suas identidades, ambas expressam signos e elementos femininos (SILVA *et al*, 2015, p. 365).

Considera-se, outrossim, que tanto as mulheres trans como as travestis são um forte alvo do necropoder estatal: a elas são delimitados os espaços e os horários em que podem transitar pela cidade, o que as deixam sob a mira dessa política violenta e institucionalizada. Nesse sentido, a marginalização faz parte da vivência trans, porquanto as travestis e as mulheres

transexuais não têm acesso aos direitos básicos de personalidade e aos direitos sociais previstos no Art. 6º da Constituição de 1988 (BOMFIM *et al*, 2019, p. 155).

As performances de gênero, conforme explicam Araújo e Pinheiro (2018, p. 49), fazem parte do universo das travestis e mulheres transexuais, de modo que muitas tentam alcançar o tipo ideal de corpo e comportamento feminino e encobrir quaisquer características anatômicas e maneiras socialmente interpretados como masculinos. Nesse contexto, os autores pontuam a existência de uma estrutura hierárquica dentro da própria vivência trans, a qual parece ditar o grau de pertencimento ao gênero e a aceitação dessa identidade no meio social.

Como bem pontuam Souza e Figueiredo (2021, p. 10), a transexualidade e a travestilidade são identidades de gênero e indicam o gênero com o qual o indivíduo se apresenta socialmente e é identificado por ele. Importante destacar que identidade de gênero não se confunde com orientação sexual: enquanto a segunda diz respeito a afetividade do ser humano, a primeira é uma construção social manifesta na coletividade (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 10).

Essas pessoas, por consequência, não cumprem os códigos sociais esperados em decorrência de seu sexo biológico, na medida em que expressam uma identidade de gênero feminina, em que pesem as características físicas masculinos. Interessante notar, como apontam Leite e Ferraz (2013, p. 221), que o corpo das travestis e das transexuais torna-se seu instrumento na reconstrução de gênero, sendo que muitas delas realizam modificações para usufruírem dos símbolos considerados femininos.

A construção do corpo feminino, geralmente, começa muito cedo para elas: desde a tenra idade até a adolescência, momento em que essas tomam ciência dos símbolos femininos ao seu redor. A identificação e o desejo pela reprodução desses signos, dessa forma, levam-nas a realizar diversas modificações corporais.

Tais mudanças envolvem desde pintar as unhas, deixar o cabelo crescer, depilação, vestuário, uso de cosméticos até a utilização de hormônios, alteração na voz, implante de silicone e cirurgia de transgenitalização - para as transexuais como meio de aproximação do universo feminino (SILVA *et al*, 2015, p. 365).

Trata-se, em verdade, de uma reivindicação à identidade de gênero feminina que perpassa o reconhecimento social. Em outras palavras, não basta a identificação psíquica com o gênero, pois, além de se sentir mulher, "[...] é fundamental que as relações sociais sejam travadas nessa perspectiva e que haja o reconhecimento por terceiros dessa condição feminina" (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 221).

Quanto ao direito à identidade de gênero, é cediço que a Constituição Federal elenca a

dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa em seu Art. 1º, III. Nesse caso, não há de se falar na promoção da dignidade humana sem a garantia da liberdade de se autodeterminar, em consonância com Leite e Ferraz (2013, p. 222-223).

Têm-se, por consequência, que o direito à identidade pessoal está consubstanciado no direito de liberdade, o qual resguarda a autonomia individual, possibilitando que o sujeito seja capaz de tomar suas próprias decisões. Conforme o ensinamento de Leite e Ferraz (2013, p. 224), o direito à identidade de gênero integra o núcleo do direito à identidade pessoal.

O direito à identidade de gênero, nesse sentido, permite que a pessoa seja livre para definir qual gênero sexual pertence em observância aos seus próprios sentimentos íntimos, valores, subjetividade e convicções. Outrossim, Leite e Ferraz (2013, p. 224) compreendem que: "Com isso, cada indivíduo tem assegurada a prerrogativa de expressar o gênero feminino ou masculino, havendo ou não correlação com as características físicas, na medida em que prevalecem nesse contexto as certezas que a pessoa tem em relação a si mesma [...]".

Cumpre mencionar, ademais, que o direito à identidade de gênero possibilita que o indivíduo seja livre para definir seu gênero sexual e passe a expressá-lo no meio social. A reivindicação da identidade de gênero, por conseguinte, perpassa pelo reconhecimento do gênero livremente escolhido na esfera íntima pelo Estado e pela coletividade, conquanto não haja coincidência com o sexo biológico (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 225).

Em síntese, embora a caracterização morfológica independa da vontade, a vivência e a expressão por meio de signos (via de regra, associados ao feminino e ao masculino) é uma construção puramente social e, mais que isso, trata-se de uma decisão que cabe a cada um e deve ser respeitada para garantir o livre desenvolvimento da personalidade (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 225).

No mais, como bem elucidam Leite e Ferraz (2013, p. 225), a todos deve ser garantido um espaço para definição da própria individualidade, bem como resguardado o direito de viver conforme seus valores pessoais, mesmo que discordes daqueles consagrados pela maioria.

"As transexuais e as travestis, apesar de terem nascido fisicamente com corpos de homem, identificam-se e se expressam a partir de valores, atitudes e signos femininos" (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 226). Nesse contexto, o grupo realiza uma reconstrução do gênero, na medida em que exterioriza os atributos sociais tipicamente associados às mulheres.

É possível concluir, desse modo, que as travestis e as transexuais confrontam a simetria esperada entre sexo biológico e gênero sexual imposta pelo sistema binário. Destarte, elas enfrentam esse determinismo forjado culturalmente ao expressarem um gênero sexual que não coincide com suas características biológicas (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 226).

Como resultado, o estudo de Podestà (2019, p. 364) revela um entendimento acadêmico majoritário de que as pessoas trans passam por diversos processos de estigmatização ao longo da vida nos espaços públicos e privados, bem como possuem uma expectativa de vida significativamente mais baixa que a de pessoas cisgênero. A vivência da transgeneridade, em regra, é marcada por agressões, pelo ciclo da pobreza, pela dificuldade de acesso à educação, à saúde e ao emprego formal.

O preço da resistência à norma cisgênera é a impossibilidade de se ocupar uma digna condição de cidadão (PODESTÀ, 2019, p. 364). Por essa razão, Souza (2020, p. 56) pontua que: "Existe uma necessidade urgente que é a de boicote ao preconceito e à discriminação que afasta as pessoas trans e travestis do lugar de humanidade de um local de cidadania".

Nesse contexto, as travestis desafiam as imposições e estereótipos de gênero culturalmente e socialmente construídos por buscarem a feminilidade enquanto habitam corpos designados homens por nascimento. Habitualmente, então, o grupo suscita debates no universo jurídico, uma vez que o Direito é responsável por reproduzir estruturas simbólicas de marcadores de gênero, sexismo, desigualdade, controle social e poder, conforme apontam Braga e Serra (2018, p. 88).

Embora "[...] diferentes parâmetros são utilizados na construção do sexo (gametas, níveis hormonais, anatomia, funcionalidades do corpo), fazendo com que qualquer rotulação de alguém como homem ou mulher seja uma decisão social" (BRAGA; SERRA, 2018, p. 91), não é possível desconsiderar as construções sociais acerca de gênero. Tais construções, a propósito, tornaram-se fulcrais para entender o papel e as expectativas que pairam sobre determinados grupos na sociedade em uma perspectiva opressiva.

Nesse sentido, "[...] tanto o sexo quanto o gênero têm sido vistos como elementos fluidos e mutáveis, provocando um rompimento das categorias estáticas e hegemônicas" (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 24). Por esse motivo, entende-se que a concepção do termo "sexo" não é concorde na doutrina jurídica atual (MESSIAS *et al*, 2020, p. 06).

Segundo inteligência de Noronha e Oliveira (2016, p. 753), ainda, o gênero e os papéis associados a ele são construídos conforme a cultura e o momento histórico em que se situam, o que afasta a ideia de que o corpo feminino deve desempenhar um certo papel social, adotar uma personalidade específica, ocupar-se de determinadas profissões ou abraçar a maternidade como algo natural em razão do sexo biológico.

Daí a difusão da máxima de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se mulher", a qual denunciou de forma bastante revolucionária os estereótipos de gênero que acompanham a identidade feminina dentro da cultura (NORONHA; OLIVEIRA, 2016, p. 753).

Para Podestà (2019, p. 364), essa ordem de gênero fica responsável por ditar as identidades e diferenças, assim como as normalidades e anormalidades sociais. Ademais, Noronha e Oliveira (2016, p. 760) atestam que a denominação do sexo, por si só, já configura como mecanismo de dominação, visto que a realidade passa a ser regulada por uma performance institucionalizada e tida como natural. O gênero, em verdade, cria categorias que se traduzem em construções políticas para regular papéis, hierarquia e sexualidade.

Nesse sentido, Braga e Serra (2018, p. 93) sustentam que a aceitação de uma identidade travesti parte de um processo de reconhecimento que, simultaneamente, aproxima e afasta os diferentes corpos, os quais afrontam as normas tradicionalmente impostas de sexo e gênero. Dentro desse grupo estão compreendidos os homens tidos como "afeminados"; as mulheres "masculinizadas"; gays; lésbicas; bissexuais, intersexuais e as travestis e transexuais.

Logo, embora diverso e heterogêneo, o grupo LGBTQIA + afasta a naturalização da heterossexualidade e a adequação aos papéis de gênero esperados na sociedade como sendo as únicas possibilidades de expressão do indivíduo (BRAGA; SERRA, 2018, p. 88). Não se pode olvidar, outrossim, que "Os contextos de vulnerabilidades, que colocam as pessoas trans em maior contato com a violência, são demarcados e potencializados por conta da identidade de gênero, que diverge da norma padrão socialmente aceitável e imposta" (SOUZA, 2020, p. 56).

Cabe mencionar que, enquanto termos complexos, os conceitos de travestilidade e transexualidade levantam diversas discussões no que toca às dissidências das normas de gênero e a construção da feminilidade, algumas das quais foram expostas acima. Em síntese, têm-se que "Desta feita, é um processo em que se questiona a (des)necessidade dos procedimentos de hormonização, ao mesmo tempo em que há o questionamento e o conflito quanto se enquadrar ou não no sexo feminino" (BOMFIM *et al*, 2019, p. 161).

A despeito das eventuais controvérsias envolvendo as definições da travestilidade e transexualidade, é certo que essas pessoas ocupam um lugar marginalizado e são consideradas sujeitas abjetas. A rejeição, portanto, advém da inadequação ao sistema binário do gênero, visto que as travestis e mulheres trans escapam da lógica heterocisnormativa, o que torna seus corpos alvo da violência de gênero em seu modo mais extremo (BOMFIM *et al*, 2019, p. 161-162).

Dessa forma, novas identidades sexuais são estabelecidas, desafiando a ditadura do binarismo do sexo e gênero. A afronta à organização social e cultural dominante, todavia, não gera somente transformações e aceitação, mas também pode levar, sobretudo, a incômodos, os quais são traduzidos em conflitos violentos.

Nesse sentido, segundo Braga e Serra (2018, p. 93): "O que se observa em relação às travestis é que, apesar de algumas conquistas, seus corpos – que rompem com as expectativas

culturais – estão submetidos a diversos processos de exclusão, marginalização e, no limite, de criminalização".

Não é possível afirmar, entretanto, que a discriminação por não corresponder a performatividade de gênero na ocupação de um determinado "lugar social" seja a única expressão da violência e da segregação vivida pela maioria das travestis. Isso acontece porque elas também se encontram mais vulneráveis ao sistema de justiça criminal em virtude da baixa escolaridade, renda, exercício da prostituição, dificuldades de acesso a justiça, o que não pode ser ignorado (BRAGA; SERRA, 2018, p. 95).

Nesse contexto, o Judiciário exerce um papel simbólico ao negar a feminilidade das travestis, o que, nas palavras de Braga e Serra (2018, p. 97), categoriza-as como corpos estranhos apartados da estrutura de gênero socialmente vigente. Cria-se, assim, "[...] o fantasma do macho no corpo feminino, que causa uma série de ruídos no campo jurídico, principalmente no processo de reconhecimento de sujeitos e sujeitas de direitos" (BRAGA; SERRA, 2018, p. 97).

3.1 Binarismo sexual, gênero e a construção da identidade feminina

Como elucidam Leite e Ferraz (2013, p. 216), o sexo biológico individual é determinado a partir de elementos fixos e critérios cromossômicos, gonodais e morfológicos previamente definidos. Com o nascimento, então, essas características prestam-se a diferenciar o sexo masculino do feminino, servindo como meio de identificação e individualização do sujeito.

Em síntese "[...] a definição do sexo não provém de um ato de vontade ou diz respeito ao sentir da pessoa, na medida em que tal atribuição se dá a partir de uma situação involuntária, que é o nascimento" (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 216).

Compreende-se, outrossim, que essa realidade biológica é utilizada para definir padrões de comportamento, cuja base é justamente o sistema binário do sexo criado pela natureza. Desse modo, as mulheres estão condicionadas a adotar comportamentos, hábitos e expressar os signos "femininos", enquanto os homens se sujeitam às insígnias "masculinas" na existência social (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 216).

"Portanto, haverá respeito aos códigos sociais se houver absoluta simetria entre o corpo físico e o respectivo gênero sexual culturalmente atribuído, em um regime padronizado, pautado na identificação homem/masculino e mulher/feminino" (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 217). Em consonância a esse entendimento, Santos (2020, p. 37) reflete como esses marcadores de gênero - "menino/menina", "homem/mulher" e "masculino/feminino" - atuam desde a concepção, cingindo corpos em estereótipos antes mesmo do nascimento.

O gênero, por conseguinte, representa a atribuição social dada ao corpo sexuado sob uma perspectiva cultural: “O corpo é sempre alvo de construções do imaginário” (NORONHA; OLIVEIRA, 2016, p. 757). Em outras palavras, pode-se entender o gênero como fruto da cultura e orientador do papel a ser cumprido por cada indivíduo, na busca por um padrão de comportamento que esteja alinhado às expectativas sociais conforme o sexo biológico (FERRAZ; LEITE, 2013, p. 217).

Acontece que, *a priori*, sexo e gênero não existem em formato prévio, mas, ao contrário, são construídos de maneira ininterrupta e fiscalizados pelos processos regulatórios, os quais se orientam pela coerência existente em determinada cultura. Com isso, deduz-se a ideia de gênero como ato performático, já que é a repetição que constrói a identidade e mantém a uniformidade do comportamento (NORONHA; OLIVEIRA, 2016, p. 757-758).

Sob esse entendimento, Souza e Figueiredo (2021, p. 18-19) evidenciam que a identidade feminina é construída socialmente, sendo definido nesse âmbito as regras de comportamento e vestimenta. “Outrossim, a ideia da identidade feminina é um construto social, no qual a sociedade impõe regras de comportamento e vestimenta que seriam “adequadas” para que uma pessoa do sexo feminino fosse considerada “mulher” (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 18-19).

Sem discrepância, a interpretação de Pereira e Miranda (2019, p. 21) indica que o gênero é um padrão de comportamento e uma dimensão complexa, além de uma construção social, por ser uma realidade dinâmica e variável. Como resultado, não é possível fixar apenas uma concepção de homem e mulher a partir de um determinismo biológico. Ressalta-se, ademais, que o próprio sexo apresenta uma dimensão cultural, posto que a biologia é uma ciência historicamente localizada (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 21).

Quanto ao início dos estudos de gênero, esse ocorreu nos anos 60, fruto dos movimentos sociais e das lutas libertárias da época, na medida em que as mulheres perceberam o papel secundário que desempenhavam frente aos homens, embora militassem em condições de igualdade. No caso brasileiro, nota-se que a questão da condição feminina foi pauta do campo de estudo que se debruçava sobre as relações de gênero em 1970 e 1980 (SILVA *et al*, 2015, p. 365).

O movimento feminista que também ganhou força na década de 60, dessa forma, propôs a criação de uma nova identidade de gênero feminina e, com base nos estudos de gênero contemporâneos, almeja-se modificar comportamentos sociais. Nesse contexto, o maior objetivo da mobilização era sensibilizar os indivíduos como um todo para ampliar o papel da mulher e a luta pelos seus direitos (SILVA, 2010, p. 559-560).

Nesse ponto, é impreterível o combate efetivo à violência de gênero enfrentada pelas mulheres trans e cis cotidianamente. Para Silva (2010, p. 560), inclusive, a violência em questão persiste velada na linguagem, no preconceito implícito e no reforço de estereótipos que restringem o espaço da mulher aos ambientes doméstico e reafirmam sua dependência e inferioridade em relação ao gênero masculino, mas também se extravasa nos atos sistemáticos de agressões perpetuados contra o corpo feminino.

A construção da identidade de gênero feminina, consequentemente, perpassa a ideia de objetificação da mulher, a qual passa a existir para o uso, gozo e livre disposição do homem e não como um sujeito de direitos.

Isso explica o porquê de o desmantelamento dessa concepção ainda encontrar forte resistência cultural e também a razão da violência de gênero ter demorado tanto tempo para ser reconhecida como uma violação dos direitos humanos de fato e não como agressões esporádicas resultantes de ciúmes ou términos conturbados de relacionamento (NOGUEIRA; VERONESE, 2020, p. 227).

Nesse ponto, a integridade física da mulher transformou-se em um "[...] objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual" (SILVA, 2010, p. 560). A violência contra a mulher, por conseguinte, é legitimada no imaginário social coletivo, segundo o autor, reafirmando o papel do homem no topo de um sistema patriarcal, machista e preponderante dentro do capitalismo selvagem mundial.

Ademais, a consolidação do binarismo sexual e as expectativas que recaem sobre o gênero a partir do dado natural são as bases históricas da violência contra as mulheres, porquanto o sistema de dominação-subordinação mantém-se com a fixação de papéis em sociedade através da referida determinação biológica. Desde logo, pressupõe-se que a expressão de subjetividades, representações, comportamentos e formas de perceber o mundo estejam alinhados com o gênero atribuído no nascimento (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 37).

"Às mulheres restaria apenas a obediência em nome de um suposto equilíbrio familiar e social, muitas vezes internalizado e reproduzido pelas próprias mulheres" (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 37-38). Por seu turno, os homens ocuparam o lugar de força, destaque, destemor e racionalidade. Tal estruturação social importou na violação dos direitos femininos e na subjugação física, sexual, psicológica, moral e patrimonial do gênero antes da efetivação de sua morte, o feminicídio (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 38).

A violência e o desrespeito à identidade de gênero, como aduz Bento (2017, p. 231), são generalizados na sociedade: consequentemente, centenas de pessoas morrem todos os anos e as

relações de gênero permanecem inalteradas. Nesses termos, o lugar reservado ao feminino se mantém estagnado e, a partir do determinismo biológico, têm-se imposta uma compatibilidade entre a genitália e o gênero do indivíduo.

A compreensão de Noronha e Oliveira (2016, p. 757) acerca do assunto indica que o binarismo biológico esperado estabiliza o conceito de "mulher", sendo imprescindível a manutenção dessa estabilidade para garantir a existência desse sistema. Aqueles divergentes dessa norma, portanto, são afastados ou silenciados por movimentos políticos tradicionalistas e, nos espaços sociais, excluídos e violentados.

Como alertam Souza e Figueiredo (2021, p. 11-12), entretanto, o conceito de gênero e a construção social de mulher estão em constante transformação. Por muito tempo, apenas valores como doçura, fragilidade, delicadeza, castidade, obediência, pureza eram atrelados ao feminino, o que conduz a uma cruel padronização de comportamento. Ressalta-se, outrossim, que o reforço desses estereótipos é um dos mecanismos que permitem a hierarquização e subordinação do gênero feminino atualmente.

Anota-se que a dominação do masculino sobre o feminino possui caráter complexo, uma vez que repercute em aspectos culturais, psicológicos, morais, sociais, econômicos e sexuais. Trata-se de um problema remoto cuja origem no tempo é incalculável e que se manifesta de diversas maneiras na estrutura social (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 27).

Nesse contexto, um dos maiores desafios da teoria feminista hodiernamente é adotar um discurso universal sem excluir grupos minoritários, mantendo-se longe de visões específicas e contextualizadas, as quais contribuem para a manutenção dos sistemas hierárquicos, sexistas e patriarcas que se busca combater. Para Noronha e Oliveira (2016, p. 745-746), o primeiro passo é a renúncia à naturalização, despolitização e invisibilização de uma construção do que é mulher.

Em outros termos, a mulher foi considerada pelo feminismo, ao longo dos anos, como um sujeito dado que luta por sua representação política e pelo desmonte de estruturas discriminatórias, porém, essa ideia é memorizada em um estado pré-político e pré-cultural, conforme explicam Noronha e Oliveira (2016, p. 746).

Dessa forma, a fixação de uma figura protagonista em processos de libertação torna a categoria "mulher" como parte da organização social que impede sua emancipação, sob uma perspectiva excludente (NORONHA; OLIVEIRA, 2016, p. 747).

No mesmo entendimento, Noronha e Oliveira (2016, p. 748) advertem acerca do perigo de se colocar o patriarcado como um grande inimigo comum, apenas levando-se em consideração os interesses de mulheres brancas e de classe média. Além disso, a criação de um

antagonista único que se rivaliza com a identidade feminina reforça a construção do “Outro” de maneira opressiva, como se o patriarcado não fosse histórico e culturalmente específico, mas, ao contrário, uma força indefectível e inevitável (NORONHA; OLIVEIRA, 2016, p. 748).

Sem discrepância, têm-se que a imposição de uma identidade feminina universal contrária a uma opressão masculina comum que subjuga todas as mulheres desconsidera outras formas de dominação, ignorando importantes hierarquias estruturais baseadas em outros fatores como classe social, idade, raça, dentre outros.

Com efeito, o termo mulher não precisa de uma unidade para que seja completo, já que pode ser preenchido com a variedade de formas de se identificar como mulher, cada qual em sua respectiva subjetividade (NORONHA; OLIVEIRA, 2016, p. 749-750).

3.2 Transfobia, exclusão e violência

De início, Benevides e Nogueira (2021, p. 26) alertam para a carência de dados estatísticos governamentais sobre a violência sofrida pelo grupo LGBTIQIA+. Como destacam as autoras, as informações envolvendo a população trans são ainda mais escassas, em razão da falta de acolhimento e atendimento adequado das vítimas, o que dificulta a realização da denúncia e aumenta a subnotificação em massa (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 26).

Considera-se que a acentuação do fenômeno quando não há retificação dos assentamentos registrais dessas pessoas, sendo que o que consta no documento civil, por vezes, não reflete a identidade de gênero daquele indivíduo. Tal processo é perpetuado, ainda, no registro da ocorrência e nos laudos elaborados pelo IML, o que contribui para a baixa notificação dos assassinatos transfóbicos no país (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 27).

Sobre o problema, Podestà (2019, p. 369) esclarece que o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans é condição essencial para que haja uma coleta eficaz de dados oficiais e, consequentemente, uma melhor quantificação da violência sofrida por esse grupo em território nacional.

A maior parte das informações obtidas hoje são extraoficiais, coletadas por movimentos sociais LGBTs e outros setores da sociedade civil. É preciso, pois, fortalecer a narrativa dessas pessoas e dar-lhes maior autonomia para contar suas próprias histórias (PODESTÀ, 2019, p. 369).

Apesar disso, segundo o levantamento realizado por Benevides e Nogueira (2021, p. 27), mais da metade dos Estados brasileiros não documentam a quantidade de violências registradas motivadas pela LGBTIfobia. O fato, como colocam as estudiosas, representa uma

faceta da violência institucional perpetuada contra essa população e da LGBTQIAfobia estrutural, a qual contribui para continuidade e invisibilização das agressões sofridas por essa parcela da coletividade (PANTE *et al*, 2021, p. 114).

Benevides e Nogueira (2021, p. 26) alegam, então, que deveria haver uma criminalização específica da LGBTIfobia, com o fim de enfrentar a omissão governamental e impulsionar o reconhecimento dessa violência com a elaboração de políticas públicas específicas e adequadas nas áreas da segurança, educação, saúde, etc.

Ressalta-se que "O preconceito estatal e sistêmico se mostra na invisibilidade estrutural: o descaso torna-se política pública, sobretudo em tempos e contextos de ultraconservadorismos" (PANTE *et al*, 2021, p. 114).

Como se sabe, o público LGBTQIA + "[...] enfrenta diversas formas de violência direta e indireta, institucionais e estruturais, muitas vezes naturalizadas e que seguem enraizadas em nossa cultura" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 26). Nesse sentido, a quantificação e a apuração de informações quanto à violência sofrida por essas pessoas restam prejudicadas, mesmo nos casos de notório conhecimento público (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 29).

Há de se notar que o problema representa mais uma das discriminações contra a população LGBTIQA + no Brasil. Nesse tocante, o ciclo da violência se sustenta a partir da perpetuação de discursos religiosos, jurídicos e biomédicos com o fito de subalternizar essas pessoas, o que mantém um processo de exclusão histórico em oposição às garantias elementares que deveriam ser asseguradas em um Estado Democrático de Direito (PANTE *et al*, 2021, p. 110).

Bento (2017, p. 232) defende que o Estado retira sua legitimidade para matar as pessoas trans nas relações sociais mais difusas, como as escolas, as ruas e as prisões. No contexto brasileiro, constata-se o assassinato diário de pessoas trans e, a fim de especificar os dados generalizates sobre essas mortes, a autora sugere o uso do termo "transfeminicídio" para designar o homicídio de mulheres transexuais e travestis fomentado pela violência de gênero, o que será tratado mais adiante (BENTO, 2017, p. 232).

No mais, Pereira e Miranda (2019, p. 19) reforçam que o modelo normalizado e obrigatório vigente está estruturado nos fenômenos binários hierarquizados mencionados, o que leva à estigmatização de quaisquer outras construções sexuais e de gênero diferente dos padrões socialmente esperados.

Esse sistema, então, faz com que pessoas trans sejam excluídas de determinados espaços, interditadas de certos ambientes e tenham sua identidade reivindicada negada. A intensificação dessa violência também gera situações de patologização, assédio, além da

redução de sua expectativa/qualidade de vida (PODESTÀ, 2019, p. 376).

Como consequência, essa parcela da coletividade sofre com um elevado déficit de cidadania, a começar pelo exercício pleno dos direitos sexuais, uma vez que "O direito à sexualidade não se restringe tão somente à reprodução, mas ao direito das pessoas quanto à forma de viverem, de expressarem seus gêneros, afetos e desejos perante a sociedade" (PANTE *et al*, 2021, p. 110). Cabe recordar que os direitos sexuais estão situados no campo dos direitos humanos e garantem a livre orientação sexual ou expressão da identidade de gênero do indivíduo.

Ademais, compreende-se que a falta de capacitação específica dos agentes públicos e trabalhadores da segurança representa um outro empecilho ao devido registro de agressões transfóbicas, travestifóbicas e homofóbicas nos dados públicos. Não raramente, as vítimas deixam de receber o atendimento adequado e sofrem preconceito institucional, o que atrapalha a realização de denúncia e a aplicação dos mecanismos para coibir a violência (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 28).

"Assim, é preciso garantir o devido atendimento em todas as delegacias por meio de formações periódicas, para garantir a criação e o cumprimento de um protocolo de atendimento às pessoas trans" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 28). Nesse sentido, faz-se necessário o fornecimento de uma assistência digna a esses indivíduos, a começar pelo respeito ao nome social e à identidade de gênero de cada um, como alegam Benevides e Nogueira (2021, p. 29).

Acontece que, na prática, os diversos impedimentos existentes nos processos de retificação de prenome no assento civil representam outra morte simbólica das travestis e das mulheres transexuais. Araújo e Pinheiro (2018, p. 51) reiteram o impacto da retificação na experiência e vivência trans.

Infelizmente, em muitos casos, observa-se que o saber médico-jurídico necessário para tanto ignora os códigos atrelados a essa demanda. Nesse tocante, Araújo e Pinheiro (2018, p. 52) questionam se os profissionais envolvidos nos processos de retificação civil estão realmente preparados para tratar das questões que envolvem o gênero sem levar em consideração aspectos da própria subjetividade.

A realidade demonstra que nem todos são capacitados para atender uma demanda tão específica de maneira humana e eficiente, em que pese a importância da retificação do registro na vida de uma pessoa trans. "Logo, é inegável que esses itinerários ressoam possibilidades de não classificação de determinados indivíduos, relegando-os a zonas que margeiam a ideia de morte do sujeito" (ARAÚJO; PINHEIRO, 2018, p. 54).

Igualmente, Judiciário perpetua práticas transfóbicas e excludentes quando da

apreciação de casos envolvendo partes transexuais e/ou travestis. A pesquisa realizada por Braga e Serra (2018, p. 100) acerca de 50 acórdãos envolvendo as travestis no sistema de justiça criminal paulistano revelaram a associação construído pelos atores do processo da travestilidade com a prostituição, a violência e o crime.

Isso indica como as relações de poder que levam à exploração das travestis no exercício do trabalho sexual, na invisibilização social e na prática reiterada da violência são replicadas pelo aparelho estatal, de tal modo que o discurso da marginalidade passa a ser naturalizado pelas próprias travestis como forma de identidade.

"Esses múltiplos processos de conformação e assujeitamento, que transformam travestis em pessoas abjetas, de um ponto de vista *queer*, ou "improdutivas", de um ponto de vista marxista, devem ser pensados em relação ao funcionamento do sistema de justiça criminal" (BRAGA; SERRA, 2018, p. 100).

Como se verá a seguir, a rejeição social enfrentada por mulheres trans e travestis é potente e implacável. Via de regra, a casa e a escola, os quais deveriam ser suportes na vida dessas pessoas, são os primeiros espaços de exclusão, o que se repetirá em outros ambientes de socialização (SILVA *et al*, 2015, p. 370).

Diante do exposto, considera-se que, raramente, as travestis são tratadas pelo processo criminal como vítimas: ao contrário, elas são reputadas como violentas, criminosas e desajustadas. O sistema de justiça brasileiro, então, contribui para a vulnerabilização e criminalização de grupos específicos, concretizando as expectativas sociais que ele mesmo produz, nas palavras de Braga e Serra (2018, p. 101).

Observa-se, por conseguinte, o papel do discurso jurídico na reprodução de ideias previamente concebidas no meio social, no sentido de que "[...] o bode expiatório, de desviante, marginal, criminal é o destino do corpo travesti, profetizado e reafirmado na cena jurídica" (BRAGA; SERRA, 2018, p. 101).

Conclui-se, portanto, que a mera participação da travesti em uma narrativa jurídica que chega até o sistema de justiça criminal paulistano já a indica como provável criminosa. Nesse contexto, verifica-se que a identidade de gênero transcende a subjetividade individual para tornar-se sinal de periculosidade por si só.

Além disso, as travestis são corriqueiramente detidas como criminosas e tem sua fala deslegitimada no processo quando, dentro da narrativa jurídica, encontram-se presentes em ambientes de tráfico de drogas e prostituição, ainda que o caso careça de provas concretas. Em síntese, o Judiciário, nesses casos, torna-se mais um reprodutor das expectativas sociais que marginalizam e criminalizam as travestis (BRAGA; SERRA, 2018, p. 103).

Nesse sistema, a palavra das travestis ganha menos credibilidade e seu lugar de marginalização é reforçado, na medida em que o julgador passa a construir os fatos fundados em estereótipos, o que leva a uma condenação seletiva baseada na criminalização de corpos marcados como desviantes (BRAGA; SERRA, 2018, p. 103). Tais corpos, a propósito, nem deveriam existir sob a ditadura da ordem de gênero atual, a qual fabrica/inventa e elege padrões aceitáveis de expressões do masculino e do feminino, nas palavras de Podestà (2019, p. 365).

Outro problema apontado por Braga e Serra (2018, p. 104) quando da análise dos processos envolvendo as travestis é a associação quase imediata feita acerca da prostituição e da expressão da travestilidade. Em que pese a maioria das travestis dependerem do trabalho sexual, a prostituição não se confunde com essa identidade de gênero e seu exercício também não legitima uma aplicação tendenciosa da lei. Na prática, todavia, observa-se que o discurso jurídico sobre as travestis as vincula diretamente a essa atividade (BRAGA; SERRA, 2018, p. 104).

Segundo o entendimento de Braga e Serra (2018, p. 108-109), ademais, a transfobia é manifesta justamente quando esses corpos rompem, questionam ou desafiam as categorias socialmente construídas de “homem” e “mulher”. Por conseguinte, aqueles cuja subjetividade não encontra espaço nesse sistema binário definido por características físicas determinadas a partir do nascimento são desumanizados e excluídos da vida social.

De acordo com Podestà (2019, p. 375), o conceito de transfobia pode ser compreendido justamente como um conjunto heterogêneo de violências direcionadas às pessoas trans, as quais podem ser de diversas ordens: física, moral, patrimonial, simbólica e psicológica. Esses processos violentos atingem níveis coletivos para além de práticas individuais e representam uma parte em comum da vivência da transexualidade.

A transfobia, portanto, figura como “[...] uma sanção normalizadora à transição de gênero e à violação das normas de gênero que se inscrevem no corpo” (PODESTÀ, 2019, p. 375). Essa medida punitiva encontra-se embutida nos discursos sociais, de maneira que, através de discriminações sutis e veladas, os espaços de sociabilidade já manifestam sua rejeição à transgeneridade. A naturalização da transfobia na coletividade, por consequência, sucede o genocídio dessas pessoas, desencadeando uma série de crimes de ódio pela violação do sistema de gênero.

Outrossim, interessante notar como as performances de gênero aceitas hoje levam ao desenvolvimento de relações complexas de relacionamentos e poder, as quais sustentam o modelo de sociedade atual, no que toca a construção das feminilidades, masculinidades, reprodução, orientação sexual e identidade de gênero dos indivíduos (BRAGA; SERRA, 2018,

p. 108-109).

Nesse contexto, as travestis são relegadas às periferias, onde seus corpos são explorados e seus trabalhos, pouco remunerados. O punitivismo, entretanto, facilmente alcança o lugar social ocupado por elas, tornando o grupo alvo do seu exercício seletivo "(...) lugar no qual se bate, se prende e se mata gente sem o (re)conhecimento do poder público" (BRAGA; SERRA, 2018, p. 108-109).

Torna-se ímpar, pois, uma atuação dos profissionais do Direito que compreenda a diversidade e a fluidez nas construções subjetivas de sexo, gênero e orientação sexual, aceitando as particularidades de cada expressão em sua singularidade. Com isso, espera-se que o trabalho realizado no âmbito do Judiciário reconheça seus sujeitos e sujeitas de direito sem tentar enquadrar ou alinhar essas pessoas ao sistema binário de gênero e à heteronormatividade, enquanto categorias hegemônicas socialmente construídas (BRAGA; SERRA, 2018, p. 110).

Porém, na prática, a participação das travestis nos processos criminais paulistanos é marcada por estereótipos e construções sociais, as quais rotulam esse grupo como periculoso e afeito ao crime, desde a fase de inquérito até o pronunciamento da sentença.

Conforme atestam Braga e Serra (2018, p. 110), assim, o fantasma do macho permanece no corpo travesti, bem como sua vinculação à prostituição e tráfico de drogas, o que torna o discurso jurídico extremamente tendencioso e violento com as identidades que não correspondem às expectativas sociais predominantes.

Indubitavelmente, o descaso governamental é patente em todas as suas esferas. Benevides e Nogueira (2021, p. 29) reiteram que o Estado brasileiro se tem mostrado negligente diante da sistemática violação dos direitos humanos da população LGBTQIA +.

A criminalização da LGBTIfobia, no contexto atual, já representaria um grande avanço na tutela da vida dessas pessoas e possibilitaria o enfrentamento da impunidade, a elaboração de políticas públicas, bem como um aprimoramento nos registros nesse sentido (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 29).

Benevides e Nogueira (2021, p. 29) também enfatizam como a ausência de informações precisas e a subnotificação dos crimes de transfeminicídio dificultam a elaboração de políticas públicas de segurança para as mulheres transexuais e travestis. Nesse caso, o descaso estatal e de suas agências contribuem para a invisibilização desse problema e, indiretamente, para a manutenção da violência transfóbica fatal.

"No ano de 2020, tivemos pelo menos 175 assassinatos de pessoas trans, sendo todas travestis e mulheres transexuais" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 31). Como bem colocam Benevides e Nogueira (2021, p. 31), por conseguinte, a concentração dos homicídios

transfóbicos em mulheres trans e travestis traz uma perspectiva de gênero que não pode ser ignorada, sendo o fator determinante para essas mortes.

Como é cediço, a maior parte dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal não alcança mulheres trans e travestis. A ausência de proteção jurídico-normativa em conjunto com a escassez de políticas públicas eficientes voltadas à essa população faz com que seus assassinatos sejam frequentes, mas as vidas não sejam passíveis de luto (BOMFIM *et al*, 2019, p. 155).

Quanto ao número de homicídio de pessoas transexuais, é possível constatar que "A expressividade dos dados garante ao Brasil, dessa forma, a liderança no *ranking* mundial de assassinatos de pessoas trans" (BOMFIM *et al*, 2019, p. 162-163).

Tais crimes se sobressaem em razão da brutalidade com que são cometidos: nesse caso, as vítimas são publicamente humilhadas em um ato de destruição e repúdio àquilo que representam (BOMFIM *et al*, 2019, p. 163). Além disso, Bento (2017, p. 232) expõe a frequência e a banalidade que acompanham a morte de jovens transexuais e travestis hodiernamente.

Para Podestà (2019, p. 369), a morte sempiterna de pessoas trans visa a supressão e o apagamento de suas identidades: trata-se de um genocídio deliberado na ordem de gênero atual, na medida em que ela não tolera quaisquer manifestações de subversão.

O assassinato de minorias sociais, entretanto, é apenas o desfecho de uma série de violências vivenciadas e que passam a ser permitidas com a banalização das agressões e ataques a determinados grupos na sociedade. Com isso, então, a violência passa a ser sistematizada e invisibilizada, ainda que se materialize de maneira inequívoca no número de assassinatos supracitado.

Existe, portanto, um apagamento da subjetividade de grupo. A propósito, tamanha é a violência dirigida às travestis e às mulheres transexuais que nem depois de mortas lhes é conferido o reconhecimento a sua identidade de gênero. Via de regra, elas são mortas e identificadas pelo masculino ou enterradas com o nome de registro, compondo mais uma estatística no número de assassinatos (BOMFIM *et al*, 2019, p. 155).

Consequentemente, é comum que a identidade de gênero de uma pessoa transexual não seja respeitada no noticiário de sua morte, tampouco na preparação do corpo ou no registro do ocorrido. O indivíduo, assim, perde a vida e o reconhecimento dessa expressão de sua subjetividade nesse processo de negação à liberdade e à autodeterminação. "A pessoa assassinada retorna ao gênero imposto, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais" (BENTO, 2017, p. 235).

Vale pontuar que “Em 2020, temos o alarmante dado de que uma pessoa trans foi assassinada a cada 48 horas no Brasil” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 50). Nota-se, destarte, como o reconhecimento público do gênero feminino torna o corpo das travestis e mulheres trans alvo da violência de gênero fatal. No mesmo ano também se registrou 23 casos de suicídios, sendo que 16 (dezesseis) deles foram cometidos por mulheres trans/travestis (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 119).

Para Benevides e Nogueira (2021, p. 52), o patriarcado e o machismo socialmente construídos estão diretamente relacionados ao cometimento dos crimes de ódio contra a população LGBTQIA +. Por essa razão, as mulheres transexuais e as travestis devem ser incluídas em todas as políticas públicas de segurança voltadas ao enfrentamento da violência feminicida. Não há de se falar, por conseguinte, em qualquer hierarquização ou discriminação entre elas e as mulheres cisgêneras nesse sentido.

Cumpre mencionar, outrossim, que o número de assassinatos motivados pela transfobia em 2020 (175) supera a média observada desde 2008 (112,5 assassinatos por ano). Além disso, “O ano de 2020 revelou aumento de 201% em relação a 2008, o ano que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 175 em 2020” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 32). Considera-se que aconteceram 14,5 mortes por mês em 2020.

A análise de Benevides e Nogueira (2021, p. 33) também revelou que a quantidade de transfeminicídios foi crescendo no decorrer dos bimestres, especialmente a partir de maio e junho de 2020, acompanhando a situação de pandemia no país. Não se pode olvidar, ademais, que o Brasil continua na liderança do ranking mundial de assassinatos de pessoas trans desde 2008, o que não mudou recentemente, mesmo com a situação de calamidade pública instaurada em 2020 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 33).

Quanto aos assassinatos por Estado, têm-se que São Paulo, Ceará, Bahia e Rio de Janeiro são as unidades da federação onde mais ocorrem assassinatos de pessoas trans. Em 2020, São Paulo foi o local em que 29 (vinte e nove) dessas pessoas perderam a vida, um aumento de 38% dos casos em relação ao ano anterior (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 34).

Verificou-se que “A maior concentração dos assassinatos em 2020 foi vista na Região Nordeste, que apresentou aumento de 6% com 75 assassinatos (43% dos casos)” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 36). Apesar disso, Benevides e Nogueira (2021, p. 36) indicam que, em 2020, duas travestis/mulheres trans brasileiras foram vítimas de homicídio no exterior, o que revela a vulnerabilidade dessa população, mesmo fora do país.

Há de se ressaltar que, embora o maior número de mortes na comunidade LGBTQIA +

seja de mulheres trans e travestis, mesmo dentro do Movimento, elas seguem invisibilizadas (BOMFIM *et al*, 2019, p. 156). Importante destacar que as travestis e mulheres negras são as que mais sofrem com essa estigmatização tanto dentro do Movimento LGBTQIA + como por parte do Estado, quando da implementação de políticas discriminatórias (BOMFIM *et al*, 2019, p. 160-161).

A análise dessas mortes sob uma perspectiva de raça, destarte, revela que as mulheres trans e travestis negras são 80% (oitenta por cento) das vítimas dos assassinatos contra pessoas trans em território nacional. Com isso, considera-se a importância de se incluir as pautas anti-transfobia nos debates feministas antirracistas e antifascistas para o enfrentamento do problema, segundo Benevides e Nogueira (2021, p. 46).

Os dados levantados por Benevides e Nogueira (2021, p. 48) revelaram que, em 2020, 78% (setenta e oito por cento) das vítimas de transfeminicídio eram mulheres trans/travestis negras - pretas e pardas. A desigualdade racial, pois, está presente nos assassinatos transfóbicos registrados como um elemento de vulnerabilidade para esse grupo.

Às mulheres negras e travestis, portanto, é atribuído um *locus* social específico, o qual considera a intersecção entre os marcadores de identidade de gênero, gênero, raça e seu status de cidadania (BOMFIM *et al*, 2019, p. 160-161).

Igualmente, Bento (2017, p. 231-232) aponta que as marcas de raça, gênero e classe social influenciam, diretamente, o projeto político dos representantes de Estado que leva à eliminação desses indivíduos. Têm-se, então, construída a legitimidade estatal que autoriza a morte das pessoas trans, tornando-as um tipo exemplar de vidas descartáveis (BENTO, 2017, p. 232).

Além das mortes acontecerem com maior intensidade entre as mulheres trans e as travestis negras, Benevides e Nogueira (2021, p. 49) ressaltam que elas também possuem menor índice de escolaridade, menor acesso ao mercado de trabalho e às políticas públicas. Nesse sentido, pode-se entender o transfeminicídio como a consequência mais drástica de uma persistente negação aos direitos humanos básicos, o que impede o pleno exercício da cidadania por essas mulheres.

Neste diapasão, Benevides e Nogueira (2021, p. 37) interpretam as mortes de pessoas trans observadas como o desfecho de um ciclo de exclusões/violências sofridas por esses indivíduos ao longo de sua vida. O desacolhimento enfrentado no seio familiar, social, escolar, laboral, político e institucional mantém as pessoas trans nesse lugar de marginalização e prejudica seu pleno acesso aos direitos fundamentais constitucionalmente e internacionalmente garantidos.

Nesse contexto, a primeira rejeição enfrentada é aquela que acontece dentro do lar. O impacto desse desamparo familiar é tamanho que leva ao isolamento das pessoas trans de outros espaços sociais, a começar pela escola. Com o aumento das dificuldades de acesso à educação, também diminuem as chances de qualificação profissional posterior, fato que constitui mais um entrave ao gozo da cidadania dessas pessoas (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 37).

Como resultado, as pessoas trans costumam fugir de casa entre os 13 e 16 anos e passam a vender sua força de trabalho no mercado do sexo, abandonando o ambiente escolar. A prostituição, por conseguinte, torna-se o espaço em que mulheres trans e travestis retiram sua subsistência e constroem importantes redes de sociabilidade, como bem coloca Bento (2017, p. 234), em detrimento dos espaços acadêmicos.

Nesse tocante, Santos (2020, p. 38) assinala como a presença de pessoas trans nas instituições de ensino afronta o sistema de gênero binário e heterossexual, tendo-se em vista que a heteronormatividade compulsória é contestada a partir da ocupação de espaços pela transexualidade e outras experiências transitórias entre gêneros.

Esse processo, porém, pode gerar reações negativas do entorno porque a violação das normas identitárias socialmente predominantes torna seus desviantes “anormais” e, frequentemente, alvos de violência e segregação pela maioria (SANTOS, 2020, p. 38-39).

O preconceito e a discriminação sofridos por pessoas trans durante a sua formação no ciclo de educação básica, dessa forma, resultam em sua desistência e evasão/expulsão escolar, o que leva à dificuldade de acesso ao ensino superior no futuro. Não se pode olvidar que o *bullying* sofrido por essas crianças e adolescentes é apenas um reflexo do "heteroterrorismo" existente no corpo social, o qual retalia abertamente quaisquer manifestações que não correspondam às expectativas de gênero hegemônicas (SANTOS, 2020, p. 39).

Em síntese, nota-se que a escola, enquanto novo contexto de sociabilidade, não traz experiências muito positivas para as travestis e transexuais. Por vezes, trata-se de ambientes que perpetuam as agressões físicas e verbais que começam dentro de casa. Àquelas que conseguem frequentar colégios e universidades, portanto, continuam sofrendo o preconceito e a discriminação socialmente reproduzidos (SILVA *et al*, 2015, p. 369).

Além das práticas de *bullying* feitas pelos estudantes, as mulheres trans e travestis também podem sofrer violência a partir da própria instituição escolar e do seu sistema de normas disciplinares. O corpo docente como um todo, assim, pode ser veículo reprodutor dos parâmetros heteronormativos, os quais legitimam a exclusão de determinadas pessoas nos ambientes acadêmicos (SILVA *et al*, 2015, p. 369).

A existência da diversidade sexual e de gênero na sociedade e nas escolas/universidades

cada vez mais exigem uma transformação nas instituições de ensino, a fim de tornar esses espaços acolhedores e seguros à população LGBTQIA +. Embora Santos (2020, p. 38-39) aponte que a presença de pessoas trans no ambiente escolar/acadêmico ainda seja uma realidade emergente, a autora assevera que a aceitação dessas diferenças é um grande passo para superar outras desigualdades que se manifestam posteriormente.

Em outras palavras, considera-se que a inclusão da transexualidade na educação, em todos os seus níveis, é imprescindível para modificar as relações de poder que sempre excluíram e subalternizaram essa parcela da coletividade. Cumpre destacar que essa integração não se faz apenas pelo respeito ao nome social e reconhecimento da identidade de gênero reivindicada, mas também pela garantia de todos os direitos das pessoas trans durante sua trajetória nas instituições de ensino (SANTOS, 2020, p. 39).

Com isso, espera-se que a escola tenha um impacto positivo na vida das transexuais e das travestis, posto que a academia deveria celebrar o respeito à diversidade, a difusão do conhecimento e o bom convívio. Ao contrário, a perpetuação de práticas discriminatórias pela comunidade escolar favorece o isolamento das pessoas trans, tornando os espaços de ensino inacessíveis para aqueles que destoam da realidade heteronormativa em expressões de gênero mais fluidas (SILVA *et al*, 2015, p. 369).

No entendimento de Benevides e Nogueira (2021, p. 37), o acolhimento familiar é imprescindível para que os jovens trans continuem frequentando o ambiente escolar. Como resultado, a tendência é que haja uma queda nas taxas de depressão, ansiedade, uso de álcool e entorpecentes e nos índices de suicídio no futuro.

Nesse caso, "A assistência a esta população na infância e na adolescência pode prevenir futuras situações de vulnerabilidade e risco, como a prostituição enquanto meio de trabalho e subsistência" (SILVA *et al*, 2015, p. 369). Como exposto, tal abandono possui um efeito avassalador no bem-estar desses indivíduos, afetando sua estabilidade habitacional, patrimonial e educacional a longo prazo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 38).

Apesar disso, os relatos de jovens trans que são agredidos e expulsos de casa são frequentes. Para Benevides e Nogueira (2021, p. 38), os processos de violência e exclusão familiar são resultado das políticas institucionais anti-trans, da imposição do binarismo de gênero e do cissexismo enraizados na sociedade, além de todos os preconceito e estigmas que envolvem a transexualidade atualmente.

Comumente, a primeira rejeição enfrentada é a familiar, o que leva mulheres trans e travestis a buscarem outros lugares para morar. A partir desse momento, então, elas também encontram resistência para acessar os serviços de saúde, circular em determinados ambientes e

se inserirem nas políticas públicas assistenciais. Por consequência, a rua e a noite se tornam seus novos lares, devido à falta de moradia e de meios alternativos de se sustentarem (SILVA *et al*, 2015, p. 366).

Como supracitado, a negação a verdadeira identidade de gênero das pessoas trans tem início dentro do próprio lar: "Há, ainda, casos nos quais os membros da família enlutados negarão ou apagarão as identidades das vítimas de violência após suas mortes" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 38). Como visto, o fenômeno é acentuado pelos diversos tabus e mitos enfrentados pela população trans, além da naturalização da violência transfóbica na sociedade.

Amiudadamente, os primeiros processos de exclusão sofridos por mulheres trans e travestis acontecem na família quando elas começam a incorporar os signos femininos, assumindo-se diferentes. "Neste momento, nenhuma das famílias do grupo estudado conseguiu expressar aceitação, acolhimento e estabelecer uma relação de convívio harmoniosa" (SILVA *et al*, 2015, p. 368).

O abandono familiar representa apenas o começo do rompimento de vínculos e da estigmatização na vida dessas mulheres: o que era casa torna-se mais um lugar de sociabilidade produtor de exclusão. A contar desse momento, mulheres trans e travestis ficam marcadas negativamente, privadas do direito a ter direitos, em um contexto de vulnerabilidade sem precedentes.

Como se sabe, as consequências da rejeição são devastadoras e impactam diretamente na construção de suas subjetividades, bem como na forma de se relacionarem consigo mesmas e com o mundo (SILVA *et al*, 2015, p. 368).

A descoberta de um sexo psiquíco feminino cativo em um corpo sexado masculino é marcante para muitas travestis e mulheres trans. Acontece que se reconhecer diferente em uma sociedade amparada pelo binarismo de gênero desencadeia surras, desacolhimento, medo e abandono. A família tende a ser um reforçador das normas de gênero hegemônicas e a exploração dos limites atribuídos ao corpo natural é violentamente punida desde a infância (SILVA *et al*, 2015, p. 368).

Como consequência, a manifestação da transgeneridade gera espanto, sentimentos negativos e repressão entre pais, amigos e parentes, o que requer uma coragem imensurável das crianças trans para assumirem quem realmente são.

Na prática, observa-se que poucos são os núcleos familiares que acolhem e apoiam essas pessoas, deixando-as expressar sua verdadeira identidade de gênero sem julgamento e de maneira com que elas se sintam seguras para desafiar o binarismo imposto (SILVA *et al*, 2015, p. 368).

Na maioria dos casos, as transformações estéticas relacionadas ao corpo e à sexualidade (principalmente aquelas irreversíveis, como uso de hormônios e colocação de silicone) não são aceitas pela família, o que faz com que mulheres trans e travestis deixem seus lares. Os processos de violência, discriminação e exclusão, todavia, continuam perseguindo-as enquanto elas exploram outras perspectivas de vida: seja na escola, nos serviços de saúde e em outros espaços de interações (SILVA *et al*, 2015, p. 368).

No mais, Benevides e Nogueira (2021, p. 39) aduzem que os indivíduos trans têm mais chances de serem assassinados entre 15 e 29 anos de idade, não obstante o risco de morte esteja presente em todas as faixas etárias. No ano de 2020, 8 (oito) das 175 (cento e setenta e cinco) vítimas eram jovens entre 15 e 18 anos, o que, para as autoras, representa a consolidação de um projeto transfeminicida, expresso através dos homicídios prematuros.

A idade média das vítimas assassinadas em 2020 foi de 29,5 anos, segundo os dados levantados por Benevides e Nogueira (2021, p. 39). O fato revela que a juventude trans é o principal alvo do discurso anti-trans e dos diversos ciclos de exclusão supramencionados. Vale mencionar que o problema é agravado pela falta de informação da população brasileira sobre temas como gênero, direitos femininos e sexualidade, pejorativamente reunidos como "ideologia de gênero" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 40-41).

Nesse sentido, conclui-se que grande parte do preconceito que sustenta a transfobia atualmente advém da ignorância. Por isso, Benevides e Nogueira (2021, p. 41) defendem que o incentivo e as discussões sobre diversidade no âmbito educacional são de suma importância para promover a inclusão das pessoas LGBTI+, proporcionando sua participação no ambiente escolar e, posteriormente, seu ingresso no mercado formal de trabalho.

Não obstante a complexidade e os preconceitos que envolvem a temática, compreende-se que a transexualidade não é uma promiscuidade e, tampouco, um distúrbio mental ou de personalidade (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 18). A transexualidade, como discorrem Souza e Figueiredo (2021, p. 18), descreve um inconformismo íntimo envolvendo o sexo biológico (determinado pelo órgão genital ao nascer) e o sexo psicológico (identidade de gênero).

Logo, a patologização das pessoas trans viola seus direitos fundamentais e estigmatiza essa identidade, o que dificulta a autoaceitação e pode gerar negativa do acesso a bens e serviços por essa população, de acordo com Souza e Figueiredo (2021, p. 18). Nesse contexto, os autores relembram que a Despatologização das Identidades Trans é um movimento de suma importância para dessassociação da transexualidade à enfermidade, reconhecendo que a primeira representa uma diversificação da sexualidade humana (SOUZA; FIGUEIREDO,

2021, p. 18).

Souza e Figueiredo (2021, p. 18) concebem a sexualidade como fator inerente à própria condição humana, o qual permeia o desenvolvimento da personalidade. Dessa forma, compreende-se que a livre expressão da sexualidade está diretamente relacionada à satisfação de necessidades humanas básicas como o desejo de contato, intimidade, afetividade e amor. Isso quer dizer que um desenvolvimento completo e saudável (pessoal e interpessoal) perpassa, necessariamente, ao livre exercício da sexualidade (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 18).

Cabe ao Estado, então, repreender qualquer manifestação de violência, assédio, discriminação, exclusão e repressão motivados pelo preconceito contra a população LGBTQIA+ pela sua orientação sexual ou identidade de gênero, na intelecção de Souza e Figueiredo (2021, p. 18). Tais práticas, segundo os estudiosos, afetam a integridade e a dignidade dessas pessoas, prejudicando sua autoestima e condenando-as a uma vida de medo e invisibilidade (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 18).

O Poder Estatal, por conseguinte, possui a responsabilidade de proteger os direitos da comunidade LGBTQIA+, a qual, historicamente, sofreu todas as formas de violações de direitos humanos, recriminados por serem desviantes do padrão heteronormativo imposto (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 18).

A inserção de uma disciplina de educação sexual na grade curricular, a título de exemplo, poderia ser um grande avanço na construção de um conhecimento popular a respeito de questões de gênero, sexualidade, diversidade, direitos reprodutivos e identidades. Espera-se, com isso, enfraquecer dogmas sociais e religiosos, os quais impõem um padrão de heteronormatividade e cisgeneridade, alimentando práticas homofóbicas e transfóbicas hodiernamente (PANTE *et al*, 2021, p. 110-111).

Verifica-se que, sem a naturalização das relações sociais com as histórias, personalidades e corpos LGBTI+ em todos os espaços, a população trans nunca poderá existir plena e livremente sem temer pela própria vida (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 41). A persistência dos tabus que pairam sobre a multiplicidade de identidades de gênero e orientações sexuais/afetivas é responsável pela manutenção de um ciclo de exclusão e violência, quase indissociáveis da vivência trans.

Cumpre mencionar, ademais, que 71% (setenta e um por cento) dos homicídios de mulheres trans e travestis que aconteceram em 2020 foram em espaços públicos, sendo que ao menos 8 (oito) vítimas estavam em situação de rua, segundo Benevides e Nogueira (2021, p. 42). Além disso, 72% (setenta e dois por cento) das vítimas eram profissionais do sexo.

Esse dado não representa uma causalidade: nas palavras de Benevides e Nogueira (2021,

p. 42), as zonas de prostituição constituem espaços de intensa exposição e vulnerabilização para as mulheres trans e travestis. Em verdade, a associação entre o mercado do sexo e a transexualidade/travestilidade é mais um estigma social, fruto dos processos de marginalização supracitados.

Por consequência, a maior parte das vítimas do transfeminicídio efetiva-se no mercado do sexo como um meio de sobrevivência, em razão da falta de oportunidades ocasionada pelo preconceito e pela dificuldade no acesso à educação. A despeito disso, os locais de prostituição são ambientes de alta vulnerabilidade social, em que circulam bebidas alcoólicas, entorpecentes e onde as mulheres trans e travestis estão mais sujeitas a sofrerem agressões físicas, psicológicas e sexuais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 42).

Cumpre destacar que, não obstante diversas empresas usem o *Pink Money* como uma estratégia de comercialização e publicidade, Benevides e Nogueira (2021, p. 43) consideram que esse compromisso com a diversidade se restringe a datas comemorativas, enquanto o quadro dos funcionários continua relativamente homogêneo das companhias. Urge, portanto, cada vez mais o reconhecimento desses corpos e sua inclusão no contexto laborativo atual.

Essa situação é agravada pela míngua de políticas laborais que se preocupam com o acolhimento do corpo trans e suas especificidades nesse contexto. O assédio pelos superiores e pelos colegas, a própria transfobia e a demissão compulsória e arbitrária são outros fatores que tornam o ambiente de trabalho ainda mais hostil à população trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 43).

A ausência de empregabilidade, por consequência, a qual faz com que a maior parte das pessoas trans se efetivem na prostituição é a primeira morte simbólica desse grupo. Não obstante, Araújo e Pinheiro (2018, p. 50) compreendem que a prostituição é um meio de sobrevivência das mulheres transexuais e travestis, as quais, através do agenciamento dos corpos, conseguem obter uma renda financeira, resistindo aos processos de exclusão e marginalização que dificultam sua entrada e permanência do mercado de trabalho formal.

Nas palavras de Araújo e Pinheiro (2018, p. 55), ademais, as esquinas de prostituição desempenham um papel fundamental na vida das travestis, já que constituem locais importantes de trocas de experiência e vivências. Com isso, cabe ao Estado implementar políticas públicas específicas para garantir a saúde e a segurança das travestis e mulheres transexuais nesses pontos, tais quais estratégias de prevenção e controle do vírus HIV (ARAÚJO; PINHEIRO, 2018, p. 55).

Cumpre registrar que “A rua apresenta-se como espaço de sociabilidade por onde elas circulam durante o dia e também espaço de trabalho à noite" (SILVA *et al*, 2015, p. 370). Isso

significa que, ao mesmo tempo que a vivência nas ruas traz riscos imensuráveis, ela também proporciona às travestis e transexuais meios de sociabilidade através da construção de uma rede de apoio e sobrevivência com a exploração do mercado do sexo.

Compreende-se, pois, que a prostituição, por vezes, representa a única forma de sustento e alternativa de convivência das mulheres transexuais e travestis. Infelizmente, essa prática ocorre em locais de extrema exposição que as deixa vulneráveis a sofrerem diversas práticas de violência. Em síntese, embora os pontos de prostituição agregam e incorporam pessoas trans, também representam espaços em que o limite entre viver e morrer é demasiadamente frágil, como alertam Araújo e Pinheiro (2018, p. 58).

A despeito disso, trata-se de uma realidade encarada com muito naturalidade por mulheres trans e travestis, já que a maioria delas começa muito cedo a se prostituir como forma de sobrevivência. Há incontáveis motivos que as levam a essa situação, podendo-se mencionar a desigualdade de gênero complexa geradora de diversas desvantagens sociais em razão da expressão do feminino em um corpo designado masculino (SILVA *et al*, 2015, p. 370).

Com o devido respeito à história de cada uma, essas jovens mulheres enfrentam processos de amadurecimento e exclusão muito intensos, ainda em tenra idade, o que faz com que elas busquem novas perspectivas desde logo. Nesse sentido, as modificações corporais persistem, assim como os aprendizados para se tornarem cada vez mais "femininas" (SILVA *et al*, 2015, p. 370).

O desenvolvimento de habilidades para se protegerem dos perigos da vida noturna e a administração do dinheiro ganho com a prostituição também se fazem imprescindíveis na vida de transexuais e travestis. "A rua, apesar de também ter as suas normas de convivência, permite uma maior circulação para estas pessoas, que vivenciam não só situações de risco e violência, mas também de prazer e aceitação" (SILVA *et al*, 2015, p. 370).

Em uma análise mais aprofundada, têm-se que a mesma rua que acolhe e vulnerabiliza é mais um contexto de sociabilidade em que mulheres trans e travestis buscam ser aceitas. Esse acolhimento, então, é encontrado em outras travestis ou transexuais mais velhas e experientes, as quais também vivenciaram experiências negativas familiares e escolares no decorrer da vida. Tal "amadrinhamento" é de suma importância para as mais novas, pois é nesse momento que muitas aprenderão a aprimorar a aparência feminina e a sobreviver na vida noturna (SILVA *et al*, 2015, p. 370).

No que toca à expectativa de vida, atualmente, têm-se que a esperança de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Porém, "Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior, faz esta média cair muito" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 47). De acordo

com Benevides e Nogueira (2021, p. 49), ainda, a chance de uma pessoa trans ser assassinada é nove vezes maior do que a chance de uma pessoa cisgênera.

Isso significa que a transfobia e o cissexismo que tornam corpos trans alvos da violência de gênero fatal podem ser intensificados através de outros marcadores sociais, aumentando a vulnerabilidade de pessoas trans negras, com deficiência, aquelas que vivem com HIV, dentre outros. A expectativa de vida supracitada, pois, é variável "[...] conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 47).

Nota-se, ainda, que a classe social influencia diretamente nessa hierarquização do gênero. Isso significa que o investimento em procedimentos cirúrgicos e estéticos para a feminilização do corpo tende a aproximar as travestis e mulheres transexuais da vivência feminina legitimada pelo entorno, nas palavras de Araújo e Pinheiro (2018, p. 49-50).

Em todo caso, as modificações corporais feitas por elas costumam obstaculizar sua convivência e aceitação nos espaços onde ainda prevalece a crença do corpo como um atributo natural definidor de identidades (SILVA *et al*, 2015, p. 366).

Destarte, a omissão estatal aliada às condições sociais que potencializam o risco de violência e exclusão de mulheres trans e travestis resulta na eliminação simbólica e real dessa população. Igualmente, "Não é possível enfrentar o racismo que a população cis negra sofre, ignorando o mesmo processo inferiorizante imposto pelo gênero, pela transfobia e pelo cissexismo" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 47).

Insta salientar que os fatores que desencadeiam os processos de violência, exclusão e morte como leitura social (padrão), expressão e identidade de gênero, orientação sexual, classe social e raça são avaliados a partir do parâmetro masculino-cis-hétero-branco de classe média. Portanto, quanto mais distante desse modelo, maiores são as chances de perpetuação da violência, o que leva ao homicídio do indivíduo como fruto dessa intolerância social (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 48).

Não se pode olvidar, ainda, que o estudo dirigido por Araújo e Pinheiro (2018, p. 59) relacionou os brutais assassinatos de mulheres transexuais e travestis às diversas mortes simbólicas experimentadas por essa população todos os dias.

Trata-se de um processo sistemático de marginalização desse grupo que engloba o preconceito familiar, a evasão escolar, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a falta de acesso à saúde, a burocracia envolvendo a retificação de prenome no registro civil e a negação à identidade feminina, além da violência propriamente dita.

Assim, Araújo e Pinheiro (2018, p. 60) entendem que as travestis e mulheres transexuais

brasileiras vivem uma luta constante pela reivindicação da cidadania. Indubitavelmente, elas vivem privadas de direitos fundamentais básicos antes de sofrerem a violência fatal, em uma dimensão de vulnerabilidade, punições e ausência de luto.

"A busca diária por inserção nas camadas mais simples de vivência e existência contrastam com a inserção nas mais densas camadas de violência, em que o(s) assassinato(s) tornam-se um produto direto de mortes simbólicas latentes e recorrentes" (ARAÚJO; PINHEIRO, 2018, p. 60).

Como visto, é comum que mulheres trans e travestis experimentem inúmeros processos de marginalização ao longo da vida: desde sua precária situação laboral, as carências materiais, a privação de direitos até as precoces rupturas relacionais (SILVA *et al*, 2015, p. 367).

A despeito da historicidade desse sistema, cabe considerar que as últimas décadas trouxeram significativas mudanças no que toca as concepções de família, relacionamentos e sexualidade, com a intensificação das lutas pela autonomia e direito de escolha. Em consonância com os dizeres de Pereira e Miranda (2019, p. 20), tais transformações possibilitaram a ampliação das discussões envolvendo temas como a identidade *queer*, transexualidade e multiplicidade familiar.

Além disso, o ingresso de grupos antes invisibilizados na esfera pública representa mais um sinal da mudança de valores e flexibilização da estrutura familiar tradicional (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 24). Noronha e Oliveira (2016, p. 773) declaram que os movimentos atuais que lutam pela emancipação do gênero e da sexualidade, alimentados pela teoria *queer* e pelas primeiras discussões feministas sobre o tema, abarcam a defesa de múltiplas identidades sexuais e de gênero sob a mesma bandeira, sem que haja a perda de identidade.

Por sua vez, a emancipação feminina também foi colocada em pauta, juntamente com os debates sobre a divisão binária de sexo e gênero. Nesses termos, Pereira e Miranda (2019, p. 20) aduzem que a infinidade de subjetividades e identidades existentes desafiam esse sistema obsoleto e limitado. Exige-se, pois, uma desconstrução do binarismo com o fim de reconhecer e validar cada individualidade como tal (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 20).

3.3 A vulnerabilidade trans no contexto pandêmico

O contexto pandêmico acentuou as disparidades sociais existentes, visto que não foram instituídas políticas específicas para a população LGBTI+. Para Benevides e Nogueira (2021, p. 44), cerca de 70% (setenta por cento) das pessoas trans não conseguiram fazer proveito dos auxílios emergenciais estatais, oferecidos durante a pandemia.

A dificuldade de acesso à internet de qualidade, a falta de documentação e o modelo de formulário disponibilizado que não permitia o uso do nome social são alguns elementos que obstaculizaram o acesso das pessoas trans aos benefícios fornecidos em 2020 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 44). Nesse sentido, Souza (2020, p. 57) interpreta que os protocolos para o enfrentamento do coronavírus somam-se às condições de vulnerabilidade dessa parcela da coletividade.

No mais, considera-se que a crise socioeconômica e política desencadeada pela disseminação do SARS-CoV-2, associada ao aumento do desemprego, mantém a baixa participação das mulheres trans em empregos formais e informais. Além disso, o crescimento do número de pessoas em miserabilidade e vulnerabilidade durante o isolamento social contribui para que cerca de 90% dessas mulheres continue usando a prostituição como fonte primária de renda (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 44).

A pandemia, outrossim, patenteou a falta de acesso à saúde por parte da população trans, privada desse direito em virtude da violência institucional e do despreparo de médicos que, muitas vezes, não possuem formação ou qualificação para atender corpos não heterossexuais e não cisgêneros. O uso de álcool acima da média, tabaco e outras drogas também podem fazer parte da realidade trans, assim como tratamento de antirretrovirais, hormonização, implantes de silicone e prevalência para HIV (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 123).

Isto posto, Krüger (2020, p. 41) afirma que travestis e transexuais sempre tiveram dificuldades para acessar os serviços de saúde no Brasil. O direito à saúde, assim, foi sendo gradualmente conquistado pelos Movimentos Sociais, os quais possuem uma notoriedade histórica na obtenção de políticas públicas específicas para a população trans, como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e o Processo Transexualizador.

Tais iniciativas, conquanto sejam de suma importância para o cuidado de pessoas trans, são resultados de Portarias e Decretos do Poder Executivo, o que evidencia uma necessidade de intervenção do Legislativo para tornar essas políticas mais duradouras no país (KRÜGER, 2020, p. 41).

As discussões a respeito do acesso à saúde pelas pessoas LGBTQIA + ganham ainda mais relevância à luz do contexto pandêmico. Benevides e Nogueira (2021, p. 125) aduzem que não é possível quantificar, com precisão, o número de pessoas trans que morreram vítimas do coronavírus, uma vez que os registros médicos e atestados de óbito não respeitam, necessariamente, o nome social ou identidade de gênero desses indivíduos.

Estima-se, todavia, que o número de mortes de pessoas trans por Covid-19 seja elevado, já que a invisibilidade, a precarização, a vulnerabilização, a falta de dados e políticas

específicas, bem como a já mencionada dificuldade de acesso à saúde aumentam os riscos dessa população. No mais, Krüger (2020, p. 42) elucida que os sistemas de vigilância brasileiros não possuem campos de identidade de gênero, o que prejudicou a identificação de pessoas trans que vieram à óbito em decorrência da nova doença.

Diante do exposto, constata-se que a ampliação do acesso à saúde que engloba as pessoas trans no país reclama uma atuação conjunta do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Busca-se, assim, a efetivação de uma reforma institucional que concretize o princípio da isonomia na área da saúde com o devido acolhimento e atendimento da população LGBTQIA +. "Isso se traduz em aumento de número de serviços, descentralização do cuidado para outros pontos da rede de atenção à saúde e maior sensibilização dos profissionais" (KRÜGER, 2020, p. 42).

Outra questão preocupante observada ao longo desse período foi o fortalecimento de grupos "anti-trans" nas redes sociais, notadamente em 2020, com o aumento do tempo que as pessoas estavam passando na *internet* durante a quarentena. De acordo com Benevides e Nogueira (2021, p. 95), a propagação do discurso de ódio, ainda que virtual, trouxe impactos diretos no crescimento da violência e assassinato de pessoas trans na pandemia.

Sobre o assunto, Souza (2020, p. 56) manifesta que as redes sociais potencializaram os discursos de ódio contra os corpos trans, possibilitando a ridicularização de suas identidades, a massificação do preconceito e a caricaturização de suas personalidades. Essa realidade apenas intensificou o medo e o isolamento social já experimentados por homens e mulheres trans antes da pandemia, visto que a vivência da transexualidade/travestilidade já é marcada pela exclusão e pela violência institucional diariamente.

Cabe mencionar, ademais, que a proliferação de práticas transfóbicas pelos meios de comunicação apresentam impacto direto e imensurável, já que não é possível controlar a dimensão desse compartilhamento e nem a reação de seus destinatários. Conclui-se que "Seus efeitos são problemas relacionados à saúde mental, segurança pessoal e coletiva, além da perpetuação de estigmas em defesa do cissexismo" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 96).

Por óbvio, o crescimento da violência contra pessoas trans, dentro e fora das redes sociais, deteriora significamente a qualidade de vida dessa população. Em razão dessa transfobia explícita, diversos homens e mulheres trans foram obrigados a deletar suas redes sociais ou deixaram de sair de casa por medo de serem agredidos na rua (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 99).

Como anotam Benevides e Nogueira (2021, p. 99), a *internet* pode ser um ambiente inóspito para pessoas trans, além de um artifício poderoso na imposição da cisgeneridade e da

heterossexualização compulsória. Como se sabe, o discurso de proteção à família tradicional se faz muito presente no Brasil e, não raramente, torna-se um meio de deslegitimar e atacar identidades trans também pelas redes sociais.

Benevides e Nogueira (2021, p. 99) elencam que os principais impactos relatados pelo *cyberbullying* motivado pela transfobia são: piora na saúde mental das vítimas, crises de ansiedade, depressão, isolamento, afastamento da rede de apoio e intensificação do medo de se relacionar virtualmente ou até mesmo sair de casa em decorrência das ameaças recebidas. Nesse sentido, as redes sociais carecem de políticas efetivas para que pessoas trans denunciem a violência sofrida nesses canais.

De modo geral, é possível inferir que o enfrentamento da transfobia no Brasil requer uma abordagem complexa e multisetorial, a começar pela implementação de ações para minimizar as condições de vulnerabilidade dessa população. Cotidianamente, homens e mulheres trans são vítimas de discriminação, violência e da ausência de oportunidades.

Ocorre que "[...] em momento de pandemia, as desigualdades sociais são acentuadas e as populações mais invisíveis, como a de pessoas trans, são penalizadas com a retirada de suas vidas e, muitas vezes, de forma silenciada" (SOUZA, 2020, p. 57-58).

Segundo Podestà (2019, p. 369), as práticas transfóbicas, opressoras e violentas, podem ser coibidas pelo fortalecimento dos movimentos sociais e aliados à população LGBTQIA +, além do empoderamento de pessoas trans através da criação de redes de amizade, companheirismo, apoio e familiaridade. Além disso, a formação de grupos de estudos sobre gênero, a instituição de políticas de acolhimento a jovens trans e a eleição de candidatos e candidatas transgênero também constituem formas importantes de resistência.

4. A TUTELA PENAL DA VIDA DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS

A vida humana sempre foi tutelada pelo Estado, no entanto, constatou-se que a vida da mulher demandava uma proteção especial, especialmente nas relações afetivas em que ela se encontrava em uma posição de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, o Brasil editou a Lei nº 11.340/2006 e a Lei 13.104/2015 com o intuito de coibir a violência de gênero cometida no âmbito doméstico e familiar e repreender os casos de feminicídio que aconteciam no país. A aplicabilidade dessas normas, portanto, depende tão somente da vítima ser mulher (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 12).

Em outras palavras, a proteção garantida pela Lei Maria da Penha e a qualificadora prevista no §2°, inciso IV, Art. 121 do Código Penal somente incidem quando o sujeito passivo

for uma “mulher”, segundo Souza e Figueiredo (2021, p. 14). Por óbvio, “Ambas as normas tutelam sobre a vida e integridade física da mulher, dessa forma o homem não pode configurar o polo passivo desta demanda” (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 14).

Souza e Figueiredo (2021, p. 11) indicam que as mulheres transexuais e as travestis estão amparadas por toda e qualquer lei existente em proveito da mulher biológica. A performance do gênero feminino, como visto, sobrepuja o sexo biológico: dessa forma, não se pode despir esse grupo de sua feminilidade, na medida em que a travesti e a mulher transexual se apresentam, publicamente, como mulheres, comportam-se como tal e experimentam o mundo através dessa identidade de gênero (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 11).

Souza e Figueiredo (2021, p. 12) são enfáticos em afirmar que a identificação do indivíduo como mulher vai além do órgão genital, o qual releva apenas o sexo biológico, já que o gênero é uma construção social que dita as normas de comportamento. Nas palavras de Pereira e Miranda (2019, p. 18), a mulher trans não se identifica com seu sexo biológico e nem com o papel de gênero compulsório imposto socialmente: ao contrário, ela busca o reconhecimento e o respeito como mulher no meio em que vive.

Apesar disso, ainda existem entendimentos predominantes, aceitos pela coletividade, que impõe uma relação binária, natural e simétrica sobre as construções de gênero, fixando o binômio homem/mulher e masculino/feminino como condições imutáveis pelo sexo biológico (SILVA *et al*, 2015, p. 365). Sob a perspectiva essencialista, Pereira e Miranda (2019, p. 18) explicam que o gênero seria determinado pelo sexo, estando o primeiro subordinado ao segundo por ser construção social decorrente de uma condição biológica e inerente ao ser humano.

Do ponto de vista conservador, Souza e Figueiredo (2021, p. 12) enunciam que o conceito de mulher está restrito ao sexo, isto é, apenas aquela que nasceu com o órgão sexual feminino (a vagina) pode ser considerada mulher. A partir desse pensamento, têm-se imposta a heteronormatividade e a ordem mandatória que relaciona o macho/homem e a fêmea/mulher e, portanto, repudia qualquer multiplicidade desviante desse sistema (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 18).

Nesse sentido, “(...) a possibilidade da presença de um corpo trans na sociedade quebra e coloca em xeque a hegemonia estereotipada e heterossexual do modo de ver e perceber a construção de gênero pelas pessoas” (SANTOS, 2020, p. 37). Para a referida doutrina, então, como a mulher trans não se enquadra nessa hipótese, ela não está protegida pela legislação especial supramencionada (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 12).

Sob esse ponto de vista, a mulher transexual apenas poderia compor o polo passivo da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio se realizasse a cirurgia de redesignação sexual, a

fim de se adequar ao critério biológico de mulher ou fizesse a retificação de todos os seus documentos cíveis, constatando o sexo feminino (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 13).

Trata-se de uma teoria embasada no conservadorismo que privilegia o binarismo sexual: nesse tocante, o sexo é dado biológico e se classifica unicamente em feminino e masculino (MESSIAS *et al*, 2020, p. 06).

Esse posicionamento, como esclarecem Souza e Figueiredo (2021, p. 13), ampara-se pelo princípio penal da vedação da interpretação analógica *in malam partem*, o qual expressa que "[...] a lei penal não pode ser interpretada extensivamente adotando-se lei prejudicial ao réu, reguladora de caso semelhante, em razão de omissão do legislador quanto determinada conduta" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 13). Logo, a qualificadora do feminicídio somente abrangeria as mulheres cis (MESSIAS *et al*, 2020, p. 06).

Nesse contexto, o conceito de mulher seria puramente biológico ou jurídico, de maneira que, se a vítima não se enquadrasse em nenhum desses critérios, a Lei nº 11.340/2006 e a Lei nº 13.104/2015 (mais gravosas) não poderiam ser aplicadas ao caso. Conforme sustenta a doutrina conservadora, o Direito Penal não admite uma interpretação extensiva de suas normas: por consequência, a aplicação da legislação protetiva especial na violência de mulheres transexuais e travestis seria inadequada e inconstitucional (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 14).

Além da analogia *in malam partem*, para essa corrente doutrinária, a extensão da aplicação da qualificadora do feminicídio também ofenderia os princípios da estrita legalidade e da taxatividade. Isso acontece porque, no ordenamento jurídico-criminal brasileiro atual, a imputação do agente somente é possível quando a conduta praticada se amolda perfeitamente à descrição do crime, de maneira que não pode haver aplicação de uma analogia que resulte em prejuízo do réu. A lei penal, no mais, deve ser categórica para não suscitar dúvidas a respeito da caracterização do tipo (MESSIAS *et al*, 2020, p. 06).

Por outro lado, a corrente moderna defende que a formulação de uma identidade feminina se faz a partir do critério psicológico, bastando o indivíduo se identificar no mundo como tal, malgrado a realização de procedimento cirúrgico ou a retificação de dados (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 14).

No mais, em um Estado Democrático de Direito, nenhum princípio é absoluto e deve ser sopesado dentro do sistema. Nesse caso, a estrita legalidade, a taxatividade e a vedação à analogia *in malam partem* precisam ser confrontados com os direitos fundamentais das mulheres trans e travestis (MESSIAS *et al*, 2020, p. 07).

Cumpre pontuar que o Enunciado 46 do Conselho Nacional de Justiça já sedimentou

que a Lei nº 11.340/2006 se aplica às mulheres transexuais, sendo desnecessária a alteração registral do nome e a cirurgia de redesignação para tanto, basta a incidência das hipóteses do Art. 5º (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 16). Além da orientação dada pelo órgão de justiça, Souza e Figueiredo (2021, p. 17) recordam da existência do Projeto de Lei do Senado nº 191/2017, em tramitação no Senado, que versa sobre o tema.

Proposto pelo Senador Jorge Viana, o Projeto de Lei do Senado nº 191/2017 busca alterar o Art. 2º da Lei Maria da Penha para estender às mulheres transexuais e travestis a proteção especial da norma infraconstitucional, assegurando-lhes uma vida sem violência, independente da identidade de gênero.

Na justificativa do projeto, ressalta-se a importância de garantir às aquelas que se enxergam, comportam-se e vivem como mulheres os mesmos direitos daquelas que nascem com o sexo feminino, em caso de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2017).

Em suma, "[...] o melhor critério a ser aplicado nas causas de violência doméstica e feminicídio contra as mulheres trans é o psicológico, este que leva em conta como a pessoa se identifica no mundo" (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 17). Por isso, Souza e Figueiredo (2021, p. 17-18) sustentam que as mulheres trans e travestis podem ser vítimas de feminicídio e tuteladas pela Lei nº 11.340/2006, tendo-se em vista os princípios e a busca pelo bem-estar geral de uma nação que regem o Estado Democrático brasileiro.

Como se não bastasse, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, através do julgamento do REsp 1977124/SP apreciado em 05/04/2022, decidiu que a Lei Maria da Penha é aplicável às mulheres trans. Essas vítimas, então, estão contempladas pelos mecanismos protetivos da legislação especial, inclusive quanto ao requerimento das medidas protetivas previstas no Art. 22 da norma.

A ementa do recurso apreciado pelo Tribunal, de relatoria do Min. Rogério Schietti Cruz, afasta o critério exclusivamente biológico para aplicação da Lei nº 11.340/2006. No caso em tela, a vítima havia sofrido agressões físicas do próprio pai no contexto doméstico, o qual procurou intimidá-la, segurou seus pulsos, atirou objetos contra a parede e tentou agredi-la com um pedaço de pau.

O Relator justificou que a Lei Maria da Penha não tem sua proteção restrita ao sexo biológico, na medida em que o diploma em questão busca coibir a violência de gênero existente no ambiente doméstico e familiar, bem como nas relações de intimidade e afeto. Nesse contexto, a identidade de gênero feminina reclamada pelas vítimas deve preponderar sobre o sexo, posto que elas estão sujeitas às mesmas relações de poder desiguais e violentas que as mulheres cisgênero no sistema misógino e patriarcal.

Salienta-se, ademais, que a aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 é indispensável para garantir a incolumidade física e psíquica de mulheres trans e travestis dentro do lar porque, na maior parte dos casos, a violência transfóbica começa em casa.

Igualmente, uma extensão interpretativa da Lei do Feminicídio para incluir mulheres trans e travestis como agentes passivos da qualificadora se faz essencial para protegê-las e assegurar-lhes a dignidade, a inviolabilidade da honra, o direito à vida, à vida privada e à honra (MESSIAS *et al*, 2020, p. 07).

Diante do exposto, é possível concluir que a aplicação da Lei Maria da Penha e do Feminicídio quando em face da violência de mulheres transexuais e travestis não depende de um critério biológico ou jurídico. Portanto, quando a vítima se identifica como mulher, em sua subjetividade, e assim se apresenta socialmente, ela estará protegida pela legislação especial, conforme o preceito de Souza e Figueiredo (2021, p. 16).

Nesse diapasão, as mulheres transexuais e travestis se equiparam às mulheres biológicas por se expressarem e se identificarem com a expressão do gênero feminino. Nesse caso, todas estão suscetíveis a sofrerem a violência que tiraniza a construção do feminino no contexto do patriarcado e são frequentemente colocadas em posição de vulnerabilidade nas relações domésticas e sociais, como atestam Souza e Figueiredo (2021, p. 19).

Depreende-se, destarte, que não há óbice na aplicação da Lei nº 11.340/2006 e da Lei nº 13.104/2015 para proteção de mulheres transexuais e travestis. Como se sabe, ambos os diplomas normativos foram criados para tutelar a vida e a integridade físico-psíquica do sujeito passivo “mulher”, assim definida pelo desempenho do gênero feminino.

Isto é, a caracterização de mulher deve ser realizada por um critério psicológico que respeita o modo como a pessoa se identifica no mundo e é reconhecida socialmente, independente da retificação de documentos (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 19). No entanto, segundo o entendimento de Pereira e Miranda (2019, p. 23), ainda existem juristas que defendem que a aplicabilidade da Lei do Feminicídio às mulheres trans dependeria da submissão à cirurgia de adequação sexual.

Cumpre destacar que a aplicabilidade restrita da Lei do Feminicídio para não englobar mulheres trans e travestis encontra-se destoante dos valores constitucionais de igualdade, dignidade, não discriminação e justiça. Ademais, importante consignar que o Direito, enquanto instrumento apto a promover a transformação social, deve acompanhar as demandas da sociedade contemporânea, o que compreende a tutela da vida dessas mulheres pela legislação especial (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 19).

4.1 A Lei nº 13.104/2015 e as vítimas trans e travestis

Na lição de Campos (2015, p. 112), a substituição da expressão "*razões de gênero*" para "*razões do sexo feminino*" na tipificação da Lei nº 13.104/2015 representa uma discriminação proposital contra as mulheres trans, com a invisibilização do feminicídio transfóbico.

Como mencionado, o primeiro projeto apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Violência Contra a Mulher no Brasil (Senado Federal) utilizava o termo "gênero", mas esse foi intencionalmente suprido pela Emenda de Redação nº 1 ao Projeto de Lei nº 8.305/2014 na Câmara dos Deputados (MESSIAS *et al*, 2020, p. 05).

Como resultado, a redação final da Lei nº 13.104/2015 definiu o feminicídio como o homicídio qualificado cometido "*contra a mulher por razões da condição de sexo feminino*" decididamente. Para Campos (2015, p. 110), os termos escolhidos reduziram o conceito de gênero, apesar da legitimidade em se reconhecer a violência feminicida juridicamente.

Segundo inteligência de Barros e Souza (2016, p. 268), a definição legal do feminicídio como sendo "contra a mulher por razões da condição de *sexo* feminino" foi dada pelos parlamentares de maneira intencional, com o objetivo de restringir o alcance do novo instituto às mulheres biológicas. Assim, a redação da Lei nº 13.104/2015 visava excluir as mulheres transexuais, as quais expressam a identidade de gênero feminina, para que essas não fossem contempladas pelo referido dispositivo.

Da mesma forma, Pereira e Miranda (2019, p. 16-17) denunciam a existência de uma latente força política no Congresso Nacional, a qual mostrava-se resistente em reconhecer os direitos das minorias sociais, tais como mulheres, indígenas, integrantes do movimento LGBT, dentre outros. Nesse contexto, a Lei nº 13.104/2015 foi discutida e elaborada tendo como destinatária a mulher, assim concebida sexualmente.

Como é cediço, desde meados do século XX, os estudos de gênero e feministas já questionavam as performances esperadas do feminino e do masculino, definidos a partir de uma identificação biológica. Como coloca Campos (2015, p. 110), assim, há muito pode-se compreender o sistema do sexo/gênero como uma construção socialmente imposta.

Noronha e Oliveira (2016, p. 754) elucidam que o sexo decorre da natureza, sendo anterior à lei, à política e à cultura, ao passo que o gênero é a subordinação social que pesa sobre ele. A fêmea, então, passa a ser identificada como mulher pela cultura, sendo representada politicamente pelo feminismo, não obstante o gênero impere dentro da cultura patriarcal sobre os corpos passivos. O binarismo sexual, por sua vez, ampara-se em conceitos de natureza, biologia e anatomia para justificar a formação do sexo biológico determinante (NORONHA;

OLIVEIRA, 2016, p. 754).

No mais, Barros e Souza (2016, p. 269) alertam que a temática da sexualidade e do gênero sempre representou um grande tabu na sociedade: notadamente, nas camadas mais conservadoras, as quais ignoram a existência de uma pluralidade de identidades, relacionamentos e famílias. Desse modo, "[...] a diferença decorrente da não identificação do sujeito em seu sexo de nascimento é usada como mecanismo para não efetivar garantias" (BARROS; SOUZA, 2016, p. 269).

Em contraposição, as pesquisas de gênero contemporâneas apenas reforçaram a desnaturalização do gênero, desvinculando-o de um determinismo biológico. "Entretanto, a lei aprovada não compreendeu essa perspectiva e operou um retrocesso teórico – de gênero para condição do sexo feminino" (CAMPOS, 2015, p. 110).

Como se sabe, aqueles que não se adequam ao sistema binário socialmente construído acabam passando por diversos processos de violência e marginalização ao longo da vida, sem a efetivação de diversos direitos fundamentais. Nesse sentido, as imposições criadas em torno do gênero e o preconceito enraizado colocam a população trans em uma posição de extrema vulnerabilidade e, na prática, poucas políticas públicas são empregadas para amparar essas pessoas, incluindo a Lei nº 13.104/2015 (BARROS; SOUZA, 2016, p. 269).

Não obstante a Lei do Feminicídio corporifique a tipificação da violência de gênero extrema que leva ao assassinato das mulheres, Campos (2015, p. 111) argumenta que o projeto original da CPMI buscou reduzir as possíveis discussões legais sobre o seu entendimento. Por outro lado, tanto a versão da CCJ como a da Procuradoria da Mulher, ao proporem a expressão *razões de gênero* para definir o feminicídio, almejavam incluir as múltiplas identidades de gênero sob a tutela da lei.

A redação final dada pela Lei nº 13.104/2015, conduto, reduziu o alcance da norma com o intuito apenas de abranger as mulheres, assim consideradas pela sua condição biológica (CAMPOS, 2015, p. 111). Com efeito, o sujeito passivo da lei restou discutível, na medida em que, a depender da interpretação, pode ser definido pelo fator biológico (par de cromossomos XX) ou jurídico-social (identidade de gênero) (MESSIAS *et al*, 2020, p. 05).

Por consequência, a inclusão das mulheres sexuais na nova tutela normativa restou controvérsia, não obstante a relevância do assunto, tendo-se em vista o elevado número de pessoas trans assassinadas diariamente no país (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 17).

Sem discrepância, Pereira e Miranda (2019, p. 22) argumentam que a supressão do termo "gênero" na redação final do PL 8305/2014 foi uma manobra proposital por partes dos parlamentares que aprovaram a norma, com o intuito de impedir a extensão da tutela às

mulheres trans.

A expressão “sexo feminino” para caracterização do feminicídio, então, trouxe controvérsias na doutrina jurídica pátria, pois há quem defenda, a partir de uma interpretação literal, que a aplicabilidade da Lei nº 13.105/2015 sujeita-se ao fator biológico (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 22).

Segundo Campos (2015, p. 111), a atual acepção legal do feminicídio desmerece os estudos de gênero ao associar a identificação das mulheres com o sexo, fixando a identidade através de uma base naturalista. Em conclusão, define-se as mulheres em razão de sua condição de sexo, ignorando as possibilidades do gênero manifesto. Com isso, “[...] a definição não apenas *fixa* a noção de mulher, como pretende deixar de fora uma série de sujeitas, cuja identidade e/ou subjetividade de gênero é feminina” (CAMPOS, 2015, p. 111).

Igualmente, Pereira e Miranda (2019, p. 22-23) pontuam que a travestilidade e a transexualidade são empregadas como mecanismos para a não efetivação de garantias, o que leva à violação de direitos e à marginalização da população trans. Aqueles desviantes do sistema binário, por conseguinte, ocupam um lugar de extrema vulnerabilidade, fenômeno acentuado pela falta de políticas públicas que deveriam promover a proteção dessas pessoas (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 23).

Em conclusão, Pereira e Miranda (2019, p. 24) assinalam que o texto final dado a Lei do Feminicídio figura como um *apartheid* de gênero, já que sua aplicabilidade às mulheres transexuais e travestis depende da interpretação dada pelo Juízes em cada caso. Acontece que “Tal ausência de tutela legislativa destoa da atual situação das pessoas trans no Brasil, que segundo dados estatísticos, trata-se do país no mundo onde mais se mata transexuais” (PEREIRA; MIRANDA, 2019, p. 24).

Cumpre destacar, porém, que é inegável a necessidade de aplicação da Lei do Feminicídio às mulheres transexuais. Na lição de Barros e Souza (2016, p. 269), o diploma normativo em questão é um importante mecanismo para o enfrentamento da violência contra a *mulher*, assim compreendidas as “mulheres cis” e as “mulheres trans”.

Da mesma maneira, Souza e Figueiredo (2021, p. 09-10) reforçam que as travestis podem ser enquadradas como sujeito passivo da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio. Nesse diapasão, a própria a Lei nº 11.340/2006 adota o mais amplo conceito de *mulher* ao estabelecer em seu Art. 2º que a proteção dispensada pela referida lei alcança todas as mulheres independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião (BRASIL, 2006).

Em outras palavras, verifica-se que tanto a Lei nº 11.340/2006 como a Lei nº

13.104/2015 tutelam a incolumidade física e psicológica aquelas que expressam a identidade de gênero feminina e estão sujeitas a violência machista socialmente reproduzida, independentemente do sexo biológico (BARROS; SOUZA, 2016, p. 269).

Por conseguinte, embora defenda-se que a Lei do Feminicídio possui aplicação limitada pela supressão do vocábulo "gênero" e pela interpretação restritiva da norma, a desconsideração das mulheres trans para fins de proteção da norma mostra-se inadequada.

Com isso, conclui-se que as travestis estão na mesma condição de mulher: como não se adequam ao sistema binário social de gênero, elas abraçam a identidade feminina na construção de sua subjetividade, expressando os valores femininos no espaço social. Logo, essa parcela da população LGBTQIA+, assim como as mulheres transexuais, também estão protegidas pela Lei nº 11.340/2006 e pela Lei nº 13.104/2015 (SOUZA; FIGUEIREDO, 2021, p. 09-10).

Em consonância com a lição de Bento (2017, p. 235), é possível afirmar que a promulgação da Lei nº 13.104/2015 foi primordial para levar às questões de gênero ao âmbito penal, como uma demanda por justiça. A pesquisadora sustenta, outrossim, que o reconhecimento e o incentivo de todas as políticas que visam coibir a violência de gênero no país deveriam perpassar, necessariamente, a promoção de direitos da população trans.

O papel desempenhado pelo Direito na reprodução da cisheteronormatividade excludente, pois, merece ser reexaminado à luz das demandas levantadas pelos movimentos sociais que lutam pela inclusão e se manifestam dentro e fora da ordem jurídica. Como é cediço, a existência de qualquer Estado se ancora no sistema legal que o legitima e o retroalimenta, em uma lógica de continuidade.

Faz-se indispensável, por conseguinte, uma reestruturação nos aparatos normatizadores com o fito de garantir a efetividade dos direitos LGBTQIA + no modelo de governo atual (PANTE *et al*, 2021, p. 115).

Nesse contexto, Barros e Souza (2016, p. 269-260) propõem uma alteração na letra da Lei do Feminicídico, a fim de enquadrar, incontestavelmente, todas as mulheres como possíveis vítimas do feminicídio. Para os autores, esse seria o caminho mais acautelado e justo, tendo-se em vista a necessidade de proteção das mulheres transexuais e travestis em contraposição aos princípios da legalidade, da taxatividade e da proibição da analogia *in malam partem* que sustentam o Direito Penal (BARROS; SOUZA, 2016, p. 270).

Do mesmo modo, Pereira e Miranda (2019, p. 24) advogam a favor de uma mudança legislativa para que a Lei nº 13.104/2015 torne-se mais justa e inclusive, considerando a necessidade de proteger a vida de todas as mulheres, independente da lógica binária e do determinismo biológico positivados. Ademais, considera-se importante que as discussões

acerca do tratamento nas delegacias de mulheres, o respeito à identidade de gênero nas instituições prisionais e em todos os serviços públicos acolham as demandas apresentadas pelas mulheres trans (BENTO, 2017, p. 235).

Pretende-se, com isso, desfazer o manto de invisibilidade que envolve a violência de gênero potencializada pela transfobia e imputar aos agentes públicos, operadores do Direito, testemunhas responsabilidade pela sua eventual inércia no enfrentamento dessas práticas excludentes e discriminatórias (PANTE *et al*, 2021, p. 116). Especialmente nos casos de feminicídios transfóbicos que comportem a aplicação da Lei nª 13.104/15.

Embora Bento (2017, p. 236) desacredite que tais medidas sejam suficientes para desconstruir anos de violência sobrepostos que pesam sobre mulheres trans ainda hoje em razão do gênero, da raça e da classe social, a autora argumenta que, sem a indignação social necessária, não será possível enfrentar essa situação. Deve-se protestar, pois, contra a necropolítica estrutural baseada na impunidade daqueles que matam, torturam e excluem as pessoas trans para que, finalmente, sejam efetivados os direitos humanos dessa população

4.2 O reconhecimento do transfeminicídio no ordenamento jurídico-criminal

De proêmio, Berenice Bento (2016, p. 45) salienta a necessidade de reconhecer o assassinato de mulheres transgêneros como "transfeminicídio", em razão das características distintas dessas mortes que se destacam da violência generalizante cometida contra LGBTQIA+. O uso do termo "transfeminicídio", assim, serve para reafirmar a violência de gênero que alicerça o homicídio das travestis e das mulheres transexuais, o qual conta com suas próprias particularidades (BENTO, 2016, p. 45-46).

"O transfeminicídio caracteriza-se como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pela negação de humanidade às suas existências" (BENTO, 2017, p. 233). Trata-se de uma prática que excede as circunstâncias do homicídio comum qualificado pelo emprego de meio cruel: ao contrário, constitui crime grave de violação aos direitos humanos e representa uma falha incessante do Estado em proteger pessoas LGBTQIA + (PANTE *el at*, 2021, p. 114).

Trata-se, em verdade, de um conceito inspirado no "feminicídio", termo usado inicialmente para definir o assassinato de mulheres cisgênero na Cidade de Juárez, México. Como se sabe, o conceito de "feminicídio" foi originalmente empregado para denunciar os assassinatos sistemáticos de mulheres mexicanas. Posteriormente, o Brasil aprovou a Lei nº 13.104/2015 com o objetivo de punir, de maneira mais incisiva, o homicídio cuja vítima fosse

uma mulher por razões da condição do sexo feminino (BENTO, 2017, p. 232).

Com o passar do tempo, o feminicídio passou a expressar uma instrumentalização da necropolítica para exterminar mulheres, visto que, até então, vigorava um sistema no qual seus agressores permaneciam impunes. Essa impunidade, de ordem estrutural, estava garantida no reconhecimento do crime como algo esporádico e passional, sem considerar demais os dispositivos sociais que o geram (BENTO, 2016, p. 48).

O reconhecimento jurídico-criminal do feminicídio, outrossim, foi de suma importância para denunciar os assassinatos violentos de mulheres que aconteciam todos os dias, usualmente relativizados como "crimes passionais", visto que "[...] o corpo da mulher é o protagonista da violência de gênero" (ARAÚJO; PINHEIRO, 2018, p. 46).

Nesse contexto, Bento (2016, p. 48) elucida que a tipificação desse crime colocou em pauta a necessidade de entender a natureza dessa violência, bem como discutir o papel do feminino das estruturas culturais do gênero. Entretanto, cumpre mencionar que, embora o gênero feminino seja mais passível de violência, a interseção de outros fatores como classe social, idade, orientação sexual e raça também influencia no nível de vulnerabilidade experimentado por mulheres (BENTO, 2016, p. 50).

Apesar da importância da tutela penal dispensada à vida de mulheres cisgênero, Bento (2017, p. 232) patrocina a necessidade de reconhecimento do transfeminicídio como um instituto autônomo. Nesse caso, almeja-se destacar as particularidades da violência fatal que atinge as mulheres trans e travestis, não obstante a natureza dessas agressões também encontre fundamento na ordem de gênero.

Como revela Berenice Bento (2016, p. 51), o transfeminicídio e o feminicídio propriamente dito apresentam vários pontos em comum, na medida em que ambos são frutos de uma política disseminada, intencional e sistemática baseada na submissão do feminino na ordem de gênero. Contudo, o transfeminicídio vai além da violência como forma de menosprezo ou discriminação à condição de mulher: trata-se de um crime de ódio cujo objetivo é a eliminação das travestis, mulheres trans e mulheres transexuais.

De acordo com Bento (2017, p. 234), pôde-se considerar algumas características estruturantes intrínsecas ao transfeminicídio, o qual representa o lado mais cruel da política que regula as identidades de gênero. A autora esclarece que o transfeminicídio é uma morte ritualizada. Ou seja, "Não basta um tiro fatal, uma facada precisa ou um atropelamento definitivo. Os corpos das mulheres trans são mutilados por dezenas de facadas, por inúmeros tiros" (BENTO, 2017, p. 234).

Nesse caso, "A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais

do seu corpo-sexual-generificado, o faz publicamente e demanda esse reconhecimento das instituições sociais" (BENTO, 2016, p. 51). Pode-se dizer, assim, que o transfeminicídio figura como uma política reguladora das identidades de gênero e tem a função social de espetacularização exemplar, segundo Bento (2016, p. 51).

Outra diferença importante é que o assassinato de pessoas trans, geralmente, também não acompanha os processos criminais. Nesse sentido, Bento (2017, p. 234) alega a existência de uma absoluta impunidade dispensada àqueles que eliminam corpos transgênero, de modo que paira um anseio social de erradicação desses indivíduos com a conivência do Estado brasileiro. Ademais, não obstante seja alto o número de vítimas de homicídio por transfobia, raras são as famílias que reclamam os corpos, inexistindo luto ou melancolia por essas mortes (BENTO, 2017, p. 234).

A pesquisa desenvolvida por Araújo e Pinheiro (2018, p. 44-45) revela que o assassinato de pessoas trans no Brasil (incluindo o transfeminicídio) nada mais é do que o resultado das várias mortes metafóricas sofridas por essa população ao longo de sua vida. Isso acontece porque "As pessoas que não se enquadram dentro das perspectivas que o imaginário social dita em relação às normas de gênero e ao que vem a ser a representação social da figura do masculino e do feminino são discriminadas" (SILVA *et al*, 2015, p. 366).

As pessoas trans são desqualificadas e até desumanizadas pela ordem de gênero ao negarem uma atribuição de gênero biologizante. Essa violência se materializa nas violações da integridade física e no apagamento de suas identidades, a partir de uma morte brutal e sofrida. A violência transfóbica, destarte, encontra-se inserida no conceito de violência de gênero, mas suas vítimas tendem a enfrentar um sentimento maior de abjeção por parte de seus agressores (PODESTÀ, 2019, p. 367).

Por fim, Bento (2017, p. 235) declara que o transfeminicídio acontece em espaços públicos, principalmente em ruas ermas e no período noturno. No ano de 2020, 124 (cento e vinte e quatro) dos 175 (cento e setenta e cinco) assassinatos de mulheres trans e travestis ocorreram em vias públicas, ruelas, terrenos abandonados, parques, praias, bares, restaurantes, dentre outros. Apenas 46 (quarenta e seis) mortes se deram em locais privados (motéis, residências, etc), segundo Benevides e Nogueira (2021, p. 57).

As características do transfeminicídio, destarte, podem ser diametralmente comparadas aos elementos estruturantes do feminicídio de mulheres cisgênero. Nesse diapasão, considera-se que o homicídio de mulheres não trans enquanto ápice da violência de gênero ocorre, predominantemente, no ambiente doméstico. Outrossim, o autor do crime geralmente é alguém próximo à vítima (namorados, ex-namorados, companheiros, irmãos, maridos, amantes etc.),

segundo Berenice Bento (2017, p. 235).

A pesquisa jurisprudencial desenvolvida no presente trabalho corroborou com os argumentos expostos. Dos 50 (cinquenta) acórdãos paulistanos analisados, os quais foram julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo durante o ano de 2020, apenas no Recurso em Sentido Estrito nº 1500874-85.2019.8.26.0052 restou documentado que a vítima se tratava de uma mulher transexual.

Nesse caso, o agente foi pronunciado pelo crime de feminicídio de Larissa, assassinando-a com o emprego de meio cruel e recurso que dificultou sua defesa. Em comparação aos outros 49 (quarenta e nove) processos analisados, todas as ofendidas eram mulheres cisgênero.

Observou-se, ademais, que as circunstâncias envolvendo o caso de Larissa eram bem diferentes daquelas envolvendo os demais crimes de feminicídio investigados. De modo geral, nos demais processos, o autor do delito era próximo à vítima e ambos possuíam alguma relação íntima ou familiar prévia, sendo que já existiam queixas anteriores de violência doméstica.

Por outro lado, no Recurso em Sentido Estrito nº 1500874-85.2019.8.26.0052 o sujeito conheceu Larissa no dia dos fatos e, aproximando-se sorrateiramente dela a noite, começou a lhe desferir golpes com um pedaço de madeira, na intenção de matá-la.

À luz do estudo de Podestà (2019, p. 369) compreende-se que a brutalização do corpo trans pela violência (como no caso narrado acima) visa desumanizar essas pessoas, fenômeno intensificado pelo sensacionalismo midiático e pela grande exposição. Na narrativa ditada pela ordem de gênero, as vítimas são comumente culpabilizadas pela violência fatal que as acometem. Ressalta-se que tal discurso se sustenta na crença social de que a transgressão da norma de gênero merece ser gravemente punida e, seu desviante, exposto e ridicularizado.

Como visto, a vandalização do corpo das vítimas pelo assassino é habitual, notadamente quando o delito é consumado em ambientes ermos, escuros e privados. Nesses casos, observa-se uma intensidade na repetição dos golpes e métodos empregados para matar, embora os transfeminicídios que acontecem em áreas de maior movimento sejam de execução mais rápida (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 60).

Cumpre ressaltar, além disso, que uma parcela dos transfeminicídios acompanha métodos cruzados de violência como tiros, tortura, afogamento, apedrejamento, asfixia e espancamentos. Como denunciam Benevides e Nogueira (2021, p. 59): “Isso denota um elemento facilmente identificado em crimes de ódio nos casos e denuncia a transfobia presente neste tipo de crime”.

Além disso, Benevides e Nogueira (2021, p. 58) elucidam que a brutalidade dos meios

do transfeminicídio aumenta significativamente quando o crime é cometido em locais escuros e isolados. Constata-se, ainda, a presença de vandalização e desconfiguração dos corpos das vítimas com a concentração dos golpes na cabeça/rosto e em suas partes íntimas. Indubitavelmente, tais agressões, propositais e impiedosas, representam uma faceta do ódio pela identidade de gênero feminina manifesta.

Nesse contexto, a violência transfóbica apresenta uma faceta visível e outra invisível, pois enquanto o regime de segregação imposto às pessoas trans quando elas começam a assumir sua verdadeira identidade representa uma violência naturalizada, as agressões físicas e o assassinato dessa população fazem questão de repercutir na sociedade.

Ao passo que as discriminações, o preconceito dentro de casa, a evasão escolar e a negação do nome social são vividas de maneira velada, a morte motivada pela transfobia não pode ser silente, já que é uma reforçadora das normas de gênero impostas (PODESTÀ, 2019, p. 369).

Incontestavelmente, os processos de exclusão das pessoas trans começam muito cedo. Desde a infância, quando as famílias e as demais instituições sociais (como escolas, Igrejas, comunidade) percebem que os comportamentos apresentados pela criança estão em desconformidade com a expressão da identidade de gênero esperada, existe uma desaprovação explícita do entorno, traduzida na violência (BENTO, 2017, p. 234).

Isso significa que a morte de uma mulher transexual ou de uma travesti não é um fim em si mesmo, posto que a desconfiguração desses corpos são imprescindíveis para preservar a coesão e a reprodução da lei de gênero.

O binarismo sexual, sob essa concepção, prega que as genitálias atuam enquanto fatores determinantes para a construção das identidades de gênero socialmente aceitáveis. Por sua vez, o transfeminicídio é um modo de reafirmar esses valores e elege seus párias como não exemplares, seres abjetos que não deveriam habitar a Nação (BENTO, 2016, p. 51).

Para Bento (2017, p. 233), o assassinato dessas pessoas representa uma expressão hiperbólica do lugar que o feminino ocupa na sociedade. Dessa forma, a autora explica que o tratamento no masculino para qualificar as vítimas desses crimes no momento de se notificá-los ou contabilizá-los despreza a identidade de gênero pela qual as ofendidas lutaram e perderam a vida. Em suma, “Toda a biografia de resistência e de agência da pessoa trans assassinada é apagada quando se devolve o corpo aos braços do determinismo biológico” (BENTO, 2017, p. 233).

No mais, Bento (2017, p. 233) informa que, ao divulgar a morte de mulheres trans e travestis, muitas vezes o veículo de comunicação responsável apresenta-as com o nome

masculino e o pronome indevido - “o travesti”. Além disso, tais crimes são erroneamente identificados como delitos motivados pela homofobia de maneira frequente.

Nesse mesmo tocante, Podestà (2019, p. 368) dispõe que as travestis são frequentemente representadas no masculino, de maneira que essa negação à sua identidade acontece reiteradamente nas instituições de ensino, na mídia e nas comunidades religiosas tradicionais.

Como visto, esse grupo se encontra na base das relações sociais hierarquizadas estabelecidas pelo gênero, o que coloca as travestis em situações violentas, degradantes e de vulnerabilidade permanentes. No mais, considera-se que a sub-representação e a invisibilização dessas agressões nos espaços de sociabilidade contribuem para a manutenção dessa condição (PODESTÀ, 2019, p. 368).

De acordo com Bento (2016, p. 52), a rejeição às transexuais e às travestis reside na inaceitável ruptura com as normas de gênero, visto que esse sistema não suporta a encarnação do feminino, socialmente desvalorizado, em um corpo que nasce com pênis.

Embora não seja uma regulamentação declarada, a autora destaca que o “masculino” e o “feminino” são expressões do desejo dos cromossomos e dos hormônios, os quais, por sua vez, atuam na imposição da identidade de gênero do indivíduo desde o nascimento. Por isso, o descumprimento dos padrões biologicamente e socialmente impostos é um processo tão violento (BENTO, 2016, p. 52).

Importante mencionar, outrossim, que “Mesmo entre os gays a violência letal é mais cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino” (BENTO, 2016, p. 52). Por consequência, Bento (2016, p. 54) esclarece que o feminino, maculado pela misoginia, antecede a prática da homofobia, pois, desde logo, os homens são ensinados a repudiar a feminilidade como parte de sua subjetividade.

Sem discrepância, Podestà (2019, p. 375) dispõe que a homofobia e a transfobia são originadas a partir da estruturação do sistema de gênero. Aqueles dissidentes da heterossexualidade e da cisgeneridade compulsórias estão sujeitos a passarem pelos mais diversos processos de violência, marginalização e discriminação, uma vez que violam a simetria tolerada do sexo-corpo-identidade-desejo.

Logo, a intolerância e a opressão ao feminino explicam, em parte, tanto a violência sofrida por homens homossexuais como pelas travestis e mulheres transexuais. Isso demonstra que, além das próprias mulheres, a violência de gênero também alcança aqueles que assumem papéis femininos (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 31). Nas palavras de Bento (2016, p. 53), o feminino carrega algo de poluidor e contaminador (com diversos graus de exclusão), o que requer uma interpretação contextual mais aprofundada.

No mais, Bento (2016, p. 53) aduz que existe um consenso entre os próprios homens trans de que, quando eles passaram a serem reconhecidos e identificados como homens pelo meio social, a rejeição pelos pares diminui. Isto é, a masculinidade expressa por essas pessoas, seja através do uso de hormônios ou por atos performáticos, possui o condão de afastar os olhares inquisidores de terceiros (BENTO, 2016, p. 53).

A aceitação pela performance do gênero masculino, entretanto, apresenta limites. Quando homens trans precisam se identificar e há uma divergência entre o registro civil e a identidade de gênero expressa, têm-se novamente uma ruptura das normas de gênero.

O embaraço experimentado reside, justamente, no incômodo da feminilidade escondida por um corpo masculino. Segundo Bento (2016, p. 53): “Essa é mais uma evidência de que a violência contra travestis, mulheres trans e mulheres transexuais é motivada pelo desejo do restabelecimento das normas de gênero”.

O fluxograma desenvolvido por Podestà (2019, p. 375-376) indica que a transgeneridade carrega uma estigmatização, a qual logo se transforma na abjeção que resulta na transfobia. Essa prática alcança pessoas trans de todos os gêneros, o que permite ao autor agrupar no conceito de transfobia as diversas violências praticadas contra mulheres e homens trans, pessoas não binárias, andróginas, dentre outras.

No entanto, embora a transgeneridade seja marcada por compartilhamento de vivências dolorosas em comum, o ódio contra os signos femininos alimenta uma violência ainda mais específica (PODESTÀ, 2019, p. 375).

Compreende-se, por conseguinte, que o feminino deslocado dos corpos de mulheres biológicas é facilmente transformado em alvo, colocando aquele corpo em situação de vulnerabilidade. É o caso, por exemplo, da violência de gênero direcionada aos homens gays considerados femininos, já que é socialmente inaceitável qualquer expressão da feminilidade no universo masculino, como ensina Bento (2016, p. 53).

Sem discrepância, tem-se que “[...] a quase totalidade dos homicídios direcionados aos homens gays ocorrem com aqueles que mais se aproximam e performam o gênero feminino” (ARAÚJO; PINHEIRO, 2018, p. 45).

O tratamento dispensado a um homem que estupra também reflete a ideia de subalternidade do feminino, pois a vingança desejada é que ele seja vítima do mesmo crime que cometeu na prisão. Isto é, a punição para um corpo masculino é justamente ser colocado no mesmo lugar de passividade e submissão comumente ocupado pelas mulheres (BENTO, 2016, p. 54).

No mais, Bento (2016, p. 53) esclarece que as travestis, as mulheres trans e as mulheres

transexuais sofrem com uma violência reiterada que lhes nega a humanidade simbólica, posto que esse conceito reside no dimorfismo sexual, excluindo quem desafia os termos do feminino e do masculino. Além disso, argumenta a autora que a própria sociedade hierarquiza essa violência, tendo-se em vista que a morte de pessoas não trans não tende a gerar a mesma indignação que o assassinato de mulheres transexuais e travestis.

Desse modo, Bento (2016, p. 52-53) denuncia a ausência de aparatos conceituais e linguísticos que legitimam a existência trans e pontua que a violência fatal motivada pela transfobia faz parte de uma política de assepsia da humanidade dessas pessoas.

Nesse contexto, verifica-se que a existência de uma hierarquia em relação à violência e à punição é inegável porque a tutela da vida de alguns grupos é maior do que a de outros. Destarte, considera-se incontestável a relação entre o modo como se vive, a morte e como essa última é vivenciada socialmente (BENTO, 2016, p. 54-55).

Diante do exposto, conclui-se que "A sistemática violência contra as mulheres não trans tem uma relação profunda e direta com a abjeção aos gays femininos, aos meninos femininos, travestis, mulheres trans e mulheres transexuais**"** (BENTO, 2016, p. 54). O fundamento da violência de gênero, dessa forma, reside no feminino abjeto que é esse espaço de impureza e abominação, segundo Bento (2016, p. 54-55).

Observa-se que a persistência da violência contra a mulher, portanto, está amparada menosprezo ao *feminino*, também exteriorizado pelas travestis, mulheres transexuais, gays femininos e meninos femininos. Esses grupos manifestam os valores considerados femininos (sensibilidade, fragilidade, doçura) e desvinculam esses tributos dos corpos biologicamente construídos como mulheres (BENTO, 2016, p. 54-55).

Conforme anotação de Bento (2016, p. 55), se as expressões do feminino inferiorizam as mulheres não trans, quando essas são performadas por terceiros, surge a reprovação, a abjeção, o nojo. Usualmente, o incômodo é tão forte que leva ao assassinato da vítima trans, sendo uma morte motivada pelo gênero e não pela sexualidade porque, enquanto as relações sexuais ocorrem na intimidade, o gênero pressupõe o reconhecimento social para sua legitimação (BENTO, 2016, p. 55).

Podestà (2019, p. 376) orienta que a transfobia, em geral, ignora a orientação sexual do indivíduo porque não é uma manifestação que ataca o desejo erótico ou o afeto desafiante da heterossexualidade compulsória, em que pese a possível convergência da transfobia com outras violências de gênero como a homofobia, a misoginia, a bifobia e a lesbofobia.

A violência transfóbica, ademais, pode vitimizar até mesmo quem não se identifica como trans: "Sabemos que o agressor não pergunta se a pessoa trans reivindica alguma

identidade de mulher transexual, travesti, pessoa não binária, queer ou homem trans – ou não é pessoa trans – , ele apenas a ataca" (PODESTÀ, 2019, p. 376).

Isso ocorre em virtude da função reforçadora da transfobia, na medida em que ela existe para manter as normas de gênero hegemônicas, punindo seus infratores. Podestà (2019, p. 377), inclusive, contempla a possibilidade de homens cis "afeminados" e mulheres cis "masculinizadas" sofrerem transfobia, independente de sua oriientação sexual, pois fogem dos padrões aceitáveis da cisgeneridade.

Nesse tocante, até mesmo manifestações artísticas como transformistas, *drag queens*, *drag kings* estão sujeitas às práticas transfóbicas porque confundem a leitura linear do corpo e importunam as expectativas de gênero aceitas no meio social. Por isso, Podestà (2019, p. 377) sustenta que a punição no sistema de gênero/sexualidade independe da reivindicação de uma identidade trans, na medida em que ela se satisfaz com a mera incoerência da personalidade com a performance de gênero esperada.

Além disso, vale mencionar que a transfobia apresenta recortes de violência ainda mais específicos. Habitualmente, há relatos de pessoas trans que possuem exposição do órgão genital para verificação do gênero, sofrem desrespeito ao nome social ou são impedidas de exteriorizar determinadas características de acordo com a sua identidade. Trata-se de uma imposição forçada de gênero para manutenção do sistema binário vigente (PODESTÀ, 2019, p. 375).

Nesse tocante, a patente omissão do Poder Público aumenta a invisibilidade do problema e, consequentemente, deixa a população trans em situação de extrema vulnerabilidade. No mais, a conjunção entre discriminação, desigualdade, preconceito e racismo afasta essas pessoas do acesso a direitos humanos básicos e mantém os altos índices de violência observados anualmente (BOMFIM *et al*, 2019, p. 163).

Em conclusão, afere-se que o mínimo existencial não é concedido às mulheres trans e travestis, de modo que elas não alcançam o direito a uma vida digna, em tese, conferida a todo ser humano. Sumariamente, "Elas não têm o direito de ser e nem de existir. Isso demonstra que existe um racismo de Estado frente essa população que é exercido pela necropolítica e seus aparatos" (BOMFIM *et al*, 2019, p. 164).

Dessa forma, o projeto de Estado moderno estrutura-se na marginalização de certos grupos, colocando-os em um lugar de violência que, associado a violação de seus direitos humanos, perpetua a necropolítica institucionalizada. Com isso, têm-se o extermínio em massa de pessoas travestis e mulheres trans, principalmente as negras, em virtude das ações omissivas do Poder Público nesse sentido (BOMFIM *et al*, 2019, p. 164).

Poe essa razão, Bento (2016, p. 62) propõe uma nova interpretação e classificação dos

assassinatos de mulheres travestis, mulheres trans e mulheres transexuais, a partir de uma motivação pelo gênero. A autora defende, em síntese, que não é possível afastar essa dimensão quando da análise da morte dessas pessoas, uma vez que elas passam a vida lutando pelo reconhecimento legal do gênero (BENTO, 2016, p. 64).

Anota-se, pois, que as travestis e as mulheres transexuais estão expostas a um tipo de violência específica motivada pelo gênero e pela transfobia. O Estado brasileiro, apesar disso, carece de políticas públicas efetivas para combater o persistente extermínio dessas pessoas e não fornece fontes oficiais sobre os crimes cometidos pela orientação sexual e pela identidade de gênero (BOMFIM *et al*, 2019, p. 163).

Defende-se, por conseguinte, que o reconhecimento penal do transfeminicídio no ordenamento jurídico brasileiro poderia figurar como um importante instrumento para o enfrentamento da violência de gênero fatal que atinge mulheres trans e travestis. Não obstante a possibilidade de incluir essas vítimas na tutela da Lei nª 13.104/2015, compreende-se que o feminicídio transfóbico apresenta características particulares que se destacam do homicídio motivado por razões de gênero contra mulheres cis.

Como se não bastasse, a morte real dessa parcela da população LGBTQIA+ é apenas desfecho de uma série de outras violências, exclusões e mortes simbólicas sofridas ao longo da vida, que se iniciam a partir do momento em que as mulheres trans e travestis passam a desafiar as normas de gênero hegemônicas. A vulnerabilidade experimentada por esse grupo, então, exige uma política criminal específica, qual seja: a inclusão do transfeminicídio no Código Penal como um tipo-penal autônomo ou uma nova qualificadora no Art. 121 do diploma.

Com isso, espera-se que haja um reconhecimento estatal a respeito da seriedade e gravidade desse crime, como aconteceu na promulgação da Lei nª 13.104/2015. No mais, a inserção do transfeminicídio na legislação pátria suscitaria debates acerca das práticas de transfobia ainda presentes na sociedade, o que mantém pessoas trans em um lugar à margem da cidadania. Por fim, um aprimoramento na coleta de dados dos homicídios cujas vítimas fossem mulheres trans ou travestis alertaria para a magnitude do problema, bem como facilitaria a elaboração de soluções para resolvê-lo.

5. CONCLUSÃO

Constata-se que o Estado é agente relevante nas diversas violações e violências sofridas pelas pessoas trans. A ausência de dados governamentais sobre o problema, a escassez de políticas públicas voltadas a essa parcela da população e a falta de informações sobre a

travestilidade/transexualidade, de um modo geral, alimentam o preconceito popular e o ódio contra esses indivíduos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 43).

Indubitavelmente, verificou-se a existência de uma grande falha estrutural do Poder Público brasileiro no que toca à identificação, apuração e quantificação dos crimes de ódio contra vítimas LGBTQIA +. Como consequência, os direitos dessas pessoas não são protegidos, respeitados e, sequer, efetivados graças à invisibilidade estrutural que permite a ocorrência da violência transfóbica e homofóbica cotidianamente (PANTE *et al*, 2021, p. 115).

Têm-se que a manutenção de um sistema heteronormativo, patriarcal, repressivo, misógino e preponderantemente masculino molda as relações de poder que se estabelecem no meio social sob uma perspectiva histórica. Fora dessa estrutura, observa-se um vácuo institucional e uma ausência de mecanismos adequados de defesa para proteger a população LGBTQIA +, o que engloba o próprio Direito no Estado Democrático vigente (PANTE *et al*, 2021, p. 115).

Pode-se mencionar, por exemplo, a escassa produção legislativa internacional de direitos humanos voltada à questão de gênero, bem como a existência de poucos diplomas normativos nacionais sobre o assunto, em que pese os avanços conferidos nos últimos anos pela Lei Maria da Penha e pela Lei do Feminicídio.

Essa realidade revela a nefasta operabilidade da cisheteronormatividade moderna, a qual persiste como estrutura normalizadora diante da inércia do aparato político-jurídico atual para combater ações preconceituosas e discriminatórias ainda hoje (PANTE *et al*, 2021, p. 115-116).

A proposito, o assassinato de 175 (cento e setenta e cinco) mulheres trans e travestis no ano de 2020 aponta para a patente necessidade de criação e fortalecimento de políticas de gênero que garantam a incolumidade física e psíquica feminina.

Para tanto, faz-se imprescindível o reconhecimento, equiparação e enquadramento das mortes dessas pessoas na Lei nº 11.340/2015 e na Lei nº 13.104/2015, como defendem Benevides e Nogueira (2021, p. 53) ou, melhor, o reconhecimento penal do transfeminicídio como um tipo-penal autônomo ou como uma qualificadora do crime de homicídio previsto no Art. 121 do Código Penal.

Embora as mulheres trans e travestis sejam vítimas da mesma violência de gênero que mata as mulheres cisgênero, nota-se que a transfobia opera como um gravoso potencializador nas agressões sofridas pelas primeiras. Como consequência, o transfeminicídio se manifesta como uma morte cruel, simbólica e ritualizada, na medida em que seu autor almeja extinguir, publicamente, a performance do feminino no corpo biologicamente designado como masculino.

Como se não bastasse, as travestis e as mulheres trans passam por um processo de

exclusão familiar, social e escolar muito precoce, o que obstaculiza seu ingresso no mercado de trabalho formal em virtude da deficiência na qualificação profissional, conforme alertam Benevides e Nogueira (2021, p. 43).

No mais, as autoras salientam que a empregabilidade trans também é prejudicada pela transfobia institucional, a qual dificulta a contratação e a manutenção dessa mão de obra e leva essas pessoas a se efetivarem no mercado do sexo como meio de subsistência.

O transfeminicídio, desse modo, pode ser interpretado como resultado das inúmeras situações de discriminação, violência e segregação que pessoas trans - notadamente mulheres trans e travestis – enfrentam diariamente. Por isso, argumenta-se que a criminalização específica do transfeminicídio no ordenamento jurídico brasileiro seria um importante mecanismo para denunciar e punir o assassinato brutal dessas mulheres e coibir a transfobia em sua forma mais fatal, em virtude das características especiais desse crime.

Por óbvio, a instituição de uma política criminal dessa natureza não substitui a necessidade de implementação de outras ações populares e governamentais para solucionar o problema. A violência de gênero que legitima práticas transfóbicas, machistas, misóginas e até mesmo homofóbicas é um dos pilares da estrutura social moderna, mas esse sistema sempre existiu em diversos contextos históricos e políticos.

A rejeição imposta a pessoas trans dentro da própria casa e depois no ambiente escolar, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a ausência de representatividade social e política, a falta de acesso à saúde, benefícios, lazer e, principalmente, segurança revelam o quão marginalizados restam aqueles dissidentes da organização de gênero predominante.

A transformação dessa realidade requer um esforço conjunto do Estado com a sociedade civil, a começar pela instituição de uma grade curricular que celebre a diversidade sexual e as múltiplas identidades de gênero existentes.

Além disso, a eleição de mais pessoas trans para cargos políticos importantes, a contratação em massa desses indivíduos como mão-de-obra formal, a criação de espaços sociais mais diversos e inclusivos são algumas estratégias fundamentais para promover a cidadania dessa parte da população LGBTQIA+. O Estado brasileiro, nesse tocante, deve priorizar a implementação de ações afirmativas cuja prioridade seja garantir o acesso a direitos sociais básicos como educação de qualidade, saúde, alimentação adequada, trabalho digno, moradia, transporte, lazer e segurança a mulheres trans e travestis.

O enfrentamento da vulnerabilidade transexual, ademais, perpassa pela reconstrução de suas redes de apoio social. Para tanto, faz-se necessária a desconstrução dos estigmas sociais e do preconceito que envolvem as pessoas trans. Espera-se, com isso, que haja o empoderamento,

protagonismo e a emancipação dessa parcela da coletividade, a fim de conferir-lhes direitos que lhes permitam ter uma existência digna e livre: viver além de sobreviver (SILVA *et al*, 2015, p. 371).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Kallile Sancha da Silva; PINHEIRO, Tarcísio Dunga. Mortes que precedem a morte: trilhas e particularidades para compreensão do transfeminicídio. **Revista Inter-Legere**, ISSN 1982-1662, v. 1, n. 21, 21 fev. 2018, pp. 43-62. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/13536/9257. Acesso em: 16 fev. 2022.

BARROS, Paula Pécora de; SOUZA, Luciano Anderson de. Questões controversas com relação à Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/2015). **R. Fac. Dir. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 111, p. 263-279, jan./dez. 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/133512/129524. Acesso em: 13 jan. 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 43-67.

_____. Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil. In:_____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 231-236.

BOMFIM, Reiner *et al*. Necropolítica trans: o gênero, cor e raça das LGBTI que morrem no Brasil são definidos pelo racismo de Estado. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho - PR, Brasil, n. 31, 2019, pp. 153-170. Disponível em: http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1727/pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRAGA, Ana Gabriela; SERRA, Victor Siqueira. O fantasma do macho no corpo travesti: violência, reconhecimento e poder jurídico. In: FALAVIGNO, Chiavelli Facenda; GOMES, Mariângela Gama de Magalhães; MATA, Jéssica da. **Questões de Gênero: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais**. Belo Horizonte: Editora D´Plácido, 2018. pp. 86 - 119.

BRASIL. [Código Penal]. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 13 de dez. 2021.

_____. [Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher]. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 24 de agost. 2022.

_____. [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher]. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 20 de dez. 2021.

_____. [Lei do Feminicídio]. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 13 de dez. 2021.

_____. [Lei Maria da Penha]. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 04 de jan. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jan. 2022.
BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017.** Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5339539&ts=1630421051459&disposition=inline. Acesso em: 11 de jan. 2022.

CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 103-115, jan.-jun. 2015. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275. Acesso em: 03 de mar. 2022.

FEIX, Virgínia. Das formas de violência contra a mulher: artigo 7º. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, pp. 201-213.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. A pessoa transgênera e o reconhecimento do direito de ser mulher: promoção da dignidade humana e garantia de desenvolvimento pessoal. In: FERRAZ, Carolina Valença Ferraz *et al*. **Manual dos direitos da mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013, pp. 215-235.

KRÜGER, Alícia. Travestilidades/Transexualidades e Saúde Pública em um Governo Conservado. *In:* REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL (REDE TRANS BRASIL). **Transfobia: a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos** – Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2020, pp. 41-44.

MESSIAS, Ewerton Ricardo; CARMO, Valter Moura do; ALMEIDA, Victória Martins de. Feminicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. **Revista Estudos Feministas**,

Florianópolis, vol. 28, n.1, e60946. Epub Jan 01, 2020. ISSN 1806-9584. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n160946. Acesso em: 27 de jul. 2022.

NOGUEIRA, Sandra Vidal; VERONESE, Osmar. Aportes Conceituais sobre o Fenômeno do Feminicídio. **Outros Tempos**, v. 17, n. 29, 2020, pp. 221 - 239. ISSN: 1808 - 803. Disponível em: https://uema.openjournalsolutions.com.br/outrostempos/index.php/outros_tempos_uema/article/view/753/pdf. Acesso em: 14 de set. 2021.

NORONHA, Joanna Vieira; OLIVEIRA, Adriana Vidal de. Afinal, o que é "mulher"? E quem foi que disse? **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro. vol. 07. n. 15. p. 741-776, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688024.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2020.

NÚCLEO DE GÊNERO MPSP. **Raio X do feminicídio em São Paulo**: É possível evitar a morte. São Paulo: MPSP, 2018. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/raio-x-do-feminicidio-em-sp-e-possivel-evitar-morte-mpsp-2018/. Acesso em: 14 de set. 2021.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista Tem@**, Revista On-line do CESED - Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento, v. 16, n. 24;25, 2015. ISSN 2175-9553, pp. 21-43. Disponível em: http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/236. Acesso em: 17 de ago. 2022.

PANTE, Ana Luiza; SOUZA, Miria do Nascimento de; FERNANDES, Estevão Rafael. (Re)Pensando violência de gênero e transfeminicídio como violação de Direitos Humanos. **Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, n. 16 (2021): Janeiro a Abril de 2021, ISSN 2358-5587, pp. 107-118. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/12110. Acesso em: 09 de ago. 2022

PEREIRA, Reinaldo Alves; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A Lei do Feminicídio e o Reducionismo da categoria "mulher" ao sexo biológico: um apartheid de gênero? **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho - PR, Brasil, n. 31, 2019, pp. 15-26. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343399587_LEI_DO_FEMINICIDIO_E_O_REDUCIONISMO_DA_CATEGORIA_MULHER. Acesso em: 15 de mar. de 2022.

PODESTÀ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades**. v. 1, n. 11, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873/19974. Acesso em: 23 de mai. de 2021.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. Formação das Pessoas Trans na Educação: da Invisibilidade à Exclusão no Espaço Escolar/Acadêmico. *In:* REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL (REDE TRANS BRASIL). **Transfobia: a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos** – Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2020, pp. 37-40.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.** *[S. l.]*, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052. Acesso em: 13 jan. 2021.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher. **Psicologia, ciência e profissão**, v. 30, n. 3, Brasília, Sept. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n3/v30n3a09.pdf. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

SOUZA, Dediane. (In)visíveis na Pandemia. *In:* REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL (REDE TRANS BRASIL). **Transfobia: a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos** – Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2020, pp. 55-58.

SOUZA, Edson Jordan Mendes de; FIGUEIREDO, Francielle da Conceição Drumond. A (in)aplicabilidade da qualificadora do feminicídio e da Lei Maria Da Penha às mulheres transexuais. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, pp. 01–21, 2021. DOI: 10.35699/2525-8036.2021.32825. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e32825. Acesso em: 3 jan. 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **REsp n. 1.977.124/SP,** relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 22/4/2022. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202103918110&dt_publicacao=22/04/2022. Acesso em: 07 de ago. 2022.